

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO

ISMAEL CALVI SILVEIRA

NAVEGANDO EM MARES ILUSTRADOS:
Ciência, política e discurso colonial na expedição Malaspina-Bustamante
(1789-1794)

São Leopoldo
2015

Ismael Calvi Silveira

NAVEGANDO EM MARES ILUSTRADOS:

Ciência, política e discurso colonial na expedição Malaspina-Bustamante
(1789-1794)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Área de concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Bohn Martins

São Leopoldo

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte – CIP

S587n Silveira, Ismael Calvi

Navegando em mares ilustrados : ciência, política e discurso colonial na expedição Malaspina-Bustamante (1789-1794) / Ismael Calvi Silveira. – São Leopoldo, 2015.

130 f. : il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Bohn Martins,

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2015.

Bibliotecária Responsável – Carolina Patrícia König – CRB10/2104

Ismael Calvi Silveira

NAVEGANDO EM MARES ILUSTRADOS:
Ciência, política e discurso colonial na expedição Malaspina-Bustamante
(1789-1794)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos

Aprovado em __/__/____

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Bohn Martins (orientadora)

Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir

Prof.^a Dr.^a Eliane Cristina Deckmann Fleck

Prof.^a Dr.^a Stella Maris Scatena Franco Vilardaga

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar agradecendo à minha mãe, Carmen, por absolutamente tudo, especialmente por todos os anos de apoio incondicional, mesmo entre problemas e dificuldades. Sem todos os sacrifícios que ela fez ao longo das últimas duas décadas, este trabalho não teria sido concluído.

Também gostaria de agradecer à minha companheira, Laila: sei que não deve ter sido fácil de aguentar minhas manias, mas ela sempre esteve a meu lado mesmo nos momentos mais difíceis.

Sou grato a meu pai, Marcos, e também a meus avós Armindo, Arnaldo, Eleda e Eloísa que também sempre me apoiaram em todos os projetos nos quais embarquei ao longo da minha vida.

Aos professores da Unisinos, também dedico um obrigado especial, principalmente para minha orientadora, Maria Cristina. Se ela não tivesse apostado em mim há alguns anos atrás, ainda durante minha graduação, eu dificilmente teria tido contato com o universo da pesquisa acadêmica.

A todos meus amigos que tolerarem minhas incertezas e implicâncias, em especial Gustavo, Guilherme, Emanuel, Lucas, Genésio, Ricardo Andrade, Ricardo Oliveira, Carolina, Thiago e Jonas. Por todas as horas de conversas sobre os mais diversos assuntos, todas as festas e momentos especiais.

Aos colegas da Unisinos, em especial à Natasha e Luisiane, pelas incontáveis horas de conversa e entretenimento. Ao Jonathan e à Denise, caros vizinhos, e também à Carina e ao Max, pelos chimarrões, churrascos e papos descontraídos sobre as peripécias da academia.

Ao grupo de pesquisa da professora Maria Cristina pelos momentos e leituras compartilhadas: Juliana, Henrique, Marcelo, Camila, Deise, Fernanda Wisniewski e Fernanda Giroto.

À Márcia, Gabriel, Carolina e Mauro por serem uma fonte de inspiração há muito tempo.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a investigar a trajetória do relato da “Expedição Malaspina”, que teve curso durante os anos 1789-1794. Apesar de ter sido escrito desde 1789 até meados de 1796, o relato permaneceria em forma de manuscrito até 1885 devido a intrigas políticas nas quais seu autor se viu envolvido depois de retornar à Espanha de maneira inicialmente triunfal. Propomo-nos aqui a estudar os diferentes contextos que envolvem a obra, bem como as tensões e relações entre a ciência, a política e o discurso colonial no século XVIII e no XIX que nela se refletem. Dividimos esta obra em três momentos: primeiro, temos o contexto anterior à expedição, onde apresentamos as bases nas quais Malaspina desenvolve seu pensamento político e científico e os termos nos quais ele elaborará o seu discurso. O segundo período corresponde aos anos em que a expedição foi levada a cabo, ou seja, entre 1789 e 1794, quando investigamos o contexto no qual o relato foi escrito, bem como a avaliação que o capitão italiano faz da situação das colônias americanas e da política que a Coroa espanhola empregava para governá-las. Por último, analisamos o contexto de publicação da obra no século XIX, buscando compreender diferentes leituras realizadas por diferentes comunidades de leitores e as tensões e coerções sofridas por estes grupos através da publicação do relato em 1885.

Palavras-chave: Expedição Malaspina; discurso colonial; Ilustração; história da ciência; história da leitura; literatura de viagem.

ABSTRACT

This work intends to investigate the trajectory of the report written by Alejandro Malaspina after he concludes his expedition, which took course during 1789-1794. Despite having been written since 1789 until 1796, the report would remain unpublished until 1885 due to political plots in which Malaspina took part after his triumphal return to Spain. We propose to study the different contexts that integrate the report, such as the tensions and relationships between science, politics and colonial speech during the 18th and 19th centuries. This study has been split into three sections: first we present the context previous to the expedition, in which Malaspina created the foundations of his political and scientific thought as well as the terms in which he would formulate his own speech. The second period corresponds to the years in which the expedition took place, that is, between 1789 and 1794 - here we shall study the context in which the report was written, as well as the evaluation of the Spanish colonies and politics made by the Italian captain. Last but not least, we will analyze the context of publication in the late 19th century, trying to comprehend the different readings made by different reader communities and the tensions and coercions they suffered due to the publication of the report in 1885.

Keywords: Malaspina's expedition; colonial speech; *Ilustración*; history of science; history of reading; travel literature.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Alejandro Malaspina.....	23
Figura 2 – <i>La Ruta: Mapa del viaje</i>	52
Figura 3 – Portada da publicação original.....	106

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. PRELÚDIO: A TRAJETÓRIA DE ALEJANDRO MALASPINA (1754-1788).....	23
3. UMA QUERELA ILUSTRADA: CIÊNCIA, POLÍTICA E COLONIALISMO NO SÉCULO DAS LUZES (1650-1789).....	31
3.1. Expedições científicas no século XVIII.....	32
3.2. Revolução Científica, Iluminismo e suas implicações políticas.....	40
4 O IMPÉRIO ATRAVÉS DE SEUS OLHOS.....	50
4.1. <i>Viaje político-científica alrededor del mundo por las corbetas Descubierta y Atrevida.....</i>	<i>51</i>
4.2. A política em Alejandro Malaspina.....	58
4.2.1. Uma questão de definição.....	59
4.3. Descrições políticas: entre o reformismo ilustrado e a crítica iluminista.....	62
4.3.1. Axiomas relativos al estado actual de la América.....	69
4.3.1.1 Primeiro axioma.....	70
4.3.1.2 Segundo axioma.....	71
4.3.1.3. Terceiro axioma.....	72
4.3.1.4. Quarto axioma.....	74
4.3.1.5. Quinto axioma.....	75
4.3.1.6. Sexto axioma.....	76
4.3.1.7. Sétimo axioma.....	77
4.3.1.8. Décimo axioma.....	79
4.3.2. Descrições políticas.....	80
5. O IMPÉRIO CONTRA-ATACA.....	90
5.1. 1794-1796: Escrita, conspiração e prisão de Alejandro Malaspina.....	91
5.2. 1796-1886: “Morte” e “renascimento” de uma expedição ilustrada.....	98
5.3. 1885: Diferenças coloniais e a publicação de um diário.....	106
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	123
---	------------

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como intuito estudar uma expedição científica do século XVIII, talvez a de maior porte realizada pela Espanha até então: Trata-se da viagem de circunavegação empreendida por Alejandro Malaspina e por José Bustamante y Guerra. Durante o lapso de tempo que se estende entre 1789 e 1794, cerca de 200 marinheiros estiveram a bordo das corvetas *Atrevida* e *Descubierta*, percorrendo toda a extensão das possessões espanholas ultramarinas.

Em 1788, os dois capitães, sob serviço da Coroa da Espanha, haviam apresentado um plano para uma viagem de circunavegação do globo no qual expuseram ao *Ministro de Marina*, Antonio Valdés¹, suas preocupações em relação à crescente presença inglesa e francesa em que situavam-se em uma zona de exclusividade que os espanhóis consideravam ser sua. A competição não só com França e Inglaterra, mas também com a Holanda, aumentava a cada dia, e um dos desafios da monarquia *borbónica* era justamente renovar as condições da Espanha para que ela pudesse fazer frente a essas disputas coloniais.

A viagem de Malaspina e de Bustamante foi aprovada e, em 1789, os dois capitães saíram do porto de Cádiz a bordo das corvetas *Descubierta* e *Atrevida*. Os nomes das embarcações são bastante representativos do intuito da própria viagem: eles quebram com a tradição hispânica de batizar seus barcos com nomes religiosos e demonstram seu ousado propósito de (re)descobridores, assim como também vinculam a expedição espanhola com as do Capitão Cook (cujos navios eram o *Resolution* e o *Discovery*). Segundo Novo y Colson, os propósitos da viagem incluíam estudos de astronomia, hidrografia, física, história política e história natural (NOVO Y COLSON, 1885:VI). Junto à tripulação encontravam-se intelectuais como: o hidrógrafo Juan Gutiérrez de la Concha (1760-1810), o botânico Luis Née (1734-1803), os naturalistas Antonio Pineda (1753-1792) e Tadeo Haenke (1761-1817)

¹ Antonio Valdés y Bazán (1744-1816) foi um importante membro da Real Armada espanhola, tendo ocupado diversos cargos e angariando enorme prestígio durante o governo de Carlos III. Foi bailío, comendador, Ministro da Marinha, entre outros. (SAIZ, 1994:422)

Partindo de Cádiz, a expedição fez uma breve pausa nas Ilhas Canárias e depois uma estada mais longa em Montevideu, para examinar as condições políticas do Rio da Prata. Dali seus membros partiram para as Malvinas e atravessaram o Cabo de Hornos, para enfim aportar no Chile, primeiro em Concepción, e depois em Valparaíso. Seguiram para o Peru, passando por El Callao e Guayaquil, sua última parada na América do Sul. Antes de chegarem a Acapulco, no México, em 1791, a expedição ainda passou pelo Panamá. Ao aportarem no México, receberam novas instruções de Carlos IV. Ao invés de realizar a circunavegação pretendida por Malaspina, as embarcações deveriam se dirigir ao Norte para procurar o "Paso del Noroeste", uma suposta passagem entre o Atlântico e o Pacífico localizada onde hoje é o Alaska. Ao retornarem à Nova Espanha, alguns dos oficiais aí ficaram a pedido do Vice-rei, para cartografar um estreito, enquanto o restante da expedição partiu em direção ao Pacífico. Naquela região, percorreram as ilhas Marshall, as Marianas e aportaram nas Filipinas em 1792, onde as embarcações se dividiram. Enquanto a *Atrevida* mapeou Macau, a *Descubierta* permaneceu nas Filipinas. Ao se reunirem, passam ainda pelas ilhas Célebes, Molucas e pelo sul da Nova Zelândia, de onde retornam para o porto de El Callao. Do Peru a expedição vai ao sul para cruzar o cabo de Hornos, dividindo-se novamente nas Malvinas. Enquanto a *Descubierta* permanece nas ditas ilhas, a *Atrevida* percorre as Antilhas do Sul e as ilhas San Pedro (atual Geórgia do Sul). Em 1794, as embarcações estavam, finalmente, aportando em Cádiz.

Ao retornar, Malaspina encontra a Espanha bastante mudada em relação ao ano em que deixara o Reino, 1789. Quando partiu, Carlos III ocupava o trono e muitos dos ministros ilustrados que foram seus mentores, como o conde de Floridablanca², Pedro Rodríguez de Campomanes³, conde de Aranda⁴ e Gaspar Melchor de Jovellanos⁵ (1744-

² José Moñino, conde de Floridablanca (1728-1808), foi um político espanhol de grande destaque durante o reinado de Carlos III. Floridablanca estabeleceu-se como um dos mais proeminentes ministros ilustrados na Espanha do século XVIII, trabalhando incansavelmente para avançar reformas econômicas e administrativas no Império. (SAIZ, 1994:411)

³ Pedro Rodríguez de Campomanes (1723-1803) foi outro renomado ministro ilustrado de Carlos III, e assim como Floridablanca, Campomanes também procurou reformar a economia e administração espanhola no século XVIII. Entre as diversas atividades que exerceu, destacam-se a de fundador da Sociedad Económica de Amigos del País, seu tempo como presidente do Consejo de la Mesta, além de ter ocupado da presidência do Real Consejo Supremo de Castilla. (SAIZ, 1994:420)

⁴ Pedro Pablo Abarca de Bolea, conde de Aranda (1719-1798), está ao lado de Campomanes e Floridablanca entre os mais notórios membros da Ilustração espanhola e, como seus pares, também ocupou diversos cargos no governo castelhano, além de exercer diversas atividades voltadas para auxiliar o conjunto de reformas conhecido como *reformas borbónicas*. Aranda também foi um dos principais reponsáveis pela expulsão dos jesuítas dos territórios espanhóis. (SAIZ, 1994:404)

1811), ainda mantinham sua influência. Com a morte de Carlos III e a ascensão de Carlos IV ao trono, a situação muda radicalmente.

Jovellanos was banished in the North, though he had come to Madrid in 1790 in a vain attempt to secure the release of Cabarrús, imprisoned for three years; Floridablanca, replaced in 1792 by Aranda, was imprisoned in Pamplona and under house detention in Murcia and Aranda, in Andalusia, from 1794-95; Campomanes is the only one to avoid incarceration or banishment (BEERING, 2005).⁶

Assim, apesar de ter apresentado o seu projeto de publicação do relato à corte, Malaspina se encontrou sem aliados políticos para sustentar a sua posição. Entrando em conflito com Manuel Godoy⁷, primeiro ministro de Carlos IV, e com a rainha Maria Luisa de Parma (1751-1819), o capitão acabou condenado a dez anos de prisão em La Coruña, em 1796. Em 1802, todavia, foi posto em liberdade, quando retornou para a Itália, fixando-se em Pontremoli, onde veio a falecer em 1809. Já o relato que produziu, passaria cem anos juntando pó dentro de um arquivo.

Feita esta breve introdução sobre a expedição, é preciso dizer que não quero aqui estudar a viagem em si, nem a situação política e econômica vivida pela Espanha a fins do século XVIII, muito menos fazer uma biografia de seu principal idealizador, Alejandro Malaspina. Estes temas aparecerão ao longo do texto em forma de abordagens contextuais ou ocupando uma posição marginal dentro do corpo do trabalho. Não quis tomar o caminho da biografia, pois ele já foi trilhado fartamente em outros trabalhos – e, também, pela dificuldade de acesso a mais fontes. Segundo Juan Barceló (1994), desde 1984 muito tem sido estudado sobre Malaspina e sua expedição. Dario Manfredi (1994) escreveu a biografia do capitão italiano, chamada “*La América imposible*”; Juan Pimentel Igea (1994) ocupou-se do pensamento de Malaspina, interrogando principalmente as ideias que ele apresentara em seus *Axiomas políticos*, texto que Igea e Manuel Lucena Giraldo publicaram em 1991. María Dolores Higuera

⁵ Gaspar Melchor de Jovellanos (1744-1810) foi um proeminente membro da *Sociedad Económica Matritense*, da *Academia de la Historia*, e esteve entre os mais destacados membros da ilustração espanhola, ainda que não tenha exercido funções tão importantes nas *reformas borbónicas* como Floridablanca, Aranda e Campomanes.

⁶ Jovellanos fora banido no Norte, apesar de ter vindo para Madri em 1790 numa vã tentativa de conseguir a liberação de Cabarrús, aprisionado por três anos; Floridablanca, substituído por Aranda em 1792, estava preso em Pamplona e em detenção doméstica em Múrcia, e Aranda, na Andalusia, entre 1794-1795; Camponames foi o único que evitou ser preso ou banido. [tradução livre]

⁷ Manuel Godoy y Álvarez de Faria (1767-1851) foi um importante político espanhol. Foi primeiro ministro da Espanha pela primeira vez entre 1792 e 1797, quando a sua atuação nas negociações de paz com a França lhe rendeu a alcunha de "Príncipe da Paz", e novamente entre 1801 a 1808.

compilou, em 1985, o “*Catálogo crítico de los documentos de la expedición Malaspina (1789-1794) del Museo Nacional.*” Emiliano Soler Pascual (1990) e Eric Beerman (1992), em especial, trataram da conspiração na qual Malaspina se viu envolvido quando retornou à Espanha. Fernando Monge Martínez ainda publicou, mais recentemente, um estudo antropológico sobre a experiência da expedição entre os nutka no Alasca, em uma obra intitulada “*En la costa de la niebla: El paisaje y el discurso etnográfico ilustrado de la Expedición Malaspina*” (2002).

Todos estes trabalhos, portanto, demonstram uma preocupação enorme com a figura de Malaspina, tornando-a central para suas análises. Por se tratarem, em geral, de estudos mais antigos, a maioria deles não incorporou preocupações teóricas importantes apresentadas pelos estudos de literatura de viagem. No caso brasileiro, por exemplo, os historiadores fizeram uso dos relatos de viagem desde os tempos de Capistrano de Abreu, mas até fins da década de 70 eles “[...] tinham sido aceitos sem maiores análises críticas ou fora de uma perspectiva histórica” (LEITE apud FRANCO, 2011:71). Atualmente, alguns questionamentos tornaram-se frequentes quando se trabalha com relatos de viagem, tais como: “[...] a discussão sobre as intencionalidades evidenciadas nas entrelinhas do discurso dos viajantes, o lugar de enunciação – nacional, social e ideológico – do porta-voz daquele discurso ou os interesses particulares que mobilizaram suas representações” (FRANCO, 2011:71).

É preciso incorporar essas análises ao estudo do relato de Malaspina. Seguindo essas novas considerações, bem como uma história da leitura e da edição, o que me proponho a analisar aqui não é exatamente a trajetória do autor do relato, mas sim a trajetória do próprio escrito. Acredito que a “*Viaje político-científico alrededor del mundo por las corbetas Descubierta y Atrevida al mando de los capitanes de navío D. Alejandro Malaspina y Don José de Bustamante y Guerra, desde 1789 á 1794*” serve como forma de refletir sobre outros pontos que me parecem bastante importantes.

Também cabe dizer que este não é um trabalho de história atlântica, conforme os termos apresentados tanto por Luiz Felipe de Alencastro (2000), quanto por David Armitage (2014) – justamente porque a minha preocupação não é com as relações e conexões comerciais entre ambos os lados do Atlântico. Meu problema de pesquisa é, portanto, como diferentes comunidades de leitores fazem uso de diversos textos – como

Malaspina lê os autores do iluminismo napolitano, como os diplomatas chilenos do século XIX leem Malaspina, etc – e como elas são compelidas pelas normas e hierarquias da ciência.

No prólogo, apresento uma breve biografia de Alejandro Malaspina. Apesar de ter dito que esta não é a minha preocupação central, também afirmo que este é um dos temas que aparecia de forma contextual. Acredito que para estudar a obra de Malaspina, é preciso que conheçamos o autor. Antes, porém, creio ser importante ensaiar algumas reflexões de cunho teórico-metodológico.

Em primeiro lugar, devo esclarecer meu posicionamento acerca do conceito de autor e de sua capacidade de explicar algo sobre uma obra, debatendo com as posições de Roland Barthes (2004 [1984]) e Michel Foucault (2009 [1969]). Em segundo lugar, destaco que este trabalho não é uma biografia, nem uma trajetória de vida, apesar de os dois termos estarem cotejados. Cabe definir, portanto, o que compreendo por biografia, trajetória de vida e autoria.

De acordo com Barthes, o “*autor* é uma personagem moderna, produzida sem dúvida por nossa sociedade na medida em que, ao sair da Idade Média, com o empirismo inglês, o racionalismo francês e a fé pessoal da Reforma, ela descobriu o prestígio do indivíduo ou, como se diz mais nobremente, da ‘pessoa humana’” (BARTHES, 2004:58). Segundo o teórico francês, o autor é uma figura datada, mas que “[...] ainda reina nos manuais de história literária [...]” e mesmo “[...] na própria consciência dos literatos, ciosos por juntar, graças ao seu diário íntimo, a pessoa e a obra [...]”, integrando uma cultura que está “[...] tiranicamente centralizada no autor [...]” (BARTHES, 2004:58). Para ele, “[...] a *explicação* da obra é sempre buscada do lado de quem a produziu, como se, através da alegoria mais ou menos transparente da ficção, fosse sempre afinal a voz de uma só e mesma pessoa, o *autor*, a revelar a sua ‘confidência’” (BARTHES, 2004:58).

O caminho trilhado por Barthes destitui o papel criativo do autor, depositando, por outro lado, um poder maior no sujeito do leitor e no ato da leitura. Segundo ele, “há um lugar onde essa multiplicidade [de escrituras] se reúne, e esse lugar não é o autor, como se disse até o presente, é o leitor: o leitor é o espaço mesmo onde se inscrevem,

sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escritura” (BARTHES, 2004:64). Segundo Juciane dos Santos Cavalheiro:

Barthes defende a idéia da inexistência do autor fora ou anterior à linguagem, porque o autor é entendido como sujeito social e historicamente constituído, isto é, um produto do ato de escrever - o ato de escrever que faz o autor e não o contrário. O seu *papel* é o de mesclar escritas já existentes. [...] Trata-se de dar lugar à linguagem, à potência *que fala* e destituir o autor dos papéis de *pai* e de *propriedade* que lhe foram atribuídos (CAVALHEIRO, 2008, p. 79).

Eu, todavia, não me aproximo dessa abordagem linguística que Barthes faz do autor ao declarar a sua morte. Concordo apenas em parte com este importante teórico: de fato, o autor é um sujeito social e historicamente constituído, mas ele não é um produto do ato de escrever e nem o ato de escrever é meramente um produto seu. Entendo que o autor, sim, mescla escritas já existentes, obedecendo às regras implícitas de sua inserção em um dado tempo, em uma dada sociedade, e desta forma nos aproximamos mais da posição de Michel Foucault (2009). Outro ponto que aproxima mais minha posição da de Foucault é o fato de Barthes tratar majoritariamente dos autores modernos, deixando o século XVIII fora de sua análise.

Foucault, ao contrário de Barthes, não procura “matar o autor” – ele o apenas o faz desaparecer momentaneamente – e também oferece ferramentas para refletir sobre uma sociedade anterior àquela do século XIX. Para Foucault, o “[...] essencial não é constatar uma vez mais seu desaparecimento; é preciso descobrir, como lugar vazio - ao mesmo tempo indiferente e obrigatório -, os locais onde sua função é exercida” (FOUCAULT, 2009:264). Ou seja, deve-se prestar atenção não ao autor em si - cujo nome atua como um nome próprio, ainda que não seja “[...] possível fazer do nome próprio, evidentemente, uma referência pura e simples. O nome próprio (e, da mesma forma, o nome do autor) tem outras funções além das indicativas. Ele é mais do que uma indicação, um gesto, um dedo apontado para alguém; em uma certa medida, é o equivalente a uma descrição” (FOUCAULT, 2009:272). Por outro lado, “[...] um nome de autor não é simplesmente um elemento em um discurso (que pode ser sujeito ou complemento, que pode ser substituído por um pronome etc.),” ele antes “[...] exerce um certo papel em relação ao discurso: assegura uma função classificatória; tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outros (FOUCAULT, 2009:273) -, mas sim à função que ele exerce. "A função autor

é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade" (FOUCAULT, 2009:274). E esta função está

[...] ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; ela não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar (FOUCAULT, 2009:279-280).

Assim, a função-autor permite estabelecer relações mais amplas do que apenas com a linguagem e com o ato da escrita. É preciso perceber as normas que autorizam a produção dos discursos. Cavalheiro resume a função-autor da seguinte forma:

No caso específico de nossa cultura, a *função autor* caracteriza-se como *mecanismo* de apropriação, marcado inicialmente pela função repressora dos autores transgressores da ordem estabelecida; por outro lado, a *função autor* permite-nos estabelecer a fiabilidade da informação científica e a origem do texto literário; a terceira característica diz respeito ao processo que *constrói um certo ser racional a que chamamos autor* [...] e; finalmente, a *função autor* permite-nos distinguir os diversos 'eus' que os indivíduos ocupam na obra (CAVALHEIRO, 2008, p. 70-71).

Portanto, incorporar as reflexões de Foucault a este estudo me permitirá, salientar as diversas vozes, ou nas palavras de Foucault, os “vários egos” que ocupam simultaneamente um discurso. Acredito que ao fazer um esforço de relacionar a função-autor do XVIII com a produção de Malaspina, poderei deslindar as relações entre indivíduo e contexto, e ressaltar a importância da trajetória de vida deste autor para a produção de sua obra.

E isto me leva ao segundo ponto: A escrita biográfica. A biografia como possibilidade de escrita da história, assim como toda a disciplina em si, passou por profundas transformações nos últimos anos e muito já se escreveu sobre as suas potencialidades. Cabe lembrar, a grosso modo, que suas origens remontam à Antiguidade e que ela foi abandonada com a perda de interesse pela história dos grandes

personagens que acompanha a ascensão da escola dos *Annales*, para, em meados dos anos 60, retornar à cena, agora trazendo novos paradigmas⁸. Assim, a

[...] reabilitação da biografia histórica integrou as aquisições da história social e cultural, oferecendo aos diferentes atores históricos uma importância diferenciada, distinta, individual. Mas não se tratava mais de fazer, simplesmente, a história dos grandes nomes, em formato hagiográfico – quase uma vida de santo –, sem problemas, nem máculas. Mas de examinar os atores (ou o ator) célebres ou não, como testemunhas, como reflexos, como reveladores de uma época. A biografia não era mais a de um indivíduo isolado, mas, a história de uma época vista através de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. Ele ou eles não eram mais apresentados como heróis, na encruzilhada de fatos, mas como uma espécie de receptáculo de correntes de pensamento e de movimentos que a narrativa de suas vidas torna mais palpáveis, deixando mais tangível a significação histórica geral de uma vida individual (DEL PRIORE, 2009:9).

Em 1986, Pierre Bourdieu fez severas críticas às novas tendências de escrita biográficas, e estas críticas serviriam como base para uma nova guinada dentro dos estudos biográficos. Em *A ilusão biográfica*⁹, o sociólogo francês declarava que a “história de vida é uma dessas noções do senso comum que entraram como contrabando no universo científico [...]” (BOURDIEU, 1996:183). Sua dura crítica se direcionava à falta de problematização das biografias, que eram frequentemente teleológicas, apresentando uma vida “[...] organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo” (BOURDIEU, 1996:184). Segundo o autor, o senso comum

⁸ Retomar toda a já extensa discussão acerca das biografias foge ao escopo deste trabalho. Para acompanhar tal debate, ver: DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, jul.- dez. 2009, p. 7-16; e AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, Vitória, ES, v. 24, 2010, p. 157-172.

⁹ Cabe notar que a proposta de Bourdieu não foi consenso entre os cientistas sociais franceses e hoje já se encontra sob duras críticas. Em um texto publicado em 2010, Nathalie Heinich se opõe à ponderação de Bourdieu sobre a “ilusão biográfica”, criticando aqueles que seriam os seus excessos: “uma indistinção entre biografia como material empírico e biografia como método; uma pressuposição subjacente de que, por ser socialmente construído, o discurso biográfico seria falso; a desconsideração, como questão de pesquisa, do esforço de constituição de um relato coerente por parte do sujeito que fala; e um excesso explicativo, que deixaria de lado o esforço pela compreensão (nos termos de Weber) da fala daquele que relata sua história de vida” (GUÉRIOS, 2011:12). Segundo a autora: “Em uma perspectiva explicativa e objetivista, o relato biográfico é apenas uma ferramenta, em falta de uma melhor, para atingir a realidade à qual ele se refere, mesmo que a deformando; enquanto em uma perspectiva compreensiva (que apenas seria subjetivista com a condição de se abster de toda a comparação entre diferentes experiências e de toda tentativa de perceber a estruturação do espaço de possíveis tal como ele se oferece aos atores) este relato faz parte da matéria mesma da investigação: não apenas o que permite compreender, mas também o que deve ser compreendido” (HEINICH apud GUÉRIOS, 2011:12).

[...] descreve a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas (Hércules entre o vício e a virtude), seus ardis, até mesmo suas emboscadas (Jules Romains fala das "sucessivas emboscadas dos concursos e dos exames"), ou como um encaminhamento, isto é, um caminho que percorremos e que deve ser percorrido, um trajeto, uma corrida, um *cursus*, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional (a "mobilidade"), que tem um começo ("uma estréia na vida"), etapas e um fim, no duplo sentido, de término e de finalidade ("ele fará seu caminho" significa ele terá êxito, fará uma bela carreira), um fim da história (BOURDIEU, 1996:183).

O alerta de Bourdieu diz respeito, portanto, aos riscos implicados em narrativas teleológicas sugeridas pela escrita biográfica já que a vida não é uma ordenação racional de acontecimentos e não há nenhum fim claro e unívoco definido desde o nascimento de um sujeito. Assim, é preciso que estejamos atentos às relações entre sujeito e contexto, entre indivíduo e estruturas, já que, para Bourdieu, tentar compreender a trajetória de vida apenas pelo ponto de vista dos acontecimentos pessoais seria “[...] tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações.” Para o autor, os “[...] acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado” (BOURDIEU, 1996:189-190).

Esse tipo de estudo oferece oportunidades importantes para complexificar o objeto deste trabalho, chamando a atenção para as relações estabelecidas entre diferentes indivíduos e contextos, entre as histórias macro e micro, formando um jogo de escalas (REVEL, 1998) onde a “[...] possibilidade de uma individualidade fixa, unitária e coerente parece então se perder em meio a uma pluralidade de identidades, referências, locais. Os indivíduos não podem mais ser enquadrados em esquemas conceituais definidos e em marcos teóricos pré-estabelecidos.” (AVELAR, 2010:162) Apesar do espaço limitado que a biografia de Alejandro Malaspina ocupa dentro deste trabalho, ela serve para ajudar a elucidar as condições de produção do *Viaje político-científico*, bem como demonstrar que se

[...] o indivíduo é, ao mesmo tempo, ator crítico e produto de sua época, seu percurso iluminando a história por dois ângulos distintos. Um explícito, pela iniciativa voluntária do observador que propõe uma

análise da sociedade na qual o personagem está inscrito. O outro, implícito, avaliado no percurso do personagem que ilustra, por sua vez, as tensões, conflitos e contradições de um tempo, todos essenciais para a compreensão do período. Neste caso, o indivíduo encarna, ele mesmo, tais tensões (DEL PRIORE, 2009:11).

Paulo Renato Guérios, ao retomar brevemente as reflexões propostas por Sidney Mintz na obra *Worker in the cane*, publicada em 1960, consegue nos munir com outras importantes perspectivas sobre os desafios da biografia. O texto de Mintz estuda a vida de um trabalhador porto-riquenho que, de acordo com ele próprio, não se considerava representativo de nada. Para Guérios, "Ao destacar a univocidade da trajetória de seu informante, Mintz já elimina a possibilidade de estabelecer uma conexão abstrata entre sua trajetória e o meio social em que ele vive." (GUÉRIOS, 2011:14) E, ainda, é "[...] interessante notar que, em seu estudo, Mintz não lança mão do uso de estatísticas, nem coteja a trajetória de Taso com a de outros sujeitos de seu meio, nem busca explicar sua existência objetivando diretamente seu pertencimento a um grupo." Mas mesmo assim o autor norte-americano consegue dar "[...] legibilidade sociológica à trajetória de Taso ao explorar cuidadosamente a história e a inserção de sua aldeia no sistema colonial que os Estados Unidos impuseram em Porto Rico." (GUÉRIOS, 2011:14). De acordo com Mintz:

[...] um olhar através das lentes da história mostra o modo pelo qual um povo – um grupo social, uma subcultura, uma comunidade ou um país inteiro – abre-se, através de importantes mudanças econômicas, políticas e ideológicas, a novas percepções, novos padrões de comportamento e crença, novos modos de ver o que ocorre com eles. [...]

Os eventos da vida de Taso correm paralelos às grandes mudanças que ocorrem ao seu redor. Em cada ponto é possível ver como ele tomou todas as vantagens possíveis das oportunidades que sua sociedade lhe oferecia, de acordo com suas próprias necessidades e seu temperamento. As mudanças em si não explicam a trajetória particular de sua vida; elas são antes as condições sob as quais sua vida tomou uma forma característica (MINTZ apud GUÉRIOS, 2011:14).

Antes, porém, de apresentar os “dados” da biografia de Alejandro Malaspina que nos permitem compreender cumprir com os objetivos deste trabalho, no primeiro capítulo pretendo debater o contexto da ciência no século XVIII e refletir sobre o conteúdo político do seu discurso e de sua prática. Para tanto, valho-me de trabalhos como os de Daniel Carey e Lynn Festa (2009), Jonathan Israel (2001), Mary Louise Pratt (1999), Manuel Sellés, José Luis Peset e Antonio Lafuente (1987), Michel Vovelle (1995; 1997) e Paolo Rossi (2001), em especial. Debatendo com estes autores, quero

demonstrar qual meu entendimento sobre o iluminismo e a ilustração, distinção fundamental que apresentarei adiante, e sobre o suposto atraso da ciência espanhola.

No segundo capítulo, entro no universo do pensamento de Malaspina, dialogando frequentemente com Igea (1994). Aqui pretendo mostrar quais são as raízes do capitão italiano – quais sejam, o iluminismo italiano e o reformismo ilustrado *borbónico* – e também quais suas principais preocupações acerca da posição espanhola em relação à América. Para tanto, uso em especial dois conceitos: o de ciclo de acumulação, de Bruno Latour (2005), e o de projeto, de Gilberto Velho (1994). Aproveito este capítulo para retomar a discussão acerca da coerção das leituras, fazendo coro com alguns dos preceitos teóricos do grupo “modernidade/colonialidade.” Este grupo, formado por pensadores latino-americanos, tem proposto opções teóricas diversas daquelas feitas pelos teóricos da pós-colonialidade, fornecendo ferramentas para pensar os desafios do mundo colonial ibérico. Desta forma, cunharam conceitos importantes para este trabalho como os de colonialidade do poder/saber, *hybris do ponto zero*, diferença imperial/colonial, especialmente através das obras de Santiago Castro-Gómez (2005a) e Walter Mignolo (1996, 2011). Essa crítica às tensões que regem a escrita científica se torna fundamental já que os

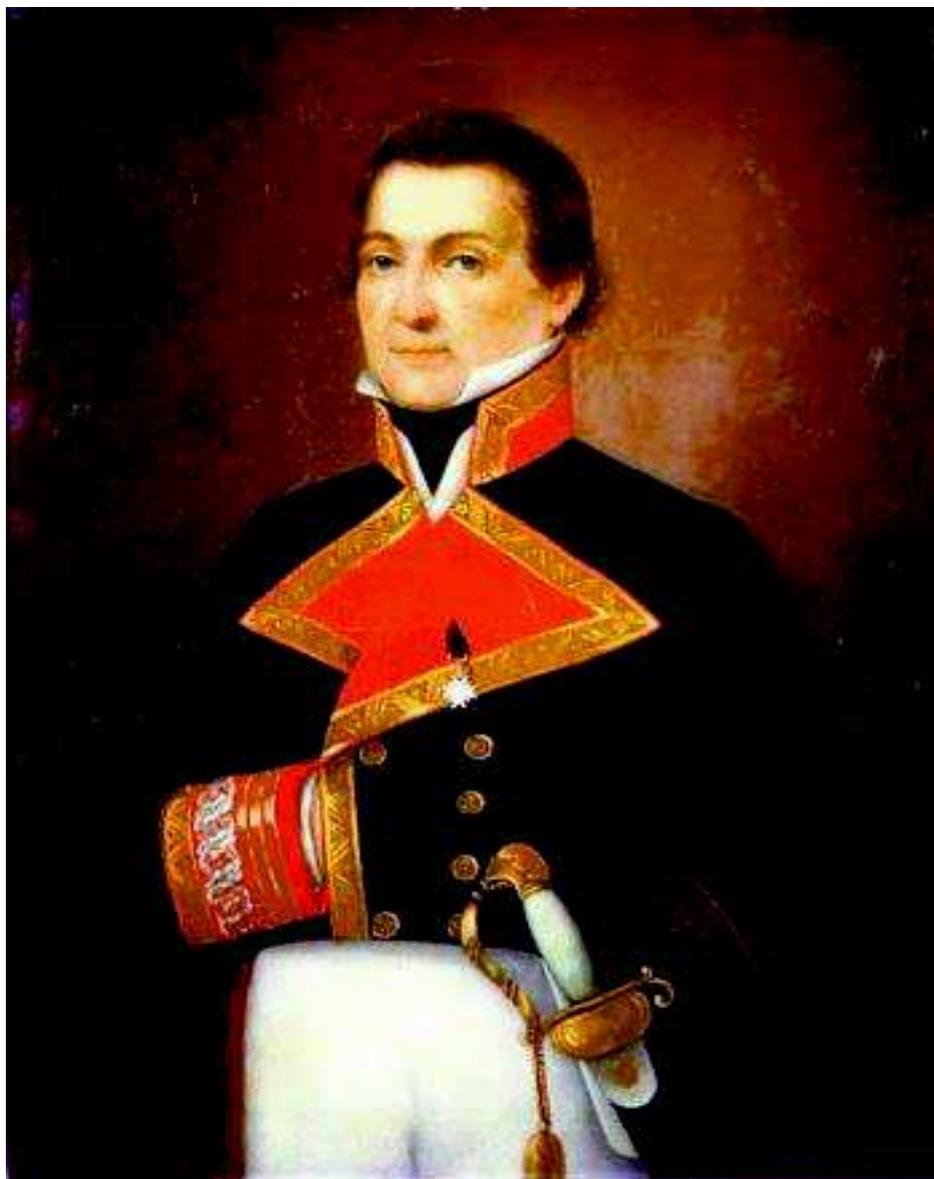
[...] relatos de viagem, grande parte das vezes, foram produzidos a partir de experiências de indivíduos deslocados de suas realidades de origem, que frequentaram a realidade de outrem. Com isso, tornam-se depositários de narrações sobre ocasiões e fatos históricos, muitas vezes vistos e vivenciados efetivamente. Todavia, nenhuma narração, por mais objetiva que se pretenda, está livre da subjetividade do autor. Este pode tanto vir a acrescentar impressões quanto omitir detalhes. Essas ações, nem sempre conscientes, podem resultar de um leque ilimitado de fatores inter-relacionados, como as influências advindas da formação cultural do viajante, os interesses específicos envolvidos no empreendimento da viagem e da publicação do relato e até as opções e preferências do próprio autor (FRANCO, 2011:75-76).

No terceiro e último capítulo, investigo o ocaso da obra de Malaspina após o seu encarceramento, bem como as leituras que dela foram sendo feitas – dentro do que me foi possível apurar – por diplomatas chilenos ao longo do século XIX, até chegar à data da publicação do diário de Malaspina por Pedro de Novo y Colson em 1885. Para as informações sobre as disputas territoriais do Chile, bem como sobre a atuação de seus diplomatas, vali-me da obra de Andrés Jaramillo (2005). Nesta parte do trabalho, apresento três maneiras diferentes nas quais o conceito de “apropriação” se dá,

dialogando com a história do livro e da edição de Roger Chartier (1990, 1991, 1992, 1994, 2001, 2002a, 2002b) – é claro que houve uma limitação em relação à circulação da obra impressa, pelas dificuldades apresentadas pela fonte e pela distância a que me encontro dos arquivos espanhóis – e com Michel Foucault (2008).

2 PRELÚDIO: A TRAJETÓRIA DE ALEJANDRO MALASPINA (1754-1788)

Figura 1 – Alejandro Malaspina



Fonte: GÓMEZ, Andrés Galera. *Las corbetas del rey. El viaje alrededor del mundo de Alejandro Malaspina (1789-1794)*. Bilbao: Fundación BBVA, 2010, p. 17

Em 5 de novembro de 1754, no meio do outono italiano, nascia, em Mulazzo, Alejandro Malaspina, terceiro filho do marquês Carlos Morello Malaspina e de Caterina Meli Lupi di Soragna, sobrinha de Giovanni Fogliani d'Aragona, nobre italiano que no ano seguinte se tornaria vice-rei da Sicília. Mulazzo era um pequeno feudo pertencente ao Grão Ducado da Toscana, e enfrentava sérias entraves econômicos no século XVIII. Ele era ainda, dirigido por uma elite não muito afeita ao clima de transformações intelectuais que imperava nos anos 1700 (IGEA, 1994; MANFREDI, 1994). O marquês

de Malaspina, “quizás el más inteligente de sus quince primos” (MANFREDI, 1994:22), provavelmente reconheceu que sua terra natal não era a mais propícia para fornecer a instrução necessária a seus filhos, e traçou, portanto, um plano para o futuro dos seus rebentos: “Azzo Giacinto, el primogénito, le reemplazaría algún día en la dirección del feudo; los otros, Luigi y Alejandro, emprenderían la carrera militar o la eclesiástica. Un buen nivel de instrucción, además de una protección poderosa, les facilitaría las cosas a los tres” (MANFREDI, 1994:22).

Assim, em 1762, quando o jovem Alejandro ainda não havia completado oito anos de idade, o marquês decidiu mudar-se com sua família para Palermo, onde encontraria a proteção do vice-rei Flogliani e onde, certamente, seus filhos teriam acesso a uma instrução mais sólida. Mas foi em 1765, quando o teólogo da corte, o padre Antonio Maria de Lugo, foi chamado para Roma para dirigir o Colégio Pio Clementino, que o Alejandro Malaspina recebeu a sua primeira chance real de obter uma formação mais séria e rigorosa. Giovanni Fogliani propôs ao marquês de Malaspina que deixasse o filho ao cargo do padre de Lugo para completar seus estudos em Roma, permissão que Carlos Morello prontamente concedeu a seu filho mais novo.

Durante 1765 e 1773, Alejandro Malaspina permaneceu estudando no Colégio Clementino sob a direção da ordem de Somasca¹⁰. O método de ensino da referida ordem se aproximava ao dos jesuítas, mas “[...] sin embargo diferían [...] en un punto bastante importante: tenían una concepción menos jerárquica y autoritaria de la educación” (IGEA, 1994:33). A máxima da ordem, “*no formare, ma informare,*” era o cerne de sua pedagogia, de maneira que “[...] ningún preceptor solía inculcar máximas en los discípulos: en las lecciones se exponían de forma objetiva las distintas teorías de cada tema sobre las que se establecía un debate; los alumnos tenían después plena libertad para abrazar aquéllas que más les hubieran persuadid” (MANFREDI, 1994:24). Segundo Igea,

¹⁰ A Ordem dos Clérigos Regulares de Somasca (Ordo Clericorum Regularium a Somascha) foi fundada por Jerônimo Emiliani (1486-1537) e sua área principal de atuação foi na Itália. Apesar de ter sido fundada anos antes, os somascos só receberiam o reconhecimento como ordem religiosa em 1568, quando Pio V os inscreve entre as ordens. Os padres somascos ocuparam-se principalmente de cuidar dos pobres, dirigir orfanatos e administrar escolas, dentre as quais encontrou-se o Colégio Clementino, assumido pela ordem em 1595. Para maiores informações, consultar o site oficial da ordem: <http://www.somascos.org/>

El *Methodus studiorum*, verdadera piedra filosofal de la escolástica somasca, nació en 1741 fruto de una larga experiencia pedagógica. A finales del XVII el programa comprendía la retórica (Aristóteles, Quintiliano, Cicerón), la *Umanità* (lectura de los clásicos, composición en latín e italiano) así como gramática superior e inferior. El *Methodus* contemplaba ya dos niveles: uno circunscrito a la gramática, y otro superior restringido a los alumnos más aventajados: los *humanorium litteratum*, es decir aquéllos que estudiaban humanidades. El acceso a este grado no era fácil. Se exigían notables conocimientos en geografía, historia, mundo clásico y retórica (IGEA, 1994:33-34).

Todavía, apesar do teor claramente humanista do método somasco, o perfil dos professores do jovem Alejandro Malaspina era diverso e durante os seus anos no Clementino, o italiano teve acesso aos mais variados livros e conhecimentos. O padre Antonio Maria de Lugo, por exemplo, era, além de teólogo, professor de retórica e história. Outro exemplo era o do padre Giuseppi Pujati, que também era professor de retórica, mas, por outro lado, se apresentava como um ferrenho entusiasta da geografia, defendendo o uso cartografia como método de aprendizagem. Outro "[...] de los maestros, Pietro Cermelli, enseñaba filosofía y, por tanto, física y matemáticas. Cuando en 1779 abandonó el Clementino, dejó allí dos de sus “obras” educativas más importantes: un museo de historia natural y un gabinete de física con instrumentos modernos" (IGEA, 1994:37). Como veremos ao longo dos próximos capítulos, a formação que Malaspina recebeu durante sua passagem por Roma repercutirá ao longo de toda a sua atuação como oficial da marinha espanhola; mas mesmo antes de entrarmos nesse terreno, cabe também informar que foi durante a sua estadia no Clementino que Alejandro Malaspina produziu sua primeira obra: sob a tutela de Cermelli, o jovem escreveu, em 1771, as *Theses ex physica generali*¹¹.

Podemos concluir que durante os sete anos em que permaneceu em Roma, Alejandro Malaspina teve uma firme base humanista, além de ter entrado em contato com as obras de autores franceses como Voltaire (Pietro Cermelli, por exemplo, havia

¹¹ Segundo Juan Pimentel Igea, “Las *Theses ex Physica Generali* responden a un tipo de ejercicio académico muy concreto, las disertaciones periódicas que en los colegios somascos se exponían en presencia de los cardenales. Pero además de la defensa oral, era preciso redactarías (de hecho la de Malaspina está impresa), lo cual hace pensar en la *Conclusiones* jesuítica, ese ejercicio público con que los jóvenes estudiantes conseguían un reconocimiento académico análogo al que se otorgaba en las universidades. Sea como fuere, el primer texto malaspiniño posee todos los rasgos de un escrito académico: juventud del autor, demostración de erudición, formalismo estructural y ausencia de originalidad. Entendidas tales características más bien como virtudes que como defectos de la pedagogía somasca, lo incontestable es el altísimo nivel de conocimientos que un joven de diez y siete años podía adquirir, el absoluto éxito educativo que este tipo de colegios garantizaba”(IGEA, 1994:39).

traduzido a *Sémiramis* deste autor), e com as novas ciências que já vinham se desenvolvendo desde a metade do século XVII, mas que ganharam uma imensa divulgação no XVIII, como a física newtoniana. Todavia, apesar dos anos de preparação em um colégio religioso e do desejo de seu pai para que Malaspina se tornasse um religioso, o jovem de Mulazzo parecia não ter vocação para vestir a batina e assim, contrariando a vontade do marquês, buscou a vida militar.

Fazendo uso do prestígio que estava à sua disposição na figura do seu tio-avô e do sobrenome nobre que carregava, Malaspina havia escolhido integrar a Real Armada espanhola – instituição que, parece-nos, era a mais imponente que havia ao seu alcance. Mas antes de ingressar na Armada da Espanha de Carlos III, o italiano seguiu um costume comum aos jovens que ingressavam na vida da marinha – e também comum à sua família (MANFREDI, 1994:26): em junho de 1773, Alejandro Malaspina recebia o título de cavaleiro de São João de Jerusalém ao ser aceito no seio da ordem de Malta. Segundo Igea, Malaspina “[...] navegó por el Mediterráneo bajo bandera maltesa no ya para hacer la guerra al infiel, sino para limpiar sus viejas aguas de piratas berberiscos” (IGEIA, 1994:63). Consideramos, assim, que seu ingresso na ordem foi encarado por Malaspina como uma necessária primeira experiência no mar, mas também como formação do capital social “exigido” – se é que podemos falar nesses termos – pela Armada espanhola.

Para Igea (1994), é fundamental lembrar as relações existentes entre a ordem de Malta e a Espanha: Desde que Carlos V doou a ilha de Malta à Ordem de São João em 1530, os grão-mestres da ordem eram investidos pelo próprio rei da Espanha. Como um ato simbólico de reconhecimento da autoridade real, os grão-mestres entregavam o falcão maltês à autoridade que representava o rei espanhol: o vice-rei da Sicília. O autor, seguindo este ponto, põe em relevo os fatores importantes que ligam a Itália (e o italiano Malaspina) à Espanha de Carlos III: a procedência napolitana do monarca espanhol e o fato de Malaspina ser sobrinho de Giovanni Fogliani Sforza d'Aragona, vice-rei da Sicília até a revolta de 1773. A interpretação que Igea faz da passagem de nosso personagem de Malta à Sicília e desta à Cádiz é a seguinte: como o ingresso de Malaspina na Ordem coincide com o momento em que Francisco Jiménez de Tejada assume a posição de grão-mestre (e permaneceria lá entre 1773 e 1775), o autor aponta que a viagem de Malaspina corresponde, simbolicamente, como a oferta do falcão

maltês ao rei da Espanha por intermédio do vice-rei da Sicília, que viria a depositá-lo "[...] en el lugar exacto donde debía hacerlo, en la Academia de Guardias Marinas de Cádiz" (IGEIA, 1994:65). Gostaríamos, todavia, de deixar claro que tal posição nos parece um tanto exagerada, e talvez a passagem de Alejandro Malaspina de Malta à Espanha se deva muito mais à própria vontade dele do que a uma suposta oferenda simbólica.

Em 1774, acompanhado por seu tio-avô, que havia perdido o cargo de vice-rei devido a um levante popular, e buscava apoio na Espanha para recuperar sua posição, Malaspina chegava à Cádiz, onde receberia o posto de guarda-marinha¹². Dois meses depois, após completar o curso acadêmico, Malaspina foi promovido a alferes de fragata. Até 1776, ele esteve no departamento de Cartagena a bordo da fragata *Santa Teresa*. Durante estes dois anos, o jovem oficial já encontrou o primeiro teste para suas habilidades como marinheiro: a fragata *Santa Teresa* esteve envolvida no cerco a Melilha¹³, no norte da África – conflito no qual recebeu menção honrosa por seus feitos militares (MANFREDI, 1994:27) –, e também em operações na Argélia. Em 1776, Malaspina é promovido a alferes de navio e, segundo Manfredi (1994:27), é provavelmente neste ano que o jovem italiano é transferido para o departamento de Cádiz.

No ambiente cosmopolita de Cádiz, Malaspina encontrou espaço para estabelecer diversas relações importantes para sua carreira e para suas aspirações. A cidade pulsava os novos ventos que buscavam retomar os dias de glória da Armada, recuperando a sólida formação acadêmica que os oficiais recebiam no tempo de Jorge Juan¹⁴. Como aponta Igea:

Cuando Alejandro sentó plaza de guardiamarina se estaban fraguando cambios que no tardarían en fructificar. La decisión de recuperar los hábitos académicos y el espíritu de Juan, la voluntad de orientar la

¹² Guarda-marinha é o escalão corresponde ao de aspirante à oficial.

¹³ O cerco à Melilha (1774-1775) foi um conflito entre forças marroquinas, apoiadas pela Grã-Bretanha e por mercenários argelinos, e espanholas. A resolução final do episódio veio 5 anos após o fim do embate armado: em 1780, o conde de Floridablanca e Mohamed Ben Otoman firmaram um acordo de paz conhecido como Tratado de Aranjuez, onde ficou estabelecida a liberdade de comércio entre os dois países, além da soberania espanhola sobre Melilha. Melilha é, até hoje, uma cidade autônoma espanhola localizada na costa do norte da África, no território do Marrocos.

¹⁴ Jorge Juan y Santacilia (1713-1773) foi um importante engenheiro naval e cientista espanhol envolvido em alguns dos mais proeminentes projetos de modernização da Armada da Espanha *borbónica*. Dentre seus feitos, consta a sua participação, junto a Antonio de Ulloa, na Expedição Geodésica de 1735.

formación de los jóvenes marinos por los senderos del experimentalismo newtoniano, fueron las líneas maestras que inspiraron las reformas de esos años [...] (IGEA, 1994:66-67).

Assim, Alejandro Malaspina pôde fazer uso dos conhecimentos que havia adquirido durante os anos no colégio Clementino, em Roma. Sua inspiração newtoniana parecia combinar com o clima de renovação vivido na marinha e a sua dedicação aos estudos certamente atendiam às demandas que começavam a ser feitas aos novos oficiais. Foi também durante esse seu segundo período em Cádiz que Malaspina criou laços com a comunidade de italianos residentes naquela cidade, em especial com Paolo Greppi, personagem que, como veremos adiante, se tornaria seu maior amigo e principal confessor. Contudo, sua segunda estadia em Cádiz fora breve.

Em 1777 ele embarcava na *Astra*, fragata que deveria rumar às Filipinas para transportar José Vasco y Vargas, nomeado governador daquele território. Esta foi a sua primeira experiência mais extensa nos mares: durante dois anos, Malaspina esteve a bordo da fragata e pôde realizar suas primeiras observações sobre as colônias ultramarinas espanholas *in loco*. Conforme veremos ao longo deste trabalho, o Pacífico e as colônias banhadas por ele ocuparão a mente de Malaspina por muitos anos.

Depois de retornar à Espanha em 1779, Malaspina esteve envolvido em operações belicosas. Naquele ano, a Espanha se unia à França no auxílio aos colonos americanos na guerra de independência contra os britânicos. Em 1780, podemos encontrá-lo a bordo do *San Julián*, um dos navios que integrava a esquadra de Juan de Lángara. Sabe-se que o navio fora capturado pelos ingleses naquele ano durante uma batalha no cabo de Santa Maria: o capitão, o marquês de Medina, fora feito prisioneiro e transportado para uma das naves britânicas, enquanto a tripulação – e aí estava incluso nosso personagem – permanecia sob escolta. Segundo Dario Manfredi, não há um consenso entre os historiadores, “[...] pero lo que sí es seguro es que Malaspina logró invertir la situación a bordo y recondujo el navío – libre y con el pabellón español izado – hasta el puerto de Cádiz. Al mes siguiente, el oficial fue ascendido a teniente de navío” (MANFREDI, 1994:29). Em 1782, Alejandro Malaspina esteve também presente na tentativa de tomar Gibraltar - um episódio pouco feliz para a Real Armada. As baterias encouraçadas espanholas se incendiaram e tiveram que ser abandonadas:

Malaspina passou a noite ajudando a resgatar os náufragos e feridos (MANFREDI, 1994:29).

É graças à sua atuação durante o episódio em Gibraltar que, depois de oito anos na marinha espanhola, o italiano é promovido à capitão de fragata por seus méritos na guerra contra Grã-Bretanha – mas a sua promoção também acompanha os momentos finais do conflito que encontram uma Espanha em frangalhos. O fracasso espanhol no combate realça a necessidade de reformas na formação dos oficiais da Real Armada e, neste sentido, importantes personagens são promovidos a cargos chave: José de Mazarredo¹⁵ torna-se capitão das três companhias, Antonio Valdés assume o cargo de Ministro da Marinha e Vicente Tofiño¹⁶ é encarregado de elaborar um Atlas Marítimo da Espanha. Todas estas promoções se dão em 1783, data, para Igea (1994:71), que marca a segunda fase da carreira militar de Alejandro Malaspina, que duraria até 1788, quando o capitão italiano recebe a permissão de Carlos III para empreender a sua viagem político-científica

Entre 1783 e 1786, Malaspina esteve em terra firme. Durante estes três anos, o oficial aproveitou todas as oportunidades que teve para estreitar relações e circular nos lugares certos. Sua participação em círculos ilustrados, associados ao reformismo *borbónico*, é notória. Segundo Igea é nesse período que ele “[...] se convirtió en oficial científico [...]”. Assim foi de julho de 84 a setembro de 86 “[...] el período en que estuvo vinculado a las dos grandes empresas de aquel tiempo: el Curso de Estudios Mayores y el Atlas Marítimo” (IGEA, 1994:71). Essas duas empreitadas integram aquele movimento de resgate da formação intelectual dos membros da Real Armada sobre a qual falávamos anteriormente: o *Curso de Estudios Mayores* devia formar oficiais capacitados que fossem instruídos nas novas ciências: geografia, hidrografia, astronomia, física experimental... estes eram alguns dos temas obrigatórios do *Curso*, além da leitura dos relatos de expedições. Segundo Igea, a “[...] lectura de las relaciones de Cook, Wallis, Byron, La Condamine, Juan y Ulloa, constituían parte

¹⁵ José de Mazarredo (1745-1812) foi um importante membro da Real Armada espanhola. Segundo Saíz, Mazarredo foi responsável pela maior parte da atividade náutica da Espanha no último quarto do século XVIII, além de ter sido grande apoiador da cientificação da marinha. (1994:418)

¹⁶ Francisco Antonio Tofiño y Sanmiguel (1752-1820) foi militar espanhol de carreira e professor de matemática na Academia de Guardiamarinas de Cádiz, antes de ocupar o cargo de diretor desta instituição entre 1768 e 1789. Entre 1783 e 1789 foi o responsável pela elaboração do Atlas marítimo de España. Tofiño também foi membro da Real Academia de Historia, da Academia de Ciências de Lisboa e correspondente da Academia de Ciências de Paris. (SAIZ, 1994:421)

sustantiva de la formación de sus potenciales émulos” (IGEA, 1994:122). Já o Atlas Marítimo tinha como objetivo estabelecer cartas hidrográficas precisas das costas da Península Ibérica. Assim, de acordo com Igea, os alunos do *Curso* e os membros envolvidos com a elaboração do Atlas constituíam uma “[...] élite segregada [...]” e eles estavam “[...] facultados para determinar científicamente la posición de un navío, trazar derroteros y cartas hidrográficas, levantar mapas de islas, puertos y desembocaduras, realizar descripciones iconográficas de costas y un largo etcétera” (IGEA, 1994:80).

Unindo os novos conhecimentos adquiridos durante este período àqueles que Malaspina já dominava desde sua estada no colégio Clementino, o italiano havia se inserido dentro de um corpo altamente especializado de marinheiros que deveria auxiliar a Armada a recuperar seu antigo prestígio. Assim, encontramos-lo, entre 1785 e 1786, preparando planos para realizar a sua primeira viagem de circunavegação do globo: Alejandro Malaspina se propõe a realizar uma expedição comercial às Filipinas a bordo de um navio da marinha militar. Esta foi a primeira empreitada do gênero a ser realizada na Espanha e também foi, parece-nos, o primeiro passo que o oficial italiano dava para saciar a sua ambição. Entre 1786 e 1788, Malaspina esteve no mar a bordo do *Astra*, percorrendo milhares de quilômetros e tendo a oportunidade de observar, uma vez mais, o estado das posses espanholas no ultramar. Esta primeira expedição que comandou serviu-lhe de laboratório para arquitetar a sua concepção sobre os problemas do sistema que regia as colônias espanholas de além-mar, que seria exposta primeiramente nos seus *Axiomas Políticos* e, posteriormente, expressado através da expedição de 1789-1794, que será, doravante, o tema principal deste trabalho.

3 UMA QUERELA ILUSTRADA: CIÊNCIA, POLÍTICA E COLONIALISMO NO SÉCULO DAS LUZES (1650-1789)

La colonialidad, la modernidad y el capitalismo son fenómenos entrelazados que han configurado diferentes relaciones de dominación, diversos mecanismos de control y múltiples patrones de explotación a favor de los intereses de las élites.

Luis Martínez Andrade

La Ilustración fue un período en el cual Europa vivió un creciente sentimiento de poder que se expresa no sólo en su expansión colonial sino en el triunfo de la razón sobre la naturaleza: el descubrimiento de leyes universales que regulan el cosmos y el establecimiento de sistemas de clasificación que parecían poner al alcance de los europeos la riqueza del mundo natural.

Mauricio Nieto

Antes de investigarmos a expedição de Alejandro Malaspina e José de Bustamante y Guerra, é preciso delinear os limites em que ela se desenvolveu. Entendemos a expedição como uma espécie de resposta ilustrada espanhola à perda de poder daquela coroa ibérica nos campos científico e político-militar europeus. Portanto, em um primeiro momento, devemos descrever o contexto que produz a expedição, qual seja, uma breve reconstituição da história da ciência e da filosofia no Século das Luzes – que dura mais de um século, seguindo a proposta cronológica de Jonathan Israel (2001) – e de suas implicações na política intra-europeia e ultramarina.

Além da posição europeia geral, faz-se também necessário entrar em pormenores na Ilustração hispânica e do que costumamos chamar de *Reformas Borbónicas*: a nova monarquia encontra-se em uma posição fragilizada e se vê na necessidade de operar reformas em todas as instâncias da vida pública em busca de uma maior eficiência de funcionamento do Estado e da defesa da própria totalidade do Império. Essa defesa, como veremos adiante, é um dos incentivos às expedições marítimas, que têm um caráter utilitário para a Coroa. Desta forma, utilidade e eficiência se tornam em palavras-chave para o entendimento deste período.

Retomando a linha proposta pela epígrafe, trataremos neste capítulo das imbricações entre os desenvolvimentos científicos e filosóficos (partindo do final do

Renascimento e início da Revolução Científica e nos estendendo até a Revolução Francesa) e o discurso colonial – mas não apenas aquele que diz respeito às colônias europeias (ou periferias, de acordo com o conceito de sistema-mundo de Immanuel Wallerstein [1979]), mas também dentro da própria (suposta) unidade europeia. Como bem lembra Mignolo (2011), ao analisar duas obras de Kant, *Antropologia do ponto de vista pragmático* (1798) e *Geografia* (1802), existe a criação de uma diferença interna: Por um lado há o que Hegel classificou como “coração da Europa” (Itália, Inglaterra, França e Alemanha), e por outro, há o “resto” (MIGNOLO, 2011:196-197).

É, portanto, preciso que estabeleçamos o contexto que gera a resposta. Nas páginas que se seguem nós faremos um movimento de aproximação com a teoria pós-colonial para enquadrar o desenvolvimento de categorias históricas que normalmente são vistas como exclusivamente europeias, como a modernidade e o Iluminismo, com uma história mais ampla, que não se foca no consenso e na unidade, mas nos conflitos que existiram dentro desta suposta unidade. Como bem apontou Heriberto Carou:

En este sentido, al proyecto intelectual de Edward Said de deconstrucción del Oriente construido por los europeos, o al de Walter Mignolo referido a la “descolonización” del Occidente europeo (América Latina), quizás haya que sumar otro específicamente encaminado a deconstruir la Europa dominadora e imperial de la modernidad, convertirla en hogar y no fortaleza, vinculada al Sur global, porque tenemos el convencimiento de que ¡Otro Mundo, otra América y otra Europa son posibles! (CAROU, 2009:73)

3.1. EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS NO SÉCULO XVIII

O século XVIII pode ser encarado como o século das grandes expedições. Essa centúria foi dominada por um “clima” de inovação guiado pelo iluminismo e pela ciência, e esse espírito pode ser verificado quando observamos atentamente a quantidade de expedições científicas que se realizaram ao longo dos anos 1700. A Europa se constituía como “centro do mundo” e os *savants* do iluminismo nos mais diversos países certamente se aproveitavam da corrente de conhecimentos que fluía em direção a esse centro. Se, por um lado, a Europa esperava aumentar suas posses – tanto em termos de territórios como em termos monetários -, por outro, ela buscava controlar o “resto do mundo” – tudo aquilo que caía fora do centro, constituindo-se como “periferias” – através do conhecimento. Como afirma Mignolo, “the accumulation of meaning was an avid enterprise, parallel to the accumulation of money and wealth. [...]”

It was a messy and splendid world before them, and they had the pleasure of arranging, organizing, making it ‘understood’¹⁷ (MIGNOLO, 2011:187-188).

Notamos, então, que esse espírito do século XVIII é composto por uma dupla motivação: há, certamente, um intuito científico que move as expedições – os avanços da ciência permitem navegar por mares que antes eram demasiado perigosos, permitem combater doenças como o escorbuto, enquanto os debates da história natural atizam a curiosidade dos homens –; mas as expedições também representam uma tentativa de controle: seja ele controle estratégico ou comercial, seja ele científico. Assim, os anos 1700 constituem-se como um período de expansão europeia em todas as frentes. Neste sentido, Peter Burke reconhece a importância das expedições (BURKE, 2003:49-5), assim como Baeza e Leiva que notam que

En el siglo XVIII se produce un doble fenómeno que favorece las expediciones de carácter científico. Por una parte, el avance de las ciencias y, por otra, la evolución de las monarquías absolutas. [...] Asistimos a una competencia científica entre los principales estados europeos en virtud de la cual las rivalidades políticas y económicas se trasladaron al campo de las ciencias. [...] Los viajes científicos despertaron gran interés entre las cortes europeas. Para las mentalidades ilustradas, el viaje fue visto como una empresa universal, como gloria nacional, como empresa de la razón y la virtud, como hazañas de la aventura y de lo imprevisto (BAEZA; LEIVA, 2004:35).

Esta nova modalidade de viagem, a expedição científica, assume no século XVIII um status privilegiado em função do interesse público pela ciência e também pelo interesse utilitarista das monarquias (BURKE, 2003:119-120; BAEZA; LEIVA, 2004:37). Certamente que havia um interesse científico nestas expedições, mas o reconhecimento da fauna e da flora das colônias também oferecia potenciais recursos econômicos a serem explorados pelas monarquias. Segundo o historiador espanhol Antonio Lafuente, há dois processos de transformação da ciência no século XVIII que são fundamentais para entendermos o caráter singular assumido pelas expedições daquela centúria:

El primero podríamos denominarlo como de internacionalización de la ciencia y agruparía desde las tentativas por encontrar un sistema de medidas universal que hiciese posible el intercambio y contrastación

¹⁷ “A acumulação de significado era um empreendimento ávido, paralelo à acumulação de dinheiro e riquezas. [...] Havia um mundo esplêndido e bagunçado à sua frente, e cabia a eles o prazer de distribuí-lo, organizá-lo, fazê-lo ser 'entendido'.” (tradução livre)

de observaciones científicas, hasta el desarrollo de programas cooperativos de investigación. Naturalmente, tal proceso no se limita a la mera superación de ciertas barreras conceptuales, académicas o de prejuicios nacionalistas; implicaba también un desbordamiento de las fronteras geográficas y la exploración de nuevos paisajes continentales u oceánicos. El segundo proceso implicaba consolidar la nueva racionalidad de base geométrica frente a la silogística escolástica, estimulando un compromiso más radical del científico con su realidad próxima. Ello exigía forzar la transición desde una razón meramente contemplativa y sistematizadora a otra más activa y de dominación. Por supuesto, también van a modificarse los actores que tendrán ahora una distinta composición socio-profesional en el sentido de una mayor secularización (piénsese en la significativa presencia de cirujanos o militares) y una diferente ubicación institucional para sus actividades docentes o de investigación (LAFUENTE, 1987:373-374).

A Europa se encontra, assim, em pleno processo de internacionalização da ciência, da formação de novas academias científicas e ampla divulgação dos resultados encontrados, atravessando fronteiras geográficas e, aparentemente, superando rivalidades políticas. Entretanto, entendemos que a ciência se constitui, durante esse período, como um campo de disputa: se os resultados de determinado experimento ou o relato de determinadas expedições são divulgados amplamente, eles não o são apenas com a intenção de divulgar a ciência pelo mundo, mas antes como forma de afirmação da autoridade (ou seja, do poder) de determinada nação sobre a ciência.

É sob essa ótica que entendemos dois eventos que para Mary Louise Pratt (1999) são fundamentais: o primeiro foi a publicação do *Systema Naturae* de Carl Lineu, sistema desenvolvido para ser uma forma inequívoca de classificar qualquer planta – seja ela conhecida pelos europeus ou não –, e o outro foi “[...] a inauguração da primeira expedição científica internacional da Europa, um esforço conjunto visando determinar de uma vez por todas a forma exata da Terra.” Trata-se da Expedição Geodésica, cujo membro mais proeminente foi Charles-Marie de La Condamine (1701-1774), enviada ao Equador para medir o arco do meridiano e definir o formato exato da Terra¹⁸. Segundo Pratt, “[...] estes dois eventos, e sua coincidência, sugerem a importante magnitude das mudanças no entendimento que as elites europeias tinham de si mesmas e de suas relações com o resto do mundo” (PRATT, 1999:41-42). É frente ao Outro que podemos definir a nós mesmos e, portanto, é através das viagens que a Europa podia se definir em relação ao ‘resto do mundo’. Pratt sugere que:

¹⁸ Para maiores informações sobre a expedição geodésica que consagrou o nome de Charles-Marie de La Condamine, conferir: LAFUENTE e MAZUECOS (1987), MARTINS (2012) e SAFIER (2009).

Na segunda metade do século XVIII, a expedição científica tornar-se-ia um catalisador das energias e recursos de intrincadas alianças das elites comerciais e intelectuais por toda a Europa. Igualmente relevante é que a exploração científica haveria de se tornar um foco de intenso interesse público, e fonte de alguns dos mais poderosos aparatos ideológicos e de idealização, por meio dos quais os cidadãos europeus se relacionaram com outras partes do mundo (PRATT, 1999:52-53).¹⁹

Ambos os eventos ocorreram em 1735 e podem ser encarados, portanto, como forjadores do clima vivido pelas expedições científicas vindouras: por um lado, a criação do Sistema da Natureza de Lineu dizia respeito à tentativa da Europa de produzir o “resto do mundo” através de uma taxonomia que pretendia inculcar um sentido único à natureza; por outro, a expedição geodésica põe em relevo os conflitos existentes – no próprio interior dos esforços científicos – entre as nações europeias, e que passariam a ser resolvidos também através de contendas científicas. Para Bourguet, a “[...] rivalidade entre os países mostra a formação de uma comunidade científica internacional; isto significa, de igual modo, que a afirmação nacional passa pelo prestígio da ciência” (BOURGUET, 1997:215), enquanto Lafuente reconhece que “[...] estas expediciones no ocultarán una dimensión militar y comercial, que en nada empeñaba o mermaba su proyección científica” (LAFUENTE, 1987:377).

Voltamos a afirmar, assim, que o caráter militar, comercial ou político que as expedições viriam a assumir não eclipsava o viés científico justamente porque a ciência, ainda que nem sempre abertamente, não esteve desvinculada dessas agendas. Isso se dá, segundo Pratt, porque “[...] o que também está em elaboração é uma narrativa de ‘anticonquista’, na qual o naturalista [e podemos incluir aqui outros tipos de viajantes] naturaliza a própria presença mundial e a autoridade do burguês europeu” (PRATT, 1999:59-61), e também porque, como afirma Marie-Noëlle Bourguet, “[...] não existe exploração sem uma forma de domínio” (BOURGUET, 1997:212).

¹⁹ Todavia, é necessário notar que Pratt entende que as novas expedições científicas proporcionaram uma aproximação entre diferentes nações europeias. A autora entende que “A cooperação da Espanha com a expedição La Condamine constitui evidência flagrante do poder da ciência para elevar os europeus acima de suas mais intensas rivalidades nacionais.” (PRATT, 1999:46) Esta, nos parece, é uma abordagem que favorece o consenso ao invés do conflito. É claro que houve cooperação entre as nações, mas certamente essa cooperação não abrandou as rivalidades entre as potências europeias. Cabe lembrar, por exemplo, que junto da expedição de La Condamine foram enviados dois tenentes espanhóis, Jorge Juan e Antonio de Ulloa, para registrarem os passos dos cientistas franceses e coibir tentativas de espionagem. Também cabe lembrar a discussão sobre a validade das fontes espanholas acerca do Novo Mundo (CAÑIZARES ESGUERRA, 2007). Entendemos que a cooperação tem mais a dizer sobre um novo campo de disputas de poder – o científico – do que na constituição de uma unidade transnacional.

Como havíamos mencionado anteriormente, a superação de dificuldades que impossibilitavam viagens à determinadas regiões do globo – e nos referimos aqui especificamente ao oceano Pacífico – também são motor dessas expedições. Frente a esse momento de inovação científica “[...] todo un nuevo horizonte colonial se abría para Europa. A la búsqueda del continente austral o del paso por el Noroeste, iban a seguirle ambiciosos programas de reconocimiento y cartografiado de costas, y nuevos derroteros” (LAFUENTE, 1987:377). A Europa – e cabe ressaltar que essa menção diz mais respeito à França, Inglaterra e Rússia – acessava, a partir daquele século, uma porção do globo que até o século XVIII havia sido freqüentada apenas marinheiros espanhóis. O Pacífico que “[...] hasta el siglo XVII fue un mar exclusivo de los españoles, en el siglo XVIII perdió esa calidad, entre otras causas, a consecuencia del comercio de contrabando y de los viajes científicos de otras potencias europeas” (BAEZA; LEIVA, 2004:41) Para Baeza e Leiva, a evolução das monarquias absolutas, “[...] siempre necesitadas de recursos [...]”, é a chave de explicação para entendermos porque os Estados “[...] financiaran expediciones destinadas a descubrirlos [novos territórios] o a evaluar las posibilidades de explotación de los ya conocidos” (BAEZA; LEIVA, 2004:37).

Conforme podemos ver no quadro abaixo, é principalmente após 1763 – ou seja, depois de ter sido firmado o Tratado de Paris, que dava fim à Guerra dos Sete Anos – que há um maior número de expedições. Do ponto de vista da maioria das nações europeias, tal fato pode ser explicado através da perceptível fragilidade espanhola. Sem a forte oposição da monarquia hispânica, que se encontrava em dificuldades financeiras por constantes guerras ao longo do século XVIII, entre outros problemas que abordaremos no próximo capítulo, França, Inglaterra e Rússia, conforme já havíamos mencionado, encontram espaço para expandir sua atuação no Pacífico. Por outro lado, do ponto de vista espanhol, era preciso reforçar as defesas destes territórios e oferecer resistências às investidas das potências rivais. É nesse sentido que Baeza e Leiva notam que, no caso espanhol “[...] no cabe duda que la utilidad, el bien público y la gloria de la monarquía fueron objetivos de primera magnitud [das expedições]” (BAEZA; LEIVA, 2004:47). Já David Weber afirma que

A finales del siglo XVIII, la importancia estratégica de los confines de lo Imperio español aumentó de forma considerable a medida que éstos llamaban cada vez más la atención de los rivales europeos o, en el caso de Norteamérica después de 1783, de Estados Unidos. Los funcionarios del gobierno español esperaban consolidar su poder político sobre algunas de esas fronteras estratégicas, protegerlas de las incursiones indias y de intrusos extranjeros y hacerlas más productivas. Por consiguiente, Carlos III envió una oleada de científicos y exploradores calificados para recopilar información acerca de los recursos, la geografía y los pueblos de esos territorios, todavía mal conocidos, que había más allá de los límites del Imperio (WEBER, 2007:21).

Quadro 1. Cronologia das expedições científicas do século XVIII.²⁰

Data	Nome	Lugar	Objetivo
1702	Feuillée	Nova Granada	Botânica
1711	Feuillée	Argentina, Chile e Peru	Botânica
1713	Frezier	Peru	-
1718-1723	Roggewin	Pacífico	Estratégica
1719-1722	Evreinov-Luzhin	Noroeste	Estratégica
1725-1729	Bering	Noroeste	Estratégica
1735-1742	La Condamine	Equador	Astronômica
1740-1742	Bering	Noroeste	Estratégica
1740-1744	Anson	Pacífico	Estratégica
1745-1746	Quiroga	Patagônia	Estratégica
1753-1756	Valdelirios	Paraguai	Limites
1754-1756	Loefling	Cumaná, Venezuela	Botânica
1754-1760	Iturriaga	Orinoco	Limites
1758	Cervantús	S. Mexicano	-
1764-1767	Sindt	Noroeste	Estratégica
1764-1766	Byron	Pacífico	Estratégica
1764-1769	Krenitsyn	Noroeste	Estratégica
1765-1767	Lángara	Filipinas	Hidrográfica
1766-1769	Wallis-Carteret	Pacífico	Estratégica
1766-1769	Bougainville	Pacífico	Estratégica
1767	Muñoz	S. Mexicano	-
1767-1768	Perler	Patagônia	Estratégica
1768-1769	Pando	Patagônia	Estratégica
1768-1769	Gil de Lemas	Patagônia	Estratégica
1768-1770	D'Autroche	Califórnia	Astronômica
1768-1770	Casens	Filipinas	Hidrográfica
1769-1770	Guinal-Lángara	Filipinas	Hidrográfica
1770	Vervé	Ilha de Páscoa	Estratégica

²⁰ As categorias apresentadas foram definidas por Baeza e Leiva (2004), mas alguns pontos permanecem obscuros. Segundo os autores, foram incluídas somente expedições que tiveram algum contato com territórios espanhóis, mas não entendemos, por exemplo, o porquê de a primeira expedição do capitão Cook (1768-1771) ter sido deixada de fora da relação.

1770	Fagues	Noroeste	Estratégica
1770-1771	Córdoba	Filipinas	Hidrográfica
1771-1772	Mendizábal	Filipinas	Hidrográfica
1772-1773	Boenecha	Taiti	Estratégica
1772-1773	Lángara	Filipinas	Hidrográfica
1772-1775	Cook	Pacífico	Estratégica
1773-1774	Alvear	Trinidad	Hidrográfica
1774	Lángara	Trinidad S.	Hidrográfica
1774	Pérez	Noroeste	Estratégica
1774	Villa	Filipinas	Hidrográfica
1775	Heceta-Bodega	Noroeste	Estratégica
1776-1780	Cook	Noroeste	Estratégica
1777-1788	Ruiz-Pavón	Peru e Chile	Botânica
1778-1779	Piedra	Patagônia	Estratégica
1779	Arteaga-Bodega	Noroeste	Estratégica
1780-1784	Viedma	Patagônia	Estratégica
1781-1800	Azara	Paraguai	Zoológica
1783-1786	Hevia	Flórida	Hidrográfica
1783-1810	Mutis	Nova Granada	Botânica
1785-1786	Córdoba	Estreito de Magalhães	Hidrográfica
1785-1788	La Pérouse	Pacífico	Estratégica
1785-1796	Cuéllar	Filipinas	Botânica
1786-1787	Moraleda	Patagônia	Hidrográfica
1787-1797	Sessé-Mociño	Nova Espanha	Botânica
1788-1789	Córdoba	Estreito de Magalhães	Hidrográfica
1788-1789	Martínez-Haro	Noroeste	Estratégica
1788-1801	Barcáztegui	Cuba	Fomento
1789	Clairac	Patagônia	Estratégica
1789-1794	Malaspina-Bustamante	Territórios hispânicos	Global
1790	Eliza	Noroeste	Estratégica
1790	Quimper	Noroeste	Estratégica
1790-1791	Elizalde	Patagônia	Estratégica
1790-1793	Parra	Cuba	Botânica
1792	Bodega	Noroeste	Limites
1792	Caamaño	Noroeste	Estratégica
1792	Rigada	Antilhas	Hidrográfica
1792-1793	Churruca	Antilhas	Hidrográfica
1792-1794	Moraleda	Patagônia	Hidrográfica
1792-1805	Fidalgo	Terra firme	Hidrográfica
1793	Eliza-Zayas	Noroeste	Estratégica
1794	Meléndez-Bruna	Pacífico	Hidrográfica
1794-1795	G. Concha	Patagônia	Estratégica
1795-1800	Heuland	Peru e Chile	Mineralógica
1796-1802	Mopox	Cuba	Fomento
1799-1804	Humboldt	América	Global

Fonte: BAEZA, Rafael Sagredo e LEIVA, José Ignacio González. *La Expedición Malaspina en la frontera austral del imperio español*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 2004, p. 38-40.

Das 73 expedições listadas por Baeza e Leiva (2004), 34 foram destinadas ao Pacífico – neste número estão inclusas também aquelas cujo destino aparece como “Noroeste” (costa do Alaska), Califórnia, Taiti e Filipinas. Dentre estas, as principais investidas estrangeiras àquela região foram as seguintes: Roggewin (holandês - estratégica), Evreinov-Luzhin (russa - estratégica), Bering duas vezes (russa - estratégica), Anson (britânica - estratégica), Sindt (russa - estratégica), Byron (britânica - estratégica), Krenitsyn (russa - estratégica), Wallis-Carteret (britânica - estratégica), Bougainville (francesa - estratégica), Fargues (francesa - estratégica), três vezes Cook (britânica - estratégica) e La Pérouse (francesa - estratégica). Embora a categoria “estratégica” apresentada pelos autores não esteja muito bem definida, acreditamos que ela faz referência àquelas expedições que tinham por intuito encontrar novos territórios para suas coroas, bem como novas oportunidades comerciais (ainda mais se levarmos em consideração que nenhuma das expedições carrega a designação de “comercial”). Praticamente metade das expedições científicas passou pelo oceano Pacífico – e dessas 34, 15 não partiram da Espanha.

No comando de tais empreendimentos encontrava-se uma figura singular, fruto das transformações ocorridas no século XVIII: trata-se do explorador. Não basta que pensemos apenas nos contextos coloniais e nas disputas entre as diferentes nações, é preciso que também estejamos atentos aos homens que se colocaram à frente de tais expedições, para as suas sensibilidades e objetivos. Segundo Bourguet, o discurso comum à classe dos exploradores naquela centúria era de que não haveria...

[...] mais intenções de conquista: trata-se apenas de trabalhar com os ingleses no 'reconhecimento geral do globo', através do levantamento de costas e das ilhas e da procura de novas vias marítimas. A missão do explorador é traçar o mapa das terras até àquele momento desconhecidas da Europa [...] passando de um objetivo de guerreiro (avaliar as forças inimigas) a um programa cognitivo (completar o mapa dos mares e o inventário dos continentes), a natureza da sua missão assumiu uma dimensão diferente: o explorador é aquele que parte à descoberta de uma frente de conquista intelectual, cujo império se estende a pouco e pouco a todo o planeta. (BOURGUET, 1997:211-212)

Mary Louise Pratt (1999) chegou às mesmas concepções que Bourguet (1997) já havia apresentado antes dela, ainda que com outros termos. O discurso do explorador é

o da narrativa da anti-conquista que havíamos apresentado anteriormente: ele se despe das suas vestes imperiais, pretendendo apresentar-se como um agente a serviço da humanidade. Ele “[...] estimula a imaginação pelo facto de suscitar a ideia da aventura de um herói intrépido e solitário, que parte para um destino desconhecido, que avança sem qualquer ponto de referência [...]” (BOURGUET, 1997:212), escrevendo seus relatos tanto no estilo científico quanto no sentimental (PRATT, 1999) de maneira a tocar o público ao qual destina seus escritos. Mas

[...] esta iconografia romântica esquece que o explorador é mais um reconhecedor do que um aventureiro, viaja em cumprimento de uma missão organizada que conta com o financiamento de um príncipe, de um grupo de comerciantes, de uma instituição científica ou missionária, com objectivos precisos nascidos de um conhecimento geográfico provisório e das expectativas de uma época. Em vez de se lançar no vazio, o explorador sabe o que deve procurar, o que pretende encontrar. (BOURGUET, 1997:212)

Debaixo da retórica romântica ou científica dos relatos de viagem que os exploradores produzem, subjaz todo o conteúdo de dominação: os mesmos agentes que dizem atuar em prol do bem comum e do progresso humano levam em frente os desígnios coloniais dos impérios a que servem. Bourguet afirma que “[...] se existe interesse político nas expedições, isso sucede através da dimensão nacional com que estas estão frequentemente conotadas, como se a demonstração de poder passasse necessariamente pela conquista da glória científica [...]” (BOURGUET, 1997:215) – e Baeza e Leiva são categóricos ao afirmar que o “[...] carácter estatal de las expediciones científicas se explica, además, por los recursos humanos, materiales, técnicos, políticos y administrativos que se ponen en movimiento en cada una de ellas y sólo el Estado puede proporcionar” (2004:42) –, mas nós acreditamos, como veremos nos capítulos seguintes, que a ciência não se despia de aspirações políticas.

3.2. REVOLUÇÃO CIENTÍFICA, ILUMINISMO E SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS

As expedições científicas são uma adequada expressão das transformações que estavam em curso na Europa já desde o século XVII e que encontram no XVIII o seu ponto mais alto. E como a expedição Malaspina-Bustamante é cunhada de “*viaje político-científica*”, seria impensável não fazer tratar de alguns dos principais avanços

científicos ocorridos no período que delimitamos no título deste capítulo: 1650-1789. É claro que recuaremos até um pouco antes de 1650 e, eventualmente, transgrediremos a data-limite, 1789. Este tópico será estruturado da seguinte maneira: primeiro iremos contextualizar tanto a Revolução Científica quanto o Iluminismo, e depois partiremos para a crítica (especialmente aquela que diz respeito à teoria pós-colonial) da ciência e do conhecimento como instrumentos políticos de controle.

É difícil pensar em outro lugar para começar esse tipo de descrição que não seja a invenção da prensa de tipos móveis. Todavia, não cabe a este trabalho perseguir o curso das transformações da prensa, por questões de tempo, temática e espaço. Contudo, cabe indicar que Elizabeth Eisenstein, em trabalho já clássico, desdobra com maestria esta história.²¹ Nele, Eisenstein (2005) aponta para algumas questões básicas e de suma importância, como a disseminação, a padronização, a reorganização, a coleta de dados, a amplificação e reforço da distribuição de livros, etc. É impossível desassociar a invenção da imprensa das inovações que se seguiram: com a maior facilidade no processo de produção dos livros, tornava-se maior, também, a circulação dos mesmos. Como lembra o historiador da ciência Paolo Rossi:

Estamos tão acostumados com aquela atividade individual que é a leitura de livros, realizada no silêncio e no isolamento, a tal ponto de ser difícil nos conscientizarmos que aquele objeto familiar que temos em mãos possa ter surgido como uma novidade revolucionária (ROSSI, 2001:87).

A revolução tipográfica tem um efeito que é bastante importante para este trabalho. Como afirma Burke, “uma das principais consequências da invenção da prensa tipográfica foi ampliar as oportunidades de carreira abertas aos letrados. [...] Ficou mais fácil, embora ainda fosse difícil, seguir a carreira de ‘homem das letras’” (BURKE, 2003:28-29). Essas novas oportunidades para os “homens de letras” passavam pela sua secularização, pelo seu distanciamento das universidades e da escolástica clássica, propiciando um cenário mais amigável para o processo criativo e para a produção de novos conhecimentos. A República das Letras²², uma entidade abstrata que servia como

²¹ Conferir: EISENSTEIN, Elizabeth L. *The printing press as an agent of change: Communications and cultural transformations in early-modern Europe*. Vols. I e II. 11ª edição. Nova Iorque: Cambridge Printing Press, 2005.

²² Como explica o próprio Burke em duas passagens: “Do século XV ao XVIII, os acadêmicos se referiam regularmente a si mesmos como cidadãos da ‘República das Letras’ (*Republica literaria*), afirmação que expressava a sensação de pertencerem a uma comunidade que transcendia as fronteiras

identidade para os mais variados estudiosos, serviu como uma primeira comunidade científica internacional e pôs em contato autores variados, que contestavam e/ou apoiavam as teorias uns dos outros.

Em 1602, Tommaso Campanella escrevia que “faz-se mais história em cem anos do que ocorreu no mundo durante quatro milênios; e foram feitos mais livros nestes cem anos do que em um passado de cinco mil; e a maravilhosa invenção do ímã, da imprensa e das armas de fogo, **constituem grandes sinais da união do mundo**” (CAMPANELLA apud ROSSI, 2001:87). [grifos nossos] A declaração do filósofo italiano nos parece bastante significativa da formação dessa identidade de uma comunidade científica europeia transnacional impulsionada pela invenção da prensa. Ela, todavia, também nos remete ao tópico anterior: a descoberta da América também opõe a Europa ao Outro e as potencialidades disso começam a se tornar aparentes. Há um novo mundo lá fora (para além do Novo Mundo) e é bastante representativo que ele esteja sendo unido pelo ímã (as navegações), pelas as armas de fogo (a Conquista) e pela imprensa (a revolução científica).

Outro fator importante, que, de certa forma se relaciona à invenção da prensa, é o fim da separação entre as artes mecânicas e a ciência/filosofia. Com a aproximação entre as artes manuais e a ciência “pura”, um novo horizonte de possibilidades surgia. Conforme explica Paolo Rossi:

A defesa das artes mecânicas contra a acusação da indignidade, bem como a recusa de fazer coincidir o horizonte da cultura com o horizonte das artes liberais e as operações práticas com o trabalho servil implicavam na realidade o abandono de uma imagem milenar da ciência, isto é, implicavam o fim de uma distinção de essência entre o conhecer e o fazer (ROSSI, 2001:44).

Esta nova conjuntura permitiu o surgimento de atores sociais como Descartes, Galileu e Newton, por exemplo, homens que revolucionaram sua sociedade através de proposições científicas que envolviam cálculos relativos à física mecânica e à astrologia. Essas novas propostas ampliavam “[...] imensamente os confins do universo, chegando em alguns casos até a afirmação de um universo infinito, a nova astronomia

nacionais” (BURKE, 2003:26); e “Os letrados europeus também se definiam como cidadãos da República das Letras, expressão que remonta ao século XV, mas que passou a ser empregada com frequência crescente em meados do século XVII em diante” (BURKE, 2003:34).

despertou em muitos a nítida sensação da crise e do fim do saber tradicional.” (ROSSI, 2001:92) René Descartes, inclusive, constitui-se como o proponente de uma nova visão de mundo que incorporava, de certa forma, ciência e religião. Segundo Rossi, o sucesso da visão de Descartes pode ser descrito da seguinte forma:

A grande construção de Descartes se apresentou à cultura europeia como um *sistema*. E é esta, na verdade, uma das razões do seu sucesso extraordinário. Tal sistema se apresentava como **fundado na razão**; excluía definitivamente qualquer recurso a formas de ocultismo e de vitalismo, parecendo capaz de conectar ao mesmo tempo (de um modo diferente daquele que havia sido realizado pela Escolástica na Idade Média) a ciência da natureza, a filosofia natural e a religião; **propiciava**, enfim, em uma época cheia de incertezas que se relacionavam com as grandes viradas intelectuais, **um quadro coerente, harmonioso e completo do mundo** (ROSSI, 2001:195) [grifos nossos].

Esse tipo de elaboração, assim como as de Newton em um período posterior, propunha uma visão moderada acerca da ciência, propiciando espaço para uma acomodação entre as antigas concepções de mundo e a nova que se baseava em princípios racionais. Em termos gerais, podemos definir que a filosofia de Descartes lança as bases para um projeto racional que abarca tanto a ontologia quanto a epistemologia, e que será seguido pelos iluministas.

Ainda na época de Descartes (1596-1650), há também a ocorrência de outro fenômeno. O surgimento de academias de ciência, instituições que se opunham às velhas universidades, marca também a integração entre o saber prático e a ciência pura. Esse tipo de instituição marca uma importante guinada nas oportunidades disponíveis para os “homens de letras”. Através desse novo tipo de sociabilidade, abria-se espaço para o desenvolvimento de ideias desvinculadas das instituições tradicionais e também se colocava diferentes saberes em conversa. Como ressalta Peter Burke:

De um ponto de vista institucional, o século XVII marca um ponto de inflexão na história do conhecimento europeu em diversos aspectos. Em primeiro lugar, o monopólio virtual da educação superior desfrutado pelas universidades foi posto à prova nesse momento. Em segundo lugar, assistimos ao surgimento do instituto de pesquisas, do pesquisador profissional e, de fato, da própria ideia de ‘pesquisa’. Em terceiro lugar, os letrados, especialmente na França, estavam mais profundamente envolvidos que nunca com projetos de reforma econômica, social e política, em outras palavras, com o Iluminismo (BURKE, 2003:47).

O autor ainda lembra que “[...] ‘a importância de se institucionalizar’ não deve ser esquecido” (BURKE, 2003:47). Essas novas instituições, como a britânica Royal Society, desempenham um papel chave no financiamento de novas empreitadas e também na formação de uma nova lógica científica. Por exemplo, em texto dirigido aos futuros membros da Royal Society, fundada em 1660, Thomas Sprat (1635-1713) informava que para todos eles “[...] se pede uma maneira de falar discreta, despojada, natural, sentidos claros, a preferência para a linguagem dos artesãos e dos comerciantes no lugar da linguagem dos filósofos.” (SPRAT apud ROSSI, 2001:55) O pronunciamento de Sprat demonstra uma clara separação com a escolástica (a linguagem dos filósofos de que fala). Essa sociedade de cavalheiros, que aceitaria membros das mais diversas nacionalidades, desempenhará, no século XVIII, um importante papel na primeira viagem do famoso britânico, o Capitão Cook (1768-1771), entre outros exemplos. De qualquer forma, Sprat ainda nos ajuda a esclarecer outros pontos sobre a ciência do XVII e também, até certo ponto, sobre o vindouro Iluminismo:

No que concerne aos membros que devem constituir a Sociedade, é preciso notar que são livremente admitidos homens de religiões, países e profissões diferentes [...]. Eles declaram abertamente não preparar a fundação de uma filosofia inglesa, escocesa, papista ou protestante, mas a fundação de uma filosofia do gênero humano [...]. Eles tentaram colocar a sua em total condição de desenvolvimento perpétuo, estabelecendo uma correspondência inviolável entre a mão e a mente. Eles procuram fazer disso um empreendimento não para uma única temporada ou para uma oportunidade de sucesso, mas algo firme, duradouro, popular e constante. Procuraram libertá-la dos artificios, humores e paixões das seitas e transformá-la em um instrumento mediante o qual a humanidade **possa conseguir o domínio** sobre as coisas e **não somente** o domínio sobre o juízo dos homens. Enfim, procuraram efetuar tal reforma da filosofia não mediante solenidades de leis e ostentação de cerimônias, mas mediante uma prática sólida e por meio de exemplos e não com a pompa gloriosa de palavras, mas por meio de argumentos silenciosos, efetivos e irrefutáveis das produções reais (SPRAT apud ROSSI, 2001:58-59). [grifos nossos]

A ideia central é que a humanidade “possa conseguir o domínio sobre as coisas e não somente o domínio sobre o juízo dos homens”. Essa nova lógica subvertia a relação entre homem e natureza, colocando o primeiro em posição de evidente domínio sobre a segunda. A partir de Descartes, define-se o objetivo de estender a crítica racional ao mundo para melhor compreendê-lo. Mas a filosofia cartesiana aplicava a lógica e a razão apenas em termos de ciência, evitando conflitos com a metafísica e a política.

Com a segunda metade do século XVII e com a chegada do Século das Luzes, a ciência agora passa a inferir em assuntos metafísicos e políticos – concretizando o discurso de Sprat: busca-se o domínio sobre todas as coisas. O Iluminismo, segundo Abbagnano, se define, mais que como prosseguimento, como uma correção da Descartes:

Linha filosófica caracterizada pelo empenho em estender a razão como crítica e guia a todos os campos da experiência humana. [...] I. compreende três aspectos diferentes e conexos: 1º extensão da crítica a toda e qualquer crença e conhecimento, sem exceção; 2º realização de um conhecimento que, por estar aberto à crítica, inclua e organize os instrumentos para sua própria correção; 3º uso efetivo, em todos os campos, do conhecimento assim atingido, com o fim de melhorar a vida privada e social dos homens. [...] o I., mais que extensão, é correção fundamental do cartesianismo. De fato, para Descartes a crítica racional não tinha direitos fora do campo da ciência e da metafísica. [...] O I. não aceita estas renúncias cartesianas; seu primeiro ato, aliás, foi estender a indagação racional ao domínio da religião e da política (ABBAGNANO, 2007:545-546).

Não queremos aqui transformar o Iluminismo, também em uma unidade conceitual definitiva. É claro, que como notam Carey e Festa, "[...] 'Enlightenment' is made into a kind of shorthand notation for a group of familiar abstractions: rationalism, universalism, equality, human rights, and science" (2009:11).²³ E os autores prosseguem afirmando que: "The demonization of a concept or a movement often makes it more coherent than it really is" (CAREY; FESTA, 2009:15).²⁴ Jonathan Israel, por exemplo, nos lembra da existência de diferentes correntes dentro do Iluminismo: ele destaca pelo menos duas moderadas (a cartesiana e a newtoniana) e uma radical (que se coloca ao lado de Spinoza) (ISRAEL, 2001:3-14). Como este autor oportunamente demonstra:

If the great thinkers of the late seventeenth and early eighteenth century uniformly reviled bigotry and 'superstition' and discarded, if not expressly rejected, belief in magic, divination, alchemy, and demonology, all except Spinoza and Bayle sought to accommodate the new advances in science and mathematics to Christian belief (if not always to that of one or other Church) and the authority of Scripture (ISRAEL, 2001:15).²⁵

²³ "[...] 'Iluminismo' é transformado em um atalho conveniente para um grupo de abstrações familiares: racionalismo, universalismo, igualdade, direitos humanos e ciência." [tradução livre]

²⁴ "A demonização de um conceito ou movimento frequentemente o torna mais coerente do que ele realmente é." [tradução livre]

²⁵ "Se os grandes pensadores do final do século XVII e início do XVIII denunciavam a ignorância e a 'superstição' e descartaram, se não rejeitaram expressamente, a crença na magia, na adivinhação, na alquimia e na demonologia, todos, exceto Spinoza e Bayle, procuraram acomodar os novos avanços em ciência e matemática às crenças cristãs (nem sempre à mesma Igreja) e a autoridade das Escrituras." [tradução livre]

Trata-se, portanto, de circunscrever o projeto “universalista” do Iluminismo, e também aquilo que Mary Louise Pratt (1999) denomina como “consciência planetária europeia,” dentro dos termos que lhes são próximos. Precisamos determinar o que era “universal” para os iluministas, assim como o que era “planetário” para os europeus. Mais do que partes de uma utopia igualitária, estes dois termos funcionam como chave para o controle daquilo que Mignolo (2011) chama de “produção de conhecimento” (*knowledge-making*). Ao colocarmos em relevo as diferenças entre as diversas correntes do Iluminismo, bem como as diferenças existentes entre distintas nações europeias, estamos atentando para o fato de que não há e nem nunca houve uma unidade chamada “Europa” e que as formas de dominação que nações europeias usaram no “resto do mundo” também foram usadas de maneira interna, estabelecendo uma hierarquia que transcendia a política e a economia, constituindo-se também como uma diferenciação científica e epistemológica.

É neste sentido que gostaríamos de deixar claro que quando usarmos o termo “Ilustração” será para tratar do fenômeno ocorrido na Espanha e em suas possessões ultramarinas, e “Iluminismo” para o movimento intelectual nos demais países europeus – ainda que, em espanhol, o termo “iluminismo” seja traduzido como “*ilustración*”. Acreditamos que, ao fazermos a escolha por manter a grafia hispânica do termo, estamos realçando a originalidade do movimento na Península Ibérica, ainda que importantes historiadores da ciência espanhola, como Antonio Lafuente e José Luis Peset (1988), indiquem que muitas das ideias da ilustração advinham de modelos estrangeiros, em especial o francês. Todavia, como as reflexões de Carey e Festa (2009) e Israel (2001) demonstram, devemos lembrar que o Iluminismo nunca foi um movimento homogêneo e que mesmo dentro da própria França houver diversas correntes opostas – nos parece oportuno, assim, não contribuir para aquilo que o próprio Israel chamou de “demonização de um conceito”. Ao destacar o caráter singular da ilustração espanhola, pretendemos mostrar a pluralidade de ideias que estavam sendo fermentadas naquele importante período histórico; e também dar luz às tensões internas de um campo intelectual europeu que começava a lançar as bases daquele que viria a constituir-se como um campo científico, na acepção de Bourdieu (2012), no século XIX. Este é um importante passo para quebrar com a imagem errônea, que por vezes repetimos, de uma unidade europeia que ultrapassava as fronteiras nacionais, dando voz

aos atores que históricos desempenhavam seus papéis a partir das “periferias intelectuais” dentro do panorama europeu do XVIII

Portanto, cabe tratar de uma particularidade do caso espanhol que é fundamental para a compreensão da expedição de Malaspina: se por um lado se multiplicavam por toda Europa as academias científicas – que seguiam o modelo francês –, na Espanha o desenvolvimento científico ficara a cargo de outras instituições, em especial da Marinha e do Exército.

Na Europa, o “[...] hombre de la ciencia se convirtió en uno de los protagonistas del proceso de formación de las nuevas élites del mérito, junto con la nobleza y los grandes del reino” (FERRONE, 1995:204). Sustentado pelo financiamento e pelos privilégios reais, os homens da ciência aumentavam em número e sua presença se fazia sentir nos mais distintos pontos do globo. O argumento de Ferrone é claro: a ciência foi uma ferramenta que esteve a serviço do Estado: as inovações tecnológicas se transformavam em aplicações militares ou econômicas, os tratados filosóficos ou de economia política eram usados como manuais, etc. De certa forma, há uma semelhança entre a estrutura francesa e a espanhola nesse sentido: ambas serviam ao Estado, mas de maneiras distintas. Todavia,

[...] si se quiere captar enteramente la hondura, la amplitud y las razones profundas del primado del quehacer científico francés en la Ilustración, habrá que reflexionar ante todo sobre la organicidad global del sistema que se autoalimentaba por la intervención de múltiples factores. Estos factores expresaban casi siempre exigencias estructurales a largo plazo, como la necesidad del Estado de coordinar e incentivar el desarrollo económico y tecnológico de la nación, lento pero constante, mediante una estrategia de maestrías técnicas o por la necesidad de apoyar la investigación en el campo de las innovaciones militares (FERRONE, 1995:205-2006).

O sistema de produção de conhecimento baseado nas academias servia a propósitos específicos e se organizava em torno de uma hierarquia rígida que renegava valor àqueles que não se adequassem ao padrão estabelecido. É nesse sentido que Ferrone afirma que os “[...] hombros del mundo togado de la Academia de las Ciencias cargaban, en resumen, con toda una red de instituciones públicas, un movimiento de hombres y fuertes intereses sustentados por una política de intervención estatal

consciente y eficaz” (FERRONE, 1995:207). A ciência não era isenta e objetiva, mas antes atendia a uma pauta específica que guiava o seu desenvolvimento.

[...] existía en concreto una estructura de investigación marcada por el principio jerárquico de la importancia y autoridad de cada uno de los centros. Una especie de pirámide que sancionaba, de hecho, la primacía u el prestigio de las grandes academias estatales de Francia, Inglaterra, Prusia, Rusia y Suiza. Sólo España y Austria faltaban al llamamiento de esta distinguida elite. La primera, debido a un atraso objetivo; la segunda, por haber escogido un modelo policéntrico de organización que favorecía la dislocación de las academias hacia la periferia del Imperio (FERRONE, 1995:209).²⁶

Voltando-nos agora para a situação da ciência na Espanha especificamente, nos alinhamos com a análise de Peset e Lafuente (1988) em relação às fases de desenvolvimento científico vividas pelo país durante o século XVIII (e pedimos aqui perdão pela extensão das citações):

La primera etapa de la ciencia española ilustrada se iniciaría con la publicación de la Carta Filosófica Médico-Chymica del aragonés Juan de Cabriada y concluiría en torno a 1726, fecha en la que sale el primer volumen del Teatro Critico de Feijoo. [...] Nuestra impresión es que entre ambas fechas la ciencia española encuentra algunos marcos inicialmente adecuados para su desarrollo, teniendo sus publicistas que renunciar para ello a preguntas cuya dimensión social o política resultaba molesta a la Corona. Aparecen cuatro instituciones: la Real Sociedad de Medicina y otras Ciencias de Sevilla (1700), las Academias de Ingenieros Militares de Barcelona (c. 1715) y de Guardiamarinas de Cádiz (1717) y el Real Seminario de Nobles de Madrid (1726) [...] (PESET; LAFUENTE, 1987:32).

La segunda etapa podría extenderse hasta finales de la década de los cuarenta; 1748 parece ser la fecha más adecuada para establecer un nuevo hito en el proceso de renovación. [...] Desde el punto de vista institucional aparecen o se consolidan no sólo algunos centros que aseguran una difusión más estable para las nuevas ideas, sino que algunas personas logran tanta influencia y eficacia para sus propuestas, que casi cabría considerarlas como instituciones de la vida cultural y científica española. [...] La principal demanda de los profesionales cualificados procede de la armada, que, en consonancia con los planes de reforma, reestructura, organiza o crea los arsenales, los hospitales departamentales o de campaña y la formación de oficiales, cirujanos o pilotos (PESET; LAFUENTE, 1987:33-34).

²⁶ Contudo, Ferrone, assim como outros autores, aborda o caso espanhol nos termos de um “atraso objetivo.” Fazemos esta ressalva, já que o teor deste capítulo tem sido estabelecer que a diferença se dá em termos que divergem dessa posição: ao invés de produzir um julgamento de valores orientado pela pauta do centro (pois entendemos que os países que produzem o discurso sobre a atualidade da ciência se constituem como tal), preferimos optar por uma via que privilegie a excepcionalidade espanhola de uma maneira mais positiva. O primeiro a tratar da situação espanhola não como um atraso, mas sim como uma série de escolhas políticas diversas daquelas feitas pela Inglaterra foi Richard Morse, na obra *O Espelho de Próspero* (1988) e seria seguido posteriormente por outros autores, como Beatriz H. Domigues (2007).

Durante la década de los cincuenta, ya en una nueva etapa que se extendería hasta 1767, se consolida el proceso de militarización de la ciencia española, uno de los rasgos más acusados de nuestra Ilustración [...]. La anterior identificación entre ciencia moderna y utilidad se enriquece con algunos matices muy significativos; así, lo moderno está ahora más próximo a lo experimental. [...] Desde el punto de vista institucional, las novedades más importantes será los Colegios de Cirugía de Cádiz (1748) y Barcelona (1760), la fundación del Observatorio de Marina de Cádiz (1753), la Asamblea Amistoso-Literaria de Cádiz (1755), la Real Sociedad Militar de Madrid (1757), el Colegio de Artillería de Segovia (1762) y las Academias de Guardias de Corps de Madrid (1750), Artillería de Barcelona (1750) y de Ingenieros de Cádiz (1750), todos ellos vinculados al aparato militar del Estado. (PESET; LAFUENTE, 1987:34-35)

Um elemento que se mantém constante durante as três fases apontadas por Peset e Lafuente (1988) é a presença das forças armadas. Seja através do exército ou da marinha, é quase sempre através do incentivo militar – seja ele direto ou não – que novas instituições e pautas se desenvolvem. Segundo os autores, ao “largo del siglo, la práctica totalidad de las actividades científicas está vinculada jurídica o financieramente, directa o indirectamente, a los cuerpos armados del Estado” (PESET; LAFUENTE, 1987:39).

Desta maneira, podemos entender como um plano tão extenso e audacioso como o da expedição encabeçada por Alejandro Malaspina pôde ser produzido. Afinal, sem dúvida “[...] el interés por el mantenimiento del imperio colonial, el incremento de la producción agraria, la mejora de las manufacturas (especialmente textiles) y la mayor atención a la salud pública, son los objetivos que vertebran las diversas iniciativas en materia de política científica y tecnológica” (PESET; LAFUENTE, 1987:38-39).

Como membro da Real Armada da Espanha, Malaspina se encontrava no centro do desenvolvimento das atividades científicas do país, encarregado de fornecer o suporte necessário aos ministros ilustrados que orquestravam grandes reformas tanto na Espanha quanto nas colônias. A discussão, portanto, das chamadas *reformas borbónicas* e da expedição de Malaspina será o tema de nosso próximo capítulo.

4. O IMPÉRIO ATRAVÉS DE SEUS OLHOS.

En el año de 1789, época en la cual se emprendió el viaje, cuyos resultados presentaremos ahora al público, ya el globo habitable podía considerarse enteramente conocido. Fijados en uno y otro polo los límites de la navegación por el hielo constante; detalladas las costumbres, el número y el origen de los habitantes de las orillas del mar Pacífico; examinadas sus producciones y combinadas las derrotas más seguras y más breves que pudiesen comunicar entre sí los puntos más remotos de la tierra; el intentar un nuevo viaje de descubrimientos hubiera merecido el desprecio de los sabios y aun la mofa de aquellos pocos que buscan en esta especie de narraciones, ó el entretenimiento de una ociosidad perpetua, ó el origen de nuevos sistemas, bien sean políticos ó referidos á las ciencias.

[...]

No eran, pues, los adelantamientos de la Hidrografía y de la navegación en general los que pudiesen mover el viaje actual con la esperanza de algún suceso; pero una mirada aunque leve al estado de los conocimientos y combinaciones europeas sobre la América y el Asia, debía descubrir luego al punto otros objetos de igual ó mayor importancia que prestasen un justo motivo para emprenderle, y prometiesen á la Nación aquella utilidad, si no aquel lustre, al cual habían aspirado los últimos navegantes extranjeros.

Alejandro Malaspina

Se no capítulo anterior nós havíamos proposto uma discussão sobre o contexto da ciência no século XVIII, foi para estabelecer um pano de fundo para poder, enfim, aprofundarmo-nos na expedição Malaspina em si e em seus significados. Por isto, o cerne deste capítulo consiste em analisar as relações existentes entre o projeto coletivo do reformismo *borbónico* e o projeto coletivo da crítica iluminista napolitana dentro do discurso de Alejandro Malaspina, interrogando como o capitão italiano se constitui em uma síntese de dois mundos intelectuais distintos e de que forma isto afeta as descrições políticas que ele fez do Império. Como a denominação do capítulo sugere, estamos aqui jogando com o título da obra de Mary Louise Pratt, “Os olhos do Império...” (1999), buscando uma vez mais apontar para algumas divergências que consideramos importantes entre os relatos investigados pela autora e este produzido pela expedição Malaspina-Bustamante.

Começaremos apresentando um resumo da trajetória da expedição, apresentando a ideia de que ela funcionou como uma representação da totalidade das posses ultramarinas da Coroa espanhola. No segundo ponto, adentraremos no terreno próprio das descrições políticas feitas por Malaspina, bem como em importante questão sobre a

definição da viagem: trata-se de uma “expedição político-científica” e não de uma “viagem filosófica”, nomenclatura adotada na época por viajantes de outras nacionalidades, como portugueses e franceses, por exemplo. A terceira e derradeira parte apresenta, por fim, as relações que nosso capitão estabeleceu entre os ideais reformistas de figuras importantes na cena política metropolitana como Aranda, Campomanes e Floridablanca, por exemplo, com as duras críticas de Antonio Genovesi²⁷, Paolo Mattia Doria²⁸ e Giambattista Vico²⁹, por outro lado.

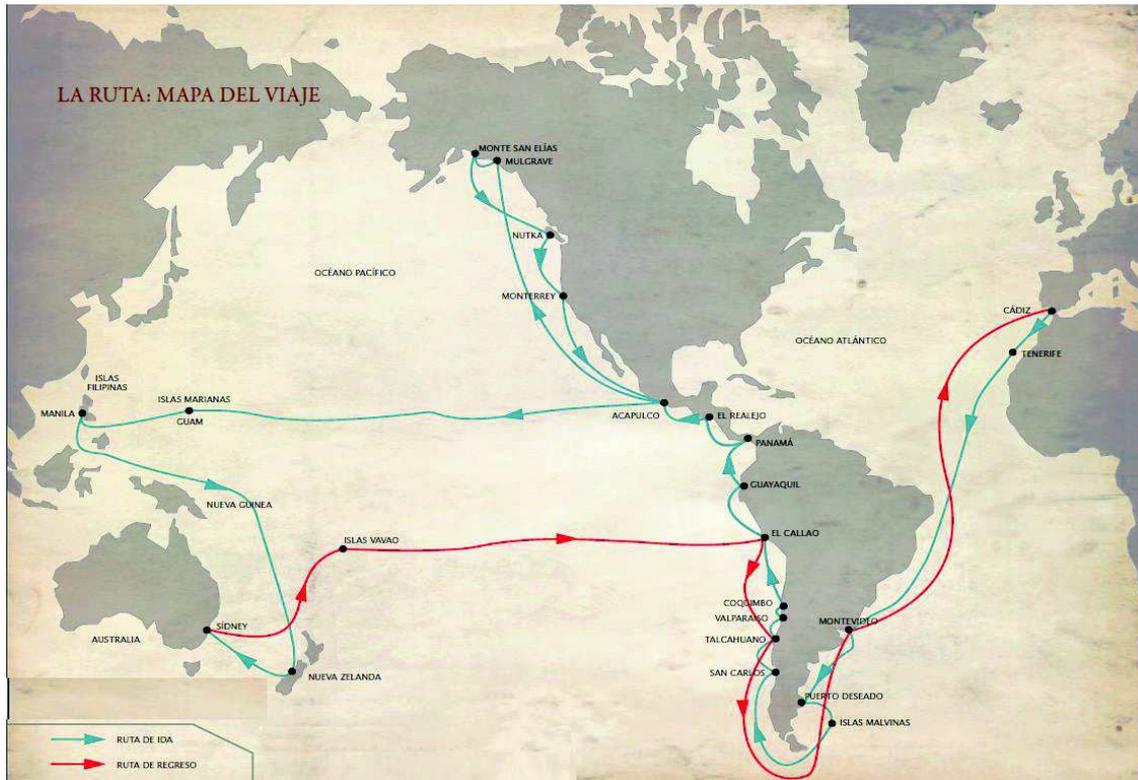
4.1. VIAJE POLÍTICO-CIENTÍFICO ALREDEDOR DEL MUNDO POR LAS CORBETAS DESCUBIERTA Y ATREVIDA.

²⁷ Antonio Genovesi (1713-1769) foi um sacerdote, escritor e filósofo italiano cuja produção versou bastante sobre economia política. Em 1741, assumiu a cátedra de metafísica na Universidade de Nápoles, e, em 1755, assumiu a cátedra de "comércio e mecânica" na mesma instituição - a primeira cátedra voltada para o tema na Itália e, segundo Pagden (1990), em qualquer lugar do mundo. Entre suas principais obras, encontramos "*Elementa Metaphysicae*" (divida em quatro partes, publicada entre 1743 e 1752), "*Logica*" (1745) e "*Lezioni di Commercio*" (1765).

²⁸ Paolo Mattia Doria (1667-1746) foi um filósofo e matemático italiano cuja produção esteve inscrita principalmente no campo da política. Sua principal obra é "*Vita civile e l'educazione del principe*", publicada em 1709.

²⁹ Giambattista Vico (1668-1744) foi um filósofo, historiador e jurista italiano. Vico é considerado um dos pais da filosofia da história e sua principal obra é "*Scienza Nuova*", publicada em 1725.

Figura 2. La Ruta: Mapa del viaje.



Fonte: GÓMEZ, Andrés Galera. *Las corbetas del rey: El viaje alrededor del mundo de Alejandro Malaspina (1789-1794)*. Bilbao: Fundación BBVA, 2010, p. 142-143.

Em 10 de setembro de 1788, Alejandro Malaspina e José Bustamante apresentavam a Antonio Valdés, então ministro da Marinha, um plano para realizar uma expedição inédita: se até aquele momento o século XVIII havia sido marcado por uma forte política reformista que tinha nas expedições científicas um método de melhor conhecer o Império, nenhuma havia conseguido fornecer uma imagem mais universal dos domínios ultramarinos espanhóis. O projeto apresentado previa, desta forma, trazer este panorama e, efetivamente, a partir da “*Viaje político-científica*” se estabelecería um quadro mais completo da situação colonial. A missiva de Malaspina e Bustamante dirigida à Valdés, inicia da seguinte forma:

ExcMO. Sr.: Desde veinte años á esta parte, las dos naciones inglesa y francesa, con una noble emulacion, han emprendido estos viajes, en los cuales la navegacion, la Geografia y la humanidad misma han hecho muy rápidos progresos: la historia de la sociedad se ha cimentado sobre investigaciones más generales; se ha enriquecido la Historia Natural con un número casi infinito de descubrimientos; finalmente, la conservación del hombre en diferentes climas, en travesías dilatadas y entre unas tareas y riesgos casi increíbles, ha sido la requisición más interesante que ha hecho la navegacion (BUSTAMANTE e MALASPINA, 1885 [1788]:1).

Desta maneira, os capitães procuravam se vincular à tradição de grandes explorações do XVIII, em especial as do britânico James Cook e do francês La Pérouse. Assim, eles pretendiam chamar a atenção para um problema já bastante conhecido pelas autoridades espanholas: a presença de outras potências coloniais no Pacífico, já que as expedições acima mencionadas se dedicaram a explorar a região oriental do globo com extremo afínco. Por outro lado, Malaspina e Bustamante lançaram um desafio particular à sua própria proposta: tal empreendimento, quando realizado por espanhóis, deveria ser especial. Segundo os autores do plano,

“[...] un viaje hecho por navegantes españoles debe precisamente implicar otros dos objetos: el uno es la construcción de cartas hidrográficas para las regiones más remotas de la América, y de derroteros que puedan guiar con acierto la poca experta navegación mercantil; y la otra la investigación del estado político de la América, así relativamente á España como á las naciones extranjeras (BUSTAMANTE e MALASPINA, 1885 [1788]:1).

Pouco mais de um mês após a submissão do plano ao juízo de Valdés, em 14 de outubro, o ministro responde positivamente, avisando aos capitães sobre “[...] la aceptación del Rey al proyecto de dar la vuelta al mundo en los términos que propone Vm [...]” (VALDÉS, 1885 [1788]:2). Estava, enfim, sacramentada a oportunidade para a Espanha se lançar em uma empresa científica de porte nunca antes visto na Península.³⁰

Depois de aprovado o seu projeto, Malaspina pôs-se a organizar a expedição. Durante quase um ano, o italiano se ocupou selecionando aqueles que o acompanhariam na viagem e passando instruções para os futuros oficiais. Além disso, tratou de adquirir todas as provisões necessárias para realizar uma expedição daquela magnitude, incluindo aí a aquisição de livros e material científico. Apesar de algumas dificuldades iniciais para conseguir a verba para construir duas novas naves, a ideia foi finalmente sancionada e assim foram feitas as corvetas *Atrevida* e *Descubierta*.

O plano originalmente previa a partida para o primeiro dia de julho de 1789, mas devido ao atraso para receber alguns livros que haviam sido encomendados de Paris, a

³⁰ Apesar da expedição geodésica de 1735 ter reunido esforços de franceses e espanhóis e a qual já nos referimos no capítulo anterior, consideramos que ela não foi uma iniciativa primariamente espanhola, e por isso defendemos que a expedição capitaneada por Malaspina se constituiu como o maior esforço científico da Espanha no século XVIII.

partida é adiada para o 30º dia daquele mês. O itinerário seguido pela tripulação das embarcações foi o seguinte: Partindo de Cádiz, passaram brevemente por Tenerife e Cabo Verde, prosseguindo então para Montevidéu, onde aportaram em 20 de setembro de 1789. Na Banda Oriental, a expedição repartiu-se de maneira que fosse possível realizar diversas tarefas em pouco tempo. Desta forma, foram distribuídas as seguintes atribuições: reabastecimento das provisões da expedição, reparação dos navios e realização de levantamentos astronômicos e hidrográficos, tendo Malaspina participado mais ativamente desta última tarefa. A tripulação ainda foi dividida em outros dois grupos: um deveria ir a Buenos Aires por terra, enquanto o outro ficara encarregado de realizar a viagem por barco para carregar o equipamento científico.

Ao fim de outubro todas as atividades já haviam sido concluídas e a tripulação voltava a se reunir em Montevidéu, apesar de algumas deserções. Em 15 de novembro, *Atrevida e Descubierta* partiam de Montevidéu, rumando para *Puerto Deseado*, na costa patagônica, onde ancoraram em 2 de dezembro. A Patagônia serviu como base para encontros com nativos, já que os *patagones* eram alvo da curiosidade europeia desde o tempo de Magalhães (MANFREDI, 1994:55), e também para a investigação das Malvinas, onde nossos viajantes encontraram apenas restos de uma ocupação britânica.

A presença inglesa nesta porção mais austral do Império Espanhol era motivo de preocupação para a administração metropolitana, pois se entedia que a rarefação do povoamento *hispano-criollo* estimulasse ações de parte daquele “competidor. Além do mais, o território era ocupado por importantes contingentes de “índios independentes” (WEBER, 2007), os quais, temiam os espanhóis, poderiam vir a entabular alianças com os estrangeiros³¹. Por isto, a prospecção do território revestia-se de importância. Seguindo com seu trajeto, os marinheiros rumaram para o Cabo de Hornos, em busca de objetivos mais imediatos, que eram

éstos de fijar los límites en longitud de la costa occidental patagónica, sin exponer intempestivamente los buques, de reunir nuestras tareas á las que se hubiesen hecho anteriormente y mereciesen alguna

³¹ Uma publicação surgida em Hereford, Inglaterra, em 1774, a “*Descripcion of Patagonia and Adjoining Parts of South America*” só havia feito aumentar esta suspeição. Editado por William Combe, partidário de uma política comercial expansiva por parte dos ingleses, o livro era baseado nos manuscritos de um jesuíta inglês que vivera largos anos no Rio da Prata, e que apontava as fragilidades do controle imperial sobre a região. Ver: MARTINS, Maria Cristina Bohn. Sobre escrever, editar e ler: “A Descrição da Patagônia” de Thomas Falkner (2014).

confianza; finalmente, de llegar á Chiloé en estación oportuna para continuar el reconocimiento prolijo y científico de la costa siguiente al Norte, el cual debía ocuparnos en todo el año de 1790; no ignorábamos al mismo tiempo que los vientos reinantes sobre la costa eran travesías tempestuosas con mares gruesas, y que en los meses siguientes de Febrero y Marzo no sería tampoco extraño el aparecimiento de los vientos Nortes, los cuales por su fuerza, duración y cerrazones, han sido siempre temidos en aquellos mares (MALASPINA, 1885:76).

Chegando a Chiloé, Malaspina e Bustamante decidem novamente repartir a expedição: a *Atrevida* partiria para o norte, em direção a Valparaíso, enquanto a *Descubierta* haveria de rumar às ilhas Juan Fernández. Em Valparaíso, Malaspina encontra-se com Tadeo Haenke, que deveria ter integrado a expedição desde seu início, mas devido a um infortúnio, chegou atrasado a Cádiz e partiu para Montevideu por conta própria em outra embarcação, embarcação esta que, por outro infortúnio, veio a naufragar nas águas do Rio da Prata. Haenke havia partido por terra para o Chile no começo de 1790 e, agora contando com alguma sorte, pôde encontrar-se com a expedição político-científica. Antes de partirem para o Peru, nossos viajantes ainda passariam por Santiago e Coquimbo, de onde finalmente prosseguiram até El Callao, porto em que ancoraram no dia 20 de maio de 1790.

Os homens comandados por Malaspina e Bustamante chegaram ao Peru na estação das chuvas e viram-se obrigados a permanecer ancorados no país andino até que as condições climáticas voltassem a lhes ser favoráveis. De Callao, eles prontamente seguiram à capital Lima, onde foram recebidos pelo vice-rei, Fernando Gil de Taboada y Lemos, conhecido de Malaspina de outros tempos³². No dia 28 de maio, o capitão italiano registra em seu diário:

Ya en el plan propuesto y aprobado por Su Majestad, se envolvía una demora en Lima que diese lugar á un nuevo acopio de víveres, á la recorrida de las embarcaciones y de sus pertrechos, al examen prolijo de un país de tanta importancia para la Monarquía, y sobre todo á la ordenación de los muchos materiales hidrográficos que habíamos acopiado, y que ya no sin mucha confusión se iban aglomerando y en cierto modo destruyéndose en la imaginación, se agregaba que en la costa siguiente al Norte reinaría á la sazón, el vendaval lluvioso enteramente opuesto á nuestras tareas, y que, por consiguiente, á ninguna parte pudiéramos dirigirnos que no envolvese á lo menos igual sacrificio de tiempo para retroceder á las costas desde Guayaquil

³² Segundo Dario Manfredi, Malaspina provavelmente deve ter conhecido Taboada y Lemos na casa do conde Greppi, amigo em comum dos dois e uma espécie de confidente de Malaspina (MANFREDI, 1994:60)

á Acapulco, en donde sólo por Diciembre empiezan á entablarse las brisas (MALASPINA, 1885:94).

As embarcações conseguem rumar ao norte ainda antes de dezembro, todavia, e em 20 de setembro chegam à Guayaquil, onde permaneceram ancorados por um mês inteiro. Do Equador partiram para Perico, no Panamá. Segundo Malaspina, aquela era a paragem “[...] más importante tal vez de cuantos habíamos visitado hasta entonces, bien le refiriésemos á los objetos científicos de la Hidrografia y de la Historia Natural, ó á los objetos políticos de las conquistas nacionales y de la prosperidad actual de la Monarquía [...]” (MALASPINA, 1885:109). Apesar da importância atribuída pelo capitão à sua estadia naquela região, o forte calor do Panamá, unido à frequentes chuvas, cobrava o seu preço sobre a tripulação. Em 28 de dezembro de 1790, Malaspina relata que

en una y otra corbeta llegó el número de los enfermos á 13 y 14, y en la *Atrevida*, complicándose en un de sus marineros esta enfermedad con una rotura de vasos procedida de un violento culatazo de fusil en el pecho, ocultado al Cirujano hasta los últimos días, tuvieron la desgracia de que no alcanzasen los remedios á salvarle y pagase en la misma tarde del 28 el último tributo á la Naturaleza (MALASPINA, 1885:114).

Desta maneira, Alejandro Malaspina e José de Bustamante decidiram novamente separar as duas corvetas. O destino de ambas as embarcações era Acapulco e San Blas, mas enquanto o primeiro seguiria com a *Descubierta* por Realejo e Sonsonante, Bustamante levaria a *Atrevida* para fazer o reconhecimento da Ilha de Cocos. O capitão espanhol completou sua rota até Acapulco em menos tempo e logo partiu para San Blas, enquanto o italiano chegaria à Nova Espanha somente em 23 de março de 1791. Tão logo desembarcaram, os marinheiros foram recebidos por despachos que lhes haviam sido remetidos desde a península contendo livros, instrumentos científicos e cartas. Neste momento, por intermédio de uma missiva de Antonio Valdés, Malaspina depara-se com uma primeira inflexão da Coroa sobre sua expedição: ele deveria abandonar seu projeto inicial de circunavegação e rumar em direção ao noroeste americano em busca do místico “*paso noroeste*.”

Depois de enviar ordens para que Bustamante retornasse a Acapulco, Malaspina e seu colega espanhol decidiram que a viagem em direção ao noroeste se iniciaria no dia primeiro de maio. Entretanto, a expedição foi novamente dividida e uma comissão de oficiais e cientistas, entre eles os naturalistas Antonio Pineda e Luis Neé, ficariam na

Nova Espanha sob o comando de Dionisio Alcalá Galiano para conduzir os devidos exames daquele vice-reinado. Em sua viagem ao noroeste, Malaspina pôde pôr a prova os conhecimentos que já havia adquirido com as leituras dos relatos de outras expedições, como as de Cook e as de La Pérouse, determinando definitivamente que o afamado passo não passava de uma ilusão.³³

Em 27 de agosto daquele ano, as corvetas zarparam em direção ao sul e só pararam ao chegar em Monterrey, na alta Califórnia. Em 25 de setembro, depois de reabastecidas as naves, os marinheiros rumaram juntos até o cabo de San Lucas, quando *Atrevida* se dirigiu para Acapulco e a *Descubierta* partiu para San Blas, onde permaneceu pouco tempo e logo se reuniu à outra corveta em Acapulco, onde os dois navios chegaram nos dias 16 e 19 de outubro, respectivamente. Do México eles deveriam partir em direção à Ásia.

Tendo permanecido algum tempo na Nova Espanha reabastecendo seus suprimentos e deixando os navios em ordem, os viajantes chegaram às Marianas em 11 de fevereiro de 1792, ancorando na ilha de Guam para um breve descanso. As corvetas permaneceriam ali até o primeiro dia de abril, quando a *Atrevida* zarpou para em direção à Macau, na China, e a *Descubierta* rumou para explorar as costas setentrionais de Luzón, maior ilha das Filipinas. Foi nas Filipinas que a expedição perdeu o naturalista Antonio Pineda, vítima de forte febre em 23 de junho de 1792.

Durante sua estadia na Oceania, que se estendeu por aproximadamente um ano, os exploradores percorreram diversas ilhas: Tana, Anantan, Pinos, Nova Zelândia, Austrália e Vava'u (em Tonga), de onde partiram para atravessar o Pacífico uma vez mais e iniciar a sua jornada de retorno à Cadiz. Em 23 de julho de 1793, a *Descubierta* e a *Atrevida* encontravam-se ancoradas novamente em El Callao, no Peru, onde permaneceram até o dia 16 de outubro, quando viajavam para Talcahuano, no Chile. Uma vez em solo chileno, Luis Neé se separou do resto da tripulação e teve como

³³ Como podemos notar nesta passagem, Malaspina era um leitor voraz dos relatos de expedições realizadas por outras nações, acompanhando um gosto que se tornava cada vez mais popular ao longo do século XVIII (PRATT, 1999): a circulação dos relatos de viagem contribuía para tornar menores os espaços vazios do mapa mundial, e também preenchia os vazios que povoavam o imaginário europeu sobre o “resto do mundo.” Podemos, inclusive, afirmar que a leitura desses relatos servia como uma base para o planejamento de novas expedições, como foi o caso da circunavegação empreendida por Malaspina. Aprofundar-nos-emos neste tópico ao longo do capítulo.

missão estudar a província de Mendoza e encontrar-se novamente com os navios em Montevideu, para onde ele deveria ir por terra, atravessando os Andes e o pampa rioplatense.

Após dobrarem o Cabo de Hornos, as corvetas tornaram a se separar, desta vez para conduzir mais investigações nas ilhas de Diego Ramírez, Malvinas e Aurora, além de novamente estudar pontos da costa patagônica. Em fevereiro de 1794, Malaspina e Bustamante voltaram a se encontrar quando aportaram em Montevideu, cidade na qual foram forçados a permanecer por mais tempo do que desejado: a guerra havia sido declarada entre a França revolucionária e a Espanha, e a *Atrevida* e a *Descubierta* não estavam suficientemente armadas para encarar eventuais confrontos. Esperaram, então, durante quatro meses por navios vindos do Peru para formar um comboio e rumar a Cádiz. No dia 21 de setembro, depois de cinco longos anos no mar, a expedição enfim avistava os portos de sua terra natal e finalmente aportava na Espanha, encerrando-se, assim, a maior expedição científica da ilustração espanhola.

4.2. A POLÍTICA EM ALEJANDRO MALASPINA.

Podemos entender que a “*Viaje político-científico...*” foi um ciclo de acumulação completo. Segundo Bruno Latour (2011), “o que se chama ‘conhecimento’ não pode ser definido sem que se entenda o que significa a aquisição do conhecimento”. Ou seja, ele não existe por si só, mas faz parte de um processo que só poderia ser descrito através de um ciclo de acumulação, buscando entender “como trazer as coisas de volta a um lugar para que alguém as veja pela primeira vez e outros possam ser enviados para trazer mais coisas de volta.” (LATOURE, 2011:343) As expedições científicas representaram vários desses ciclos, reunindo informações sobre pessoas, lugares, animais, plantas, minerais, etc., e as enviando de volta para as centrais de cálculo, representadas aqui pelas instituições científicas metropolitanas, onde as informações eram coligidas, analisadas e organizadas de maneira metódica e rigorosa para deixar o conhecimento acumulado à disposição de novas explorações.

Neste sentido, como afirmamos anteriormente, podemos perceber que Malaspina teve acesso a amplas informações de viagens anteriores a sua, e mesmo de expedições de outras nações inimigas. No campo da ciência, talvez ao contrário do campo da

política, não era o segredo que imperava, antes pelo contrário: era necessário tornar públicos os resultados das pesquisas para se receber reconhecimento nas instituições científicas. Desta forma, a ciência talvez “obrigasse” os Estados a divulgarem resultados, atuando mais através de conflitos e tensões do que pelo consenso, como já havíamos mencionado no capítulo anterior. Assim, apesar do caráter eminentemente científico da expedição realizada por Malaspina, pretendemos manter nosso foco na parte mais política do relato, já que todo o seu conteúdo científico estava orientado por preocupações políticas.

4.2.1. Uma questão de definição.

Um ponto importante que gostaríamos de destacar desde já é o título que leva a viagem. Nos diários das expedições de James Cook constam nomes como "Captain Cook's Journal During His First Voyage Round The World made in H.M. Bark 'Endeavour', 1768-71", "A Voyage round the World in His Britannic Majesty's Sloop Resolution, Commanded by Capt. James Cook, during the Years, 1772, 3, 4, and 5" e o póstumo "Captain Cook's Last Voyage". Antes do capitão britânico, Louis Bougainville também havia publicado seu diário com um título semelhante "Le voyage au tour du monde, par la frégate La Boudeuse, et la flûte L'Étoile"; denominação similar foi dada às notas que sobreviveram à expedição de La Pérouse, desaparecida em 1791.

Como podemos notar, as expedições de circunavegação realizadas por marinheiros das duas maiores potências do século XVIII carregam o título de “viagem ao redor do mundo.” Até aí, tal denominação também consta no relato de Malaspina, mas ela vem acrescida do qualificativo “político-científica.” Essa definição, entendemos, é uma chave de interpretação para uma questão muito importante. Tais expedições são fruto de uma nova sensibilidade surgida no século XVIII em uma parte muito específica da Europa: durante o Iluminismo, conforme discutíamos no capítulo anterior, se constrói o termo “viajante filosófico.”

Segundo Jorge Cañizares Esguerra (2007), o ponto principal em debate quando o conceito é constituído é a veracidade dos relatos hispânicos sobre as populações do Novo Mundo. Pensadores como o abade Raynal, o conde de Buffon e Cornelius de Pauw lançavam duras críticas aos espanhóis, argumentando, por exemplo, que eles

“[...] en particular, habían carecido de la curiosidad suficiente para plantear preguntas filosóficas importantes acerca de los pueblos y las tierras con las que se encontraron por ser ignorantes, *patrióticos* e ingenuamente crédulos.” (CAÑIZARES ESGUERRA, 2007:37) [grifo nosso] Assim, construía-se uma retórica que tornava inviável para Espanha produzir uma defesa que fosse aceitável para os olhos das grandes potências. Enquanto Inglaterra e França, e mais tarde a Alemanha, reafirmavam os valores de suas conquistas científicas fazendo circular uma grande quantidade de produções entre suas academias – não casualmente, estas eram os centros que detinham autoridade para determinar o valor de uma obra –, a Espanha, assim como Portugal, não podia senão permanecer em desvantagem devido a problemas particulares. O argumento de Raynal ainda prosseguia considerando que

[...] los primeros en explorar América habían sido soldados y sacerdotes ignorantes. Si filósofos como Buffon y Montesquieu hubieran visitado el Nuevo Mundo mientras aún estaba en su estado prístino y natural, el conocimiento de sus tierras y pueblos habría sobrevivido. Mas por desgracia, los primeros europeos en desembarcar fueron fanáticos religiosos ignorantes, quienes no sólo no entendieron a los pueblos que encontraron, sino que los masacraron. [...] Evidentemente, decía Raynal, si se hubiera permitido el acceso a Hispanoamérica de observadores ‘filosóficos’ franceses e ingleses para estudiar sus ruinas, el pasado de la civilizaciones indígenas no se habría perdido irremediabilmente (CAÑIZARES ESGUERRA, 2007:36-37).

Esse quadro pintado por Raynal reafirma a suposta objetividade do conhecimento filosófico francês, que, em sua visão, não era manchado pelo nacionalismo nem pelo preconceito, e, portanto, era o único apto a produzir uma visão clara da realidade americana. Segundo Santiago Castro-Gómez, esse quadro apresentava a linguagem da ciência como sendo a única capaz de “[...] generar un conocimiento exacto sobre el mundo natural y social, evitando de este modo la indeterminación que caracteriza a todos los demás lenguajes” (CASTRO-GÓMEZ, 2005:14). É claro, portanto, que Raynal não percebia – e talvez nem pudesse perceber – como o seu próprio julgamento era limitado por preconceitos diversos. Enquanto a França e a Inglaterra triunfavam econômica, militar e cientificamente, Espanha e Portugal enfrentavam uma condição muito diferente e adversa. A crise vivida pelo Império espanhol desde o final do século XVII tornava complicado o investimento na ciência aos moldes dominantes. Como Bruno Latour nos alerta, a “corrida probatória é tão cara que só um pequeno número de pessoas, nações, instituições ou profissões é capaz de

custeá-la, isso quer dizer que a produção de fatos e artefatos não ocorrerá em qualquer lugar e gratuitamente, mas sim em lugares restritos e em certos momentos” (LATOURE, 2011:280). Assim, para Latour, a ciência funciona como uma rede, onde os “recursos estão concentrados em poucos locais – nas laçadas e nos nós – interligados – fios e malhas” (LATOURE, 2011:280), e é somente dentro desta rede que os cientistas (ou, neste caso, os filósofos naturais) conseguem manter a sua força.

Desta maneira, é possível retrair esses argumentos e verificar como eles constroem tanto a validade de seus próprios argumentos como inviabilizam a possibilidade de uma argumentação de outrem. Isto nos leva ao conceito de “*hybris* do ponto zero”, formulado por Santiago Castro-Gómez (2005). Segundo o autor, este termo “[...] hace referencia a la forma en que las relaciones coloniales de poder tienen una dimensión cognitiva, esto es, que se ven reflejadas en la producción, circulación y asimilación de conocimientos” (CASTRO-GÓMEZ, 2005:16). A preocupação principal do autor é discutir as relações coloniais e os discursos produzidos pela elite *criolla* de Nova Granada, mas nós entendemos que o conceito de “ponto zero” também pode ser aplicado a outras situações. Propomos aqui, então, substituir “relações coloniais” por “relações imperiais,” já que, assim como as elites estudadas por Castro-Gómez usaram o discurso médico como forma de diferenciação social, os impérios fizeram do discurso científico uma base de valoração do desenvolvimento de uma nação³⁴. Dito isto, prosseguimos com a definição mais precisa daquilo que o autor entende por “*hybris* do ponto zero”:

Con ello me refiero al imaginario según el cual, un observador del mundo social puede colocarse en una plataforma neutra de observación que, a su vez, no puede ser observada desde ningún punto. [...] Los habitantes del punto cero (científicos y filósofos ilustrados) están convencidos de que pueden adquirir un punto de vista sobre el cual no es posible adoptar ningún punto de vista (CASTRO-GÓMEZ, 2005:18).

Ao tecerem suas redes e as fortalecerem, construindo o cânone do conhecimento expandindo as suas definições sobre o que pode ser considerado objetivo e científico (ou filosófico), os pensadores das potências imperiais do “coração da Europa” (MIGNOLO, 2011), borraram progressivamente o lugar de onde discursavam, tornando

³⁴ Caracterizando-se como aquilo que Walter Mignolo classificou como “diferença imperial”, ou “the difference in the interiority.” (a diferença na interioridade) (MIGNOLO, 2002:76)

as suas verdades as únicas aceitáveis. Em parte, é a isso que Mary Louise Pratt se refere quando fala de “anti-conquista”. Ao usar esse termo, a autora busca trazer à tona “[...] às estratégias de representação por meio das quais os agentes burgueses europeus procuram assegurar sua inocência ao mesmo tempo em que asseguram a hegemonia europeia” (PRATT, 1999:32).

O observador, “[...] aquele cujos olhos imperiais passivamente vêem e possuem” (PRATT, 1999:33), é um personagem que insere seu discurso no ponto zero da ciência, mascarando o seu pertencimento político e ideológico. Nesse sentido, gostaríamos de tentar apontar para uma diferença entre a expedição de Malaspina e outras tanto já estudadas pelos autores supracitados. Talvez essa seja uma supervalorização de um elemento que poderá ser considerado menor, mas acreditamos que o qualificativo de “político-científica” no título da viagem demonstra que há uma diferença programática entre Malaspina e seus predecessores. Enquanto outras obras, como já o mencionamos para os casos de Cook e La Pérouse, têm títulos que apontam muito mais para as façanhas relativas à navegação - e ainda que as “viagens filosóficas” portuguesas estudadas por Ronald Raminelli (2008:97-298) tivessem também uma agenda política -, Malaspina declara desde já suas intenções ao identificar-se como observador político das condições do Império.

Tal fato serve para novamente apontar as “diferenças imperiais” e a originalidade de cada caso, bastando “inverter o julgamento da razão”, conforme afirmou Bruno Latour (2011:289). Neste sentido, concordamos com Raminelli quando ele afirma acreditar que “não era prioridade do Estado português, imiscuir-se em temas distantes dos interesses coloniais, em um momento de reforma na economia” (2008:124). O mesmo pode ser dito do Estado espanhol: ainda que a ciência seja vista como veículo para o progresso do Império, seus usos permaneciam fortemente comprometidos com temáticas mais práticas. Em nosso entendimento, este é um modo de relativizar as críticas sobre o atraso espanhol feitas à época e também aquelas que acusam a falta de originalidade da Ilustração hispânica.

4.3. DESCRIÇÕES POLÍTICAS: ENTRE O REFORMISMO ILUSTRADO E A CRÍTICA ILUMINISTA.

Para podermos melhor entender as descrições políticas da América produzidas por Malaspina, é preciso que entendamos, também, o contexto no qual foram produzidas. A Espanha do século XVIII estava bem longe de ser a potência que havia sido no XVI e a casa de Bourbon não dispunha dos mesmos recursos dos quais a casa de Habsburgo havia aproveitado durante a época de ouro. Com as sucessivas guerras enfrentadas pela coroa espanhola desde os 1600, os cofres reais encontravam-se perigosamente vazios, e muitas das possessões europeias daquela monarquia peninsular haviam sido perdidas. Enquanto a coroa castelhana assistia outras potências, em especial França e Inglaterra, assumirem o protagonismo internacional, a Espanha caía em um escalão inferior, em termos de influência e de poderio econômico e militar.³⁵

Restava-lhe “apenas” a América. Era no Novo Mundo que os espanhóis encontrariam a solução para seus problemas atuais, e era através dele que conseguiriam retornar para os seus dias de glória. Para ver seus cofres cheios uma vez mais, Castela deveria administrar melhor suas colônias – aliás, elas começariam a ser vistas cada vez mais como colônias ao invés de vice-reinos independentes, como haviam sido caracterizados dentro da monarquia composta dos Habsburgo (ELLIOTT, 2006:452-453). A ordem do dia era quebrar com a tradição herdada da dinastia dos Áustria e instituir uma nova relação, uma que fosse mais eficaz, entre os dois lados do Atlântico. Esta era considerada a única forma de conseguir arcar com os custos das extensivas campanhas militares nas quais a Espanha havia se comprometido ao longo do século.³⁶

O apogeu dessas transformações se deu a partir de 1759, com a subida de Carlos III (1716-1788) ao trono. “O político”, como ficou conhecido, que havia sido rei de Nápoles e da Sicília antes de assumir a coroa espanhola, deparou-se como uma situação que exigia mudanças. O clima político e econômico daquele ano, em meio à Guerra dos Sete Anos, era mais do que propício para reformas radicais no governo. É sob a tutela

³⁵ A grave crise vivida pela Espanha no século XVII conta com uma ampla bibliografia a respeito, mas usamos os trabalhos de John H. Elliott (1987; 2006; 2010) como base para nossos argumentos.

³⁶ Os principais conflitos nos quais a Espanha esteve envolvida ao longo do século XVIII foram movidos, em geral, contra os britânicos, que na décima oitava centúria estavam assumindo a liderança no cenário da política internacional. As principais guerras foram as seguintes: Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714), Guerra da Quádrupla Aliança (1717-1720), Guerra da Sucessão Austríaca (1740-1748), Guerra dos Sete Anos (1756-1763), culminando com o apoio da Espanha aos Estados Unidos na Guerra de Independência. O XVIII foi, efetivamente, marcado por conflitos entre as duas nações. A guerra à qual nos referimos, portanto, foi esta última, travada entre 1779, quando foi assinado o Tratado de Aranjuez entre França e Espanha, e 1783, data que marca a Paz de Paris. Houve, ainda, a Guerra dos Pirineus, travada entre Espanha e França revolucionária, entre 1793 e 1795.

de Carlos III que as mais importantes mudanças que ficaram conhecidas como “*reformas borbónicas*” tiveram lugar. Para Garavaglia e Marchena, a

[...] nueva política en que parecía empeñada la Corona española se basaba en un conjunto de reformas conducentes a hacer saltar el viejo pacto colonial, establecido y mantenido a lo largo de muchos años, entre las antiguas autoridades metropolitanas y los poderes locales [...], cada vez más poderosos, y substituirlo por una nueva política, el llamado reformismo borbónico: una serie de medidas administrativas y gubernativas mediante las cuales la monarquía española deseaba - y necesitaba con urgencia - reencauzar, redigir y controlar al orden colonial (GARAVAGLIA; MARCHENA, 2005:32).

Segundo Elliott,

Existía en la época una marcada tendencia en la Europa continental a reforzar el estado y a racionalizar la administración, en línea con los principios científicos de la Ilustración. Los ministros y oficiales estaban ansiosos por tomar sus decisiones en función de la información disponible más actualizada, lo cual suponía aplicar los métodos de la ciencia al gobierno y asegurarse de que se recogían estadísticas fiables. Así, pues, los ministros encargaban estudios y promovían expediciones científicas que les facilitarían los datos y cifras para fundamentar sus políticas (ELLIOTT, 2006:445).

O rei havia trazido consigo um grande número de ministros e conselheiros italianos, que se encarregariam, ao longo dos anos, da difícil tarefa de racionalizar o Estado e incorporar as novas ciências neste processo. Entre os principais deles estiveram o marquês de Esquilache (1699-1785), nomeado ministro da fazenda, e o marquês de Grimaldi (1710-1789), embaixador em Paris e depois ministro de estado. Esquilache e Grimaldi foram encarregados Carlos III, em 1763, juntos a Julián de Arriaga (1700-1776), então secretário da marinha e das Índias, de formar uma junta secreta cujo propósito seria “[...] considerar no sólo cuestiones de seguridad, sino también de gobierno y recaudación fiscal en los virreinos americanos, además del comercio atlántico” (ELLIOTT, 2006:440).

Diante do fracasso espanhol na Guerra dos Sete Anos, em especial pela maneira como La Habana e Manila haviam sido tomadas pelos britânicos, ficava claro que a “reforma administrativa y fiscal, por tanto, parecía derivarse lógicamente de las exigencias de modernización del sistema de defensa imperial” (ELLIOTT, 2006:443). Esquilache assumiu as funções de comando da junta e sob seu comando se iniciou uma série de duras reformas administrativas, fiscais e militares em La Habana, devolvida à

Espanha conforme acordado no Tratado de Paris. A austeridade das reformas, todavia, levaram à queda de Esquilache em 1765, quando um levante popular em Madri derrubou os ministros italianos de Carlos III (ELLIOTT, 2006:447).

As reformas implementadas pelo italiano continuaram em vigor mesmo após a sua derrocada do poder. Todavia, a sua queda serviu para demonstrar que o reformismo *borbónico* nunca foi amplamente aceito por todos os setores da sociedade espanhola – em nenhum dos lados do Atlântico.

Do grupo de Esquilache e Grimaldi, surge outro nome de cabal importância para continuar as reformas pretendidas por Carlos III, José de Gálvez (1720-1787), encarregado, em 1765, a ser o visitador do vice-reinado da Nova Espanha. O seu sucesso durante a visita, que deveria garantir que as reformas estavam sendo aplicadas, fez com que a sua ascensão dentro da burocracia espanhola fosse imediata. Em 1775, Gálvez tornava-se ministro de Índias, cargo que ocupou até sua morte em 1787. Nas duas décadas durante as quais esteve à frente do ministério, a Espanha de Gálvez parecia encontrar-se no caminho para uma lenta, mas vigorosa recuperação de sua posição imperial. Em seu grupo de relações constavam nomes como os dos referidos condes de Campomanes, Floridablanca e Aranda.

Concebemos as reformas promovidas especialmente por este grupo como sendo um *projeto coletivo*, que se propunha a reformular as relações entre metrópole e colônia em todos os níveis, atingindo desde a esfera militar até a esfera econômica, passando inclusive pelo próprio linguajar político que definia a existência jurídica do império como tal. Usamos aqui a concepção cunhada por Gilberto Velho (1994). Segundo ele:

Projeto [nos termos de Alfred Schutz] é a **conduta organizada para atingir finalidades específicas**. Para lidar com o possível viés racionalista, com ênfase na consciência individual, auxilia-nos a noção de **campo de possibilidades** como dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de **projetos**. Assim, evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido, as noções de **projeto e campo de possibilidades** podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades (VELHO, 1994:40). [grifos do autor]

O uso das noções de projeto e de campo de possibilidades nos permite lidar com a questão da hiperracionalidade dos sujeitos históricos, ou melhor, nos auxilia a fugir desta armadilha. Usando este conceito, é possível percebermos como a atuação coletiva dos reformadores *borbónicos* operou: é através desse imenso esforço conjunto que um campo de possibilidades que misturava as esferas intelectual e política se estabelecia. É dentro deste campo e através do conceito de projeto individual que nós poderemos lidar com as expectativas conscientes e com os planejamentos racionais de nosso ator histórico, o capitão Malaspina. Também poderemos relacionar estas expectativas e estes planejamentos com os projetos coletivos do grupo no qual Malaspina estava inserido - o dos reformadores ilustrados *borbónicos* - e também com aquilo que fugia do seu controle, ou seja, o campo de possibilidades no qual estava inserido - a sociedade espanhola do século XVIII, aberta, até certo ponto, a inovações e reformas, mas que ainda mantinha um forte caráter hierarquizado e conservador. Estar inserido dentro deste campo de possibilidades exigia certa habilidade para jogar com as expectativas do grupo, para adquirir prestígio e proteção - sendo este um fator fundamental para que um sujeito tivesse liberdade para produzir seus discursos.

Neste sentido, Velho levanta dois pontos: em primeiro lugar, ele afirma que um projeto coletivo “[...] não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham. Existem diferenças de interpretação devido a particularidades de status, trajetória e, no caso de uma família, de gênero e geração” (VELHO, 1994:41). Em segundo lugar, o sucesso ou fracasso de uma trajetória e dos projetos elaborados pelos sujeitos depende das relações estabelecidas pelo indivíduo com a sociedade que o cerca. Para o autor, a “[...] viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e interação com outros projetos individuais e coletivos, da natureza e da dinâmica do campo de possibilidades” (VELHO, 1994:47). Assim, o projeto “[...] existe, fundamentalmente, como meio de comunicação, como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações **para o mundo**” (VELHO, 1994:103). [grifo do autor]

Operando a partir destes pressupostos e encarando que Malaspina tinha um projeto de ascensão hierárquica e social que o inseria dentro de um projeto coletivo de um grupo, qual seja, o dos reformadores, o colocava em constante negociação com o campo de possibilidades à sua volta, de forma que o seu sucesso ou fracasso não estava inteiramente sobre o seu controle. Acreditamos que esta seja uma maneira viável de

escapar das armadilhas da *ilusão biográfica* denunciada por Bourdieu (1996) e também para relacionar a função-autor identificada por Foucault (2009) com as outras funções exercidas por Malaspina, fazendo uma ligação constante entre indivíduo e contexto. Em suma, para finalizar, o

[...] *projeto* não é abstratamente racional [...], mas é resultado de uma deliberação consciente a partir das circunstâncias, do *campo de possibilidades* em que está inserido o sujeito. Isso implica reconhecer limitações, constrangimentos de todos os tipos, mas a própria existência do *projeto* é a afirmação de uma crença no indivíduo-sujeito (VELHO, 1994:103-104).

Como havíamos dito anteriormente, Malaspina encontra-se na encruzilhada entre o reformismo ilustrado e outro projeto coletivo, o da crítica iluminista italiana, ou mais especificamente, napolitana. Segundo Anthony Pagden, o iluminismo napolitano tem suas bases arquitetadas por três nomes centrais: Paolo Mattia Doria, Pietro Giannone e Giambattista Vico, homens ligados à Accademia Palatina del Medinaceli.³⁷ A formação intelectual dos três era “[...] Cartesian, Platonist, and strongly committed to a humanist tradition which, in political terms, sought to provide a morally directed alternative to Machiavelli [...]”³⁸ (PAGDEN, 1990:69).

Esses três intelectuais haviam se comprometido a estudar o domínio hispânico sobre Nápoles e entender como um mando que havia sido tão próspero sob o controle dos reis aragoneses se encontrava um estado tão deplorável desde que os Habsburgo haviam assumido o poder. Doria, em especial, estudou como os espanhóis haviam transformado uma sociedade baseada na fé (*fede*), no sentido de confiança, em uma sociedade que tinha na honra como seu maior valor.³⁹

³⁷Segundo Pagden, “In 1698 an academy, the Accademia Palatina del Medinaceli, was founded under the auspices of the viceroy, the Duke of Medinaceli, composed of ‘men of letters, mathematicians, and cosmographers’. Its declared purpose discuss and to promote the arts and the sciences. But it also acted as a quasi-official advisory board on political and, above all, economic matters.” (PAGDEN, 1990:68) [Foi fundada em 1698 a Accademia Palatina del Medinaceli, sob os auspícios do vice-rei, o Duque de Medinaceli. Ela era composta por “homens de letras, matemáticos e cosmógrafos” e seu propósito declarado era discutir e promover as artes e as ciências, mas ela também agia como uma junta de conselheiros semi-oficial em assuntos políticos e, acima de tudo, econômicos.] (tradução livre)

³⁸ “[...] Cartesian, platônica e fortemente comprometida com uma tradição humanista que, em termos políticos, procurava prover uma alternativa dirigida pela moral a Maquiavel.” (tradução livre)

³⁹ Para uma descrição detalhada e aprofundada na concepção de Doria sobre a diferença entre fé e honra, ver PAGDEN, Anthony. *Spanish Imperialism and the Political Imagination*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1990, p. 65-90.

O principal compromisso desse grupo de economistas políticos “was to restore trust to a society made disordered by a rapacious and irresponsible foreign government, aided by an equally rapacious and politically myopic nobility that had betrayed and undermined the political institutions of its ancestors”⁴⁰(PAGDEN, 1990:74). Em seu afã de analisar como tal processo havia sido posto em prática, alguns pontos-chave aparecem: o papel da economia e do comércio, a preferência pela república e a necessidade da circulação livre de informação.

Em alguns desses pontos, podemos ver que há uma aproximação entre os propósitos dos reformadores ilustrados espanhóis e dos críticos iluministas napolitanos, especialmente no que tange à necessidade de uma comunidade bem ordenada e dirigida em função do bem comum para o florescimento do comércio). Mas há distâncias que nos parecerem insuperáveis, como no que tange à forma de governo e a circulação da informação. Os italianos insistem que o conhecimento deve circular para que os cidadãos possam exercer a sua função enquanto tais. Assim, toda verdadeira comunidade, toda sociedade bem ordenada...

[...] that is, bound together by trust, depends crucially upon a free circulation of information. For not only are trusting societies by their nature open societies, if only because (unlike societies of honour) they have no need for secrecy, but it is also, of course, the case that a man will trust his neighbor only if he knows enough about him to be certain that he will return his trust. He will trust the state only if he is sufficiently well-informed about its behaviour to be certain that it is acting in his interests (PAGDEN, 1990:78).⁴¹

Se no iluminismo italiano há essa preocupação com aquilo que o povo deve saber, a ilustração espanhola, por outro lado, dirigia seus maiores para a figura do monarca. Como nos lembra Peset:

La Ilustración nos es sino un valeroso y prolongado intento de pacto social, en el que un valioso y decidido grupo de consejeros y políticos emplearan al monarca como árbitro último e incuestionable para la

⁴⁰ “era restaurar a confiança em uma sociedade que havia sido desordenada por um governo estrangeiro ganancioso e irresponsável, que havia sido auxiliado por uma nobreza politicamente míope igualmente gananciosa que havia traído e minado as instituições políticas dos seus ancestrais.” (tradução livre)

⁴¹ “isto é, unida pela confiança, depende crucialmente da livre circulação de informação. Sociedades confiantes não são apenas sociedades abertas por natureza, porque (ao contrário das sociedades baseadas na honra) elas não têm necessidade de segredos, mas também, é claro, o caso de que um homem só confiará em seu vizinho se ele conhecê-lo o suficiente para saber que ele retornará essa confiança. Ele só confiará no Estado se estiver suficientemente bem informado sobre o comportamento deste Estado a ponto de ter certeza que o Estado está agindo em função dos interesses deste homem. (tradução livre)

mejore y modernización de la vida pública y privada. Por ello, toda la compleja y amplia literatura ilustrada puede, en último término, ser leída como un gigantesco esfuerzo de educación del príncipe [...]. (PESET, 1987:13)

É através do rei que a sociedade se organiza, e ele deve ser o motor de todas as transformações do Estado. “La fórmula, por entero ilustrada, es apoyar un gran poder absoluto, de un soberano que, potenciado en sus virtudes, se aproxime a su pueblo y controle sus dominios.” (PESET, 1987:18) Assim, não há a necessidade de que o povo saiba tenha acesso ao conhecimento que é produzido para o Estado, ou seja, para o rei; ao povo cabe confiar que o seu suserano é virtuoso, que ele está apoiado por ministros ilustrados e tem, portanto, totais condições de decidir qual o melhor curso a ser tomado.

Como dissemos anteriormente, a postura assumida por Malaspina reside no cruzamento desses dois projetos e acreditamos que as descrições políticas que ele nos fornece sobre a América, assim como os axiomas políticos que havia escrito anteriormente, em 1788⁴², e algumas das cartas que o capitão italiano enviou para seu amigo e confidente, o conde de Greppi, servem para ilustrar essa posição. Estabelecido o contexto político e intelectual no qual acreditamos que estas reflexões tenham sido produzidas, passamos a investigá-las mais detidamente. Começaremos com uma análise dos axiomas.

4.3.1. Axiomas relativos al estado actual de la América.

Segundo Igea (1994), Alejandro Malaspina escreveu seus axiomas antes de sua partida, mas há certa dúvida referente à data da publicação. Permanecemos aqui, desta forma, com a sugestão de Manfredi (1994) de que eles tenham sido elaborados antes da viagem de 1789, como já havíamos referido anteriormente. Os axiomas servem como um guia para o pensamento de Malaspina: neles, o capitão italiano esboça quais são os principais problemas das colônias de ultramar, em seu entendimento, e quais seriam as possíveis soluções para ele. Neste escrito, Malaspina estabelece uma análise bastante severa do colonialismo espanhol sobre o Novo Mundo e, de certa forma, podemos dizer que estes axiomas serviram para informá-lo posteriormente durante sua viagem. Muitos

⁴² Segundo Dario Manfredi (1994), não se sabe a data em que foram escritos os Axiomas Políticos de Malaspina, mas o estudioso crê que eles tenham sido produzidos anteriormente à expedição de 1789. Já Juan Pimentel Igea (1994) aponta que os Axiomas foram escritos precisamente em 1788.

dos problemas e das soluções apontados por ele durante a expedição estão diretamente vinculados a este texto. O teor destes enunciados, passaremos a explorar a seguir. Contudo, deixaremos de fora o oitavo e o nono pontos descritos por Malaspina, por considerarmos que eles não dizem respeito diretamente ao propósito deste trabalho⁴³.

4.3.1.1 Primeiro axioma.

O primeiro axioma de Malaspina é intitulado “*La situación política de la Monarquía española de ningún modo puede compararse con las demás de Europa: su examen, por consiguiente, ha de ser por una vía abstracta, referida directamente a la felicidad nacional*” e apresenta um argumento central para toda sua produção: Não se pode refletir sobre a condição da Espanha através da comparação com as outras potências. Como veremos adiante, a expedição de 1789 parece ser uma consequência direta deste pressuposto.

O primeiro ponto que impossibilita uma comparação com Inglaterra, França e Holanda - o italiano escolhe deixar Portugal fora de consideração, por “*tener casi los mismos inconvenientes que España*” (MALASPINA in MANFREDI, 1994:146) - é o fato de a Espanha ter enviado conquistadores ao Novo Mundo, enquanto as outras potências teriam enviado agricultores e comerciantes.

Para Malaspina, o “*conquistador aspira más bien a dominar y a establecer con vano orgullo sus leyes y costumbres*”, enquanto os comerciantes e agricultores se adaptam às condições que encontram buscando o que o solo pode prover, assim como fazer comércio, “*y muy en breve goza de todos los halagos de la sociedad, mientras el que conquista más bien contribuye a destruirla*” (MALASPINA, 1994 [1788]:146).

Desta maneira, inicia sua crítica ao modo como a Espanha havia *conquistado* suas posses ultramarinas, e segue dizendo que “*debía parecer imposible la reunión de América con la España. Una mar (otras veces espantosa) que las divide, unas costumbres, [...], unas relaciones locales enteramente diferentes, la natural oposición del conquistado al conquistador [...]*”, tudo isto serve, segundo o italiano, para

⁴³ Os dois pontos tratam, respectivamente, das situações das manufaturas e do ócio e da emigração na Espanha.

demonstrar que a reunião entre os dois lados do Atlântico foi “viciosa, antes bien, que fue *imaginaria*” (MALASPINA, 1994 [1788]:147). E para concluir este axioma, se pergunta:

No obstante, la legislación exige la precisa introducción del idioma castellano, la profesión de la religión católica, el mismo sistema gubernativo, el mismo método de vida sociable: finalmente, una misma administración de caudales. ¿No es esto violentar la naturaleza, la sociedad y en el terrible laberinto de prosperidad nacional partir de un imposible, de donde, por consiguiente, cualesquiera pasos sean una multiplicación continua de errores? (MALASPINA in MANFREDI, 1994:147)

Esta pergunta inicial é a chave de leitura que devemos usar para entender os outros axiomas. A partir dela, Malaspina tentará esboçar como, de acordo com o seu entendimento, a Espanha deveria proceder para assegurar que suas posses americanas permanecessem sob seu controle e que rendessem, em favor dela, o seu máximo.

4.3.1.2 Segundo axioma.

Para o autor que estamos estudando, o único meio saudável de estender as possessões americanas da coroa espanhola foi através das missões evangelizadoras. Chamado “*La conservación de la América es más bien efecto de un sistema religioso que del militar y político*”, este axioma defende que “[...] todo pueblo pacífico ha cedido a este atractivo y ha entrado bajo nuestro dominio; al contrario, los pueblos algo feroces jamás han sido vencidos” (MALASPINA, 1994 [1788]:148). O axioma propõe que as missões “[...] pueden influir mucho a formar la sociedad y a retraer de la vida errante unas gentes por naturaleza muy materiales y en nada animadas de aquellas ideas sublimes que solas nos hacen la religión al mismo tiempo necesaria y agradable” (MALASPINA, 1994 [1778]:148).

A figura do padre se torna essencial para a comunicação da vontade do rei para com seus vassallos, já que, segundo Malaspina, um grande número de “pueblos no tiene otro intérprete de la voluntad soberana sino al mismo párroco. Tal vez este solo, sabedor del idioma, se deja entender entre ellos; éste sólo es quién puede vigilar sobre su conducta y ocurrir a una revolución o a lo menos precarverla.” (MALASPINA, 1994 [1788]:148). É no sistema religioso, portanto, que deve se assentar a base do domínio espanhol sobre as populações americanas, e ainda que muitos estrangeiros e mesmo

espanhóis peninsulares “creen ya inútil este freno,” é através da autoridade dos párocos – os quais, se bem treinados, pensariam somente em suas obrigações – que se asseguraria o controle sobre as populações nativas.

Esta perspectiva se aproxima a do iluminismo italiano. Doria, Genovesi e Filangieri eram defensores da necessidade da religião, já que a comunidade não dependia apenas da confiança, mas também “upon an education and a religion that would merge the spiritual – and as we would say ideological – concerns of the individual with those of the wider community”⁴⁴ (PAGDEN, 1990:79). Assim, Malaspina encaixa este seu axioma dentro da ideia de uma “religião civil”, ou, mais corretamente, uma religião que é dirigida pela noção do bem comum, um conceito tão em voga no reformismo ilustrado. Os párocos locais, e não as instituições religiosas, deveriam servir como tutores dos nativos, instruindo-os sobre a vontade soberana. Concluindo este axioma, Malaspina declara:

He aquí, pues, por que realmente la autoridad de nuestros dominios pende más bien que de otra causa del influjo de la religión y está depositada no en manos de obispos y del clero, que cuestan a la Monarquía inmensos caudales, ni entre las comunidades de que están llenas las ciudades, pero sí entre los párrocos a quienes está fiada la cura de los pueblos indios y al mismo tiempo la interpretación de la voluntad real (MALASPINA, 1994 [1788]:148).

4.3.1.3. Terceiro axioma.

Neste terceiro ponto, denominado “*La grande Monarquía española se compone de tres clases cuyos intereses son enteramente opuestos: el español habitador del continente, el español domiciliado en América y el indio. Todos tres están en continua acción chocando unos contra otros y causan con una constante reacción la verdadera debilitación del todo,*” Malaspina apresenta sua análise das três “classes” que compõem a Monarquia espanhola: índios, espanhóis americanos e espanhóis europeus. Para Malaspina, as três classes têm diferentes interesses e expectativas conflitantes. Enquanto os espanhóis da península se pretendem como superiores às outras “classes”, eles esperam que os outros trabalhem em seu favor, para que possam manter uma vida dedicada ao ócio.

⁴⁴ “em uma educação e uma religião que uniriam as preocupações espirituais – e conforme nos diríamos, ideológica – do indivíduo com aquelas da comunidade mais ampla” (tradução livre)

Por outro lado, os índios, segundo o italiano, desejavam apenas manter-se naquele estado tranquilo de ócio que haviam conhecido antes da conquista, estado do qual eram privados pelos espanhóis. Há aqui, todavia, um certo eco das teorias de racismo científico do século XVIII, sugerindo que Malaspina provavelmente leu as obras de Buffon, Raynal ou De Pauw (se não tiver lido a todos), como podemos ver na seguinte passagem: “[...] Y esto es común a todos los habitantes de la zona tórrida, pues que en todas partes la vegetación animal y la pesca les suministran un alimento bien barato. El temperamento les hace no sólo agradable, sino casi necesaria la desnudez; la demasiada transpiración les hace casi estúpidos” (MALASPINA, 1994 [1788]:150).⁴⁵

Já no último extremo dessa relação triangular ficam os espanhóis americanos, os *criollos*. Para Malaspina, entretanto, não “[...] presenta menor número de contradicciones la comparación de los intereses del español americano con las del español europeo. En general, como la defensa recíproca (verdadero principio de toda grande alianza) es un punto que por su imposibilidad ya no los liga ni aún en la imaginación, resulta que los únicos objetos que los enlazan son los cambios o el comercio” (MALASPINA, 1994 [1788]:151-152).

Todavia, o maior, ou melhor, o único interesse em comum entre peninsulares e americanos é também a maior demonstração das disparidades dos interesses de ambos. Malaspina argumenta que a relação entre os dois lados do Atlântico se baseia no comércio de um item em especial: a prata. Porém, de acordo com o italiano, este é o foco errado de interesse. Muitos dos seus próximos axiomas tratam justamente dos problemas trazidos pelo investimento em demasia na exploração da prata americana. Malaspina apresenta um afastamento entre peninsulares e americanos em função da prata. Enquanto na América se procura estancar a exportação do metal precioso para ganhar um poder de barganha maior sobre o preço das *commodities* espanholas, na Europa se busca a importação de toda a prata para que ela seja mantida na Península.

⁴⁵ Não entraremos aqui no mérito da “polêmica de América” apontada pela primeira vez por Antonello Gerbi (1996 [1955]), nem nas críticas elaboradas por Jorge Cañizares-Esguerra (2007) sobre isto. Esta é uma discussão que foge ao escopo deste trabalho. Por este, motivo apenas apontamos o fato de que o historiador equatoriano observou que Gerbi atinha-se aos aspectos descritivos da disputa, apresentando os antagonismos entre os autores, sem analisar os pressupostos que alicerçavam os argumentos em pugna.

Enquanto Malaspina desenha este mapa de relações ambíguas que se acomodam em cima de diversas tensões e expectativas conflitantes, ele também critica os oficiais espanhóis que vão para a América. Segundo o capitão, ao chegarem lá, adotam “[...] los intereses de ésta, del mismo modo que antes adoptaban los de España” (MALASPINA, 1994 [1788]:152).

A crítica à emigração para a América também será um tema recorrente nos axiomas futuros. Desta maneira, voltando à ideia do mapa que o autor desenha com seus axiomas, quem se encontra no centro do turbilhão nesse jogo de interesses é justamente a Coroa, que se vê enfraquecida em diversas esferas: além de ter que lidar com um enorme déficit em seu erário, a monarquia encontrava dificuldades em reafirmar sua autoridade e seu poder perante seus domínios ultramarinos.

4.3.1.4. Quarto axioma.

O quarto axioma, cujo título é “*El sistema del comercio entre la España y la América, mal cimentado, se dirige a la destrucción reciproca: no puede fijarse sin conocer los verdaderos intereses de una y otra parte,*” está diretamente vinculado ao anterior: Aqui Malaspina volta a criticar o comércio da prata, ou, ao menos, o privilégio excessivo que lhe é conferido. Para o capitão,

Por agradable que pareciese este comercio en la sed terrible de plata, manifestó muy luego no obstante graves inconvenientes. Primero, que el indio se hallaba esclavizado y trabajando sin necesidad y sin utilidad; segundo, que la sola combinación del beneficio de las minas era un producto harto dudoso y limitado para que refluyesen a la nación todas aquellas ventajas que prometía el descubrimiento de la América hasta a los más sagaces (MALASPINA, 1994 [1788]:153).

Enquanto soldados e navegantes conquistavam novas terras, aumentando os territórios da Monarquia, a coroa buscava abraçar a todas estas novas conquistas através de legislações que, para Malaspina, assentavam-se sobre as bases erradas. A perseguição do minério precioso havia estabelecido uma série de equívocos que minavam a própria sustentação tanto dos domínios ultramarinos quanto da própria colônia. Sobre o governo das colônias, o capitão foi categórico em sua crítica:

Hallóse, pues, constituido el gobierno a combinar en sus providencias y a labrar un sistema de comercio sobre las siguientes condiciones: primera, introducción de la religión católica por los medios apacibles que exige su predicación y derechos inseparables de la conquista; segunda, labor de las tierras y minas y ninguna opresión del indio; tercera, legalización de las posesiones sin aspecto de usurpación; cuarta, formación de ciudades y establecimientos territoriales y su dependencia de la matriz y dirigiéndose sólo al propio beneficio; quinta, finalmente un sistema gubernativo cuyo cumplimiento en tanta disparidad de intereses subsistiese por sí mismo sin que alcanzasen a su arreglo ni la vigilancia ni la fuerza de un gobierno debilitado por sus mismos esfuerzos (MALASPINA, 1994 [1788]:154).

Já sobre o comércio, afirma que:

Deben, pues, considerarse como cimientos de nuestro sistema de comercio con la América: primero, el recargo de la potestad gubernativa o del monarca en deber conservar el buen orden y la justicia en un territorio inmenso; segundo, la defensa militar de este mismo territorio, tan costosa como débil; tercero, la recaudación difícil de los caudales, sea por el derecho territorial o el de aduanas; cuarto, el valor no entendido de la plata; quinto, el número grande de manos empleadas en esta especie de gobierno; sexto, el errado concepto de que puedan combinarse la agricultura y la industria con una excesiva abundancia de plata; séptimo, finalmente, el depender de reglamentos de mucha duración las infinitas combinaciones del comercio, tan variables como los deseos de los hombres y los capitales y bienestar de cada país (MALASPINA, 1994 [1788]:154).

Todos estes elementos reunidos por Malaspina demonstram, no seu entendimento, que a Espanha se encontra engessada por ter baseado sua economia no comércio da prata, comércio esse por vezes associado ao adjetivo “imaginário” e sempre visto por ele como negativo. O que parece propor nosso capitão é que os interesses da América e da Espanha são, naquele momento, inconciliáveis e devem ser emancipados um do outro para que ambos os lados do Atlântico possam pensar em sua própria defesa e prosperidade, já que na visão de Malaspina, defender a América e a si mesma é uma tarefa impossível para a Espanha. Esse seu projeto incluía reduzir a presença peninsular a fortalezas em alguns pontos estratégicos e na manutenção do controle mercantil da região.

4.3.1.5. Quinto axioma.

Novamente retornando à questão da prata, Malaspina dá o nome de “*La plata es género comerciable únicamente en América; ya no lo es en España*” a seu quinto axioma e segue o raciocínio que desenvolveu nos dois pontos anteriores. Neste ponto

ele argumenta que a prata só tem valor para o americano, afirmando que enquanto sacava

[...] en América una cuantiosa abundancia de plata y oro, mientras en España se alteraba la ley de la moneda y la Monarquía empeñaba todas sus rentas. A pesar de los saqueos de tantos corsarios ingleses, franceses y holandeses, florecían las ciudades americanas cuando en España las mismas casas solariegas no descubrían sino destrozos y ruinas (MALASPINA, 1994 [1788]:156).

As denúncias de Malaspina fazem coro com as reformas fiscais e administrativas implantadas primeiro por Esquilache e depois continuadas por Gálvez. A crise espanhola já não era vista apenas como fruto de uma diminuição da extração de prata, mas sim relacionada aos problemas administrativos que os Bourbon haviam herdado da dinastia dos Habsburgo.

O italiano repercute essa carga negativa que foi recebida ao fazer suas críticas à estrutura de governo e de comércio espanholas que, apesar de estarem em franco processo de transformação, ainda mantinham muitas das características do século XVII. Para finalizar, Malaspina argumenta que a prata que a Espanha adquire já foi paga às custas dos seus próprios fundos, e que, portanto, o único que recebe algo é aquele que a retira do solo. Assim, “[...] como la plata no es en si genero comerciable, sino para el que la extrajo de las entrañas de la tierra, es evidente que el americano es el único vendedor de este metal; ya en las demás manos es un mero significativo a los cambios hechos” (MALASPINA, 1994 [1788]:156).

4.3.1.6. Sexto axioma.

Em “*Los frutos y manufacturas de España no alcanzan a proveer las Américas, luego han de tener parte en este abasto los extranjeros*”, o autor defende que se a Espanha errava ao dar privilégio à extração da prata, ela também cometia outro erro ao não estimular mais o avanço da agricultura e, principalmente, da indústria nacional. Ainda que a nação troque suas manufaturas pela prata americana, a Espanha não produzia gêneros suficientes para abastecer as colônias americanas, que suprem sua demanda através do contrabando. Desta maneira, Malaspina volta a reforçar sua compreensão sobre o engano da coroa em insistir no comércio da prata, um mal que estagnava a economia real do país:

Si en el abasto de la América concurriésemos con los extranjeros lícitamente, lejos de concurrir violentamente y por un estanco malogrado, ya se ocuparía la legislación de poner nuestros productos a nivel con los extranjeros, abaratando aquéllos en lugar de encarecer éstos, y entonces ceñiría sus ventajas a los que puede producir el dominio y el acarreo, únicas cosas que puede sin violencia aprovechar España con preferencia a las demás naciones. [...] Si se calculasen con pulso los excesivos gastos que trae consigo el no admitir esta verdad vería la España cuanto le cuesta un estanco imaginario (MALASPINA, 1994 [1788]:157). [grifos nossos]

Para o capitão, que parece bastante comprometido também com a corrente mercantilista da ilustração hispânica⁴⁶ quanto com o vocabulário da economia política napolitana, a política de embargos e monopólios era uma das muitas razões que causavam o enfraquecimento da Espanha no cenário internacional. Enquanto a monarquia permanecesse presa a modelos do passado e não estendesse as políticas de livre comércio, não haveria como a nação progredir.

4.1.3.7. Sétimo axioma.

A crítica de Malaspina à administração espanhola se assevera conforme avançamos na leitura de seus axiomas políticos. Em “*Nuestro comercio de América, por cuanto quiera favorecerlo la legislación con trabas y otras medidas semejantes, nunca puede extenderse de los tres limites siguientes: lo que permitan nuestros fondos invertidos en productos o naturales o artefactos; segundo, lo que produzca la navegación; tercero, lo que se adquiriera por las fortunas particulares de los empleados en América que regresan con sus caudales a España*”, capitão levanta aspectos nos quais fica clara a sua descrença nos sistemas político e comercial vigentes, mas aqui ele também abre espaço para apontar para um futuro melhor em um horizonte próximo. Parece-nos bastante relevante notar que, apesar das muitas críticas apresentadas, o italiano se preocupa em propor algumas possíveis soluções para os problemas ou então para atenuar seus ataques. Talvez a circunstância da obra ter sido enviada primeiramente para José de Gálvez, e não para o rei, tenha permitido a Malaspina um espaço maior para exercer as suas análises da maneira que lhe parecia mais pertinente,

⁴⁶ Segundo Juan Benyeto, “La escuela mercantilista representa el reconocimiento de la conexión entre la capacidad económica y el grado de poder político: ve el comercio como uno de los elementos de tal poder” (BENYETO, 1973:321).

mas ainda assim fica subentendido que há uma hierarquia a ser seguida e que não pode ser quebrada.

Caso as sugestões que ele apresenta fossem seguidas, haveria esperança para a Espanha. Na seguinte passagem, podemos ver como funciona a retórica do italiano: “Este axioma podrá tal vez afianzar la verdad que el sistema político de España puede labrarse sobre cimientos sólidos y puede algún día, puesto al alcance de todos, interesar al ciudadano no menos a seguir acertadas sendas para su felicidad como a cooperar al bien público y respirar el verdadero amor patriótico” (MALASPINA, 1994 [1788]:158).

Esta citação parece bastante representativa se nós retomarmos uma vez mais a noção de “projeto” cunhada por Gilberto Velho (1994), que apresentamos na introdução deste trabalho: o fato de Malaspina expor críticas à coroa e propor uma saída para a Espanha indica um pouco sobre o projeto deste homem. Malaspina talvez não pudesse ser considerado como um membro da “república das letras”, como falamos no capítulo anterior, mas ele certamente participava de uma comunidade de leitores (CHARTIER, 1994:12)⁴⁷ e ele também não era um dos ministros reformistas de Carlos III, mas estava inserido nesse círculo e mantinha relações com alguns desses ministros (MANFREDI, 1994; IGEA, 1994); ou seja, Malaspina pretende, com os axiomas e com a subsequente expedição, projetar-se como um importante reformista, conforme veremos neste capítulo.

Continuando com o sétimo axioma, podemos ver duras críticas à forma como a América tem sido administrada. Ainda há uma nova crítica, em uma passagem breve, ao militarismo espanhol. A relativa extensão das próximas citações se justifica por elas serem fundamentais para reforçarmos este ponto:

Cuando en el siglo pasado y aun en éste, hasta después de la Guerra de Sucesión, no empleamos en el comercio con América ni nuestros fondos ni nuestros brazos, aquéllos porque ya no existían, éstos porque estaban enteramente distraídos por el sistema militar y

⁴⁷ Entendemos, assim, que o grupo de intelectuais que se caracterizavam como “república das letras” no século XVIII constituía uma comunidade que compartilhava práticas de leitura e interpretações semelhantes, ainda que às vezes conflitantes, de determinados textos. Segundo Chartier, “há contrastes, igualmente, entre as normas e as convenções de leitura que definem, para cada comunidade de leitores, os usos legítimos do livro, as maneiras de ler, os instrumentos e os procedimentos da interpretação. Contrastes, enfim, [que] encontramos entre os diversos interesses e expectativas com os quais os diferentes grupos de leitores investem a prática da leitura.” (CHARTIER, 1994:13)

aminorados por la despoblación y sólo redundó en aprovechamiento de nuestros enemigos o competidores (MALASPINA, 1994 [1788]:158).

Mientras no haya un fondo que provea las necesidades todas de los que habiten este continente o bien mientras los productos o naturales o artefactos no equivalgan en su total al total de necesidades, será vicioso nuestro comercio, nuestros fondos no podrán invertirse con ventaja en el comercio de América; finalmente, seremos unos meros comisionistas encargados de cambiar las manufacturas y frutos extranjeros con la plata y demás frutos de América (MALASPINA, 1994 [1788], 1994:159).

Nas duas passagens podemos notar o quanto Malaspina reforça a ideia de que a política espanhola sempre serviu mais para beneficiar as potências rivais do que a si própria, apelando para preocupações bem tangíveis naquele período. Desta maneira, o capitão aproveita a oportunidade para abrir espaço, através da crítica ao comércio, para tratar de uma outra fraqueza hispânica, até então não examinada: a navegação. Entendemos que ao fazer tal operação, ele está apresentando uma justificativa prévia para a expedição que ele empreenderia em 1789, defendendo a necessidade de se aprimorar a navegação nacional. É importante notar que ele reforça a debilidade da marinha mercante, já que, como explicamos em outro momento, a ciência na Espanha esteve ligada à marinha militar e ao exército. Tomemos como exemplo as seguintes passagens:

Mucho más interesante es la ciencia de la navegación, aún sumamente atrasada en la marina mercante. Las ventajas son muy considerables, tanto por la brevedad y seguridad de los viajes como por los plazos de las salidas y la sujeción de las derrotas a los tiempos más bien que de este inconstante elemento.

Bien meditados en una balanza estos diferentes puntos que constituyen una navegación nacional más o menos próspera, diré que en el día que se halla nuestra mucho más mejorada, pero que aún no está en disposición de entrar en competencia con la extranjera, resultando de esto una ventaja no indiferente a favor del comercio ilícito y un desaliento desproporcionado en el fomento de la marinería. (MALASPINA, 1994 [1788]:160)

4.3.1.8. Décimo axioma.

O último axioma que nos propusemos a explorar, intitulado “*Vencidas las dificultades de montar el cabo de Hornos y hechos en la California y en la Nueva Holanda varios establecimientos extranjeros, nuestras colonias del mar Pacífico están*

en evidente riesgo de ser insultadas,” diz respeito a uma preocupação frequente entre os espanhóis do século XVIII: a presença cada vez mais constante de embarcações e fortificações estrangeiras ao longo da costa do Pacífico, notadamente inglesas, francesas e russas. Assim, entendemos que este curto axioma é, novamente, um instrumento de retórica para validar a expedição que Malaspina realizaria em 1789, cujo relato examinaremos no próximo tópico deste capítulo.

Ni es difícil la subsistencia en el mar Pacífico para una escuadra enemiga. Lo es aún menos para corsarios sueltos, cuyos arrimos ya fueron tan fatales a nuestras costas en el pasado siglo. Luego ¿qué no se podrá temer del establecimiento de bahía Botánica di puesto allí un repuesto de pertrechos y fomentadas en un clima tan proporcionado las semillas y animales de Europa el navegante destacado de la India halla un fácil descanso par luego, con una travesía de tres o cuatro meses, sin el menor riesgo ni cuidado, presentarse a la vista de nuestras colonias, aterrorizarlas y a lo menos saquearlas? ¿Podremos acaso con igual número de buques mantenernos sobre la defensiva y cubrir inmensas regiones? Y aun supuesto que contrarrestemos las fuerzas enemigas, ¿serán iguales los gastos de sus escuadras que hallarán alimentos con pocos clavos y cuyos sueldos serán proporcionados a la esperanza de un rico botín, con los gastos de nuestras fuerzas constituidas a hacer unos sacrificios enormes de dinero y con ellos facilitar la debilidad de las mismas fuerzas? (MALASPINA, 1994 [1788]:165)

4.3.2. Descrições políticas.

Se os axiomas políticos representam um momento anterior à viagem e refletem as leituras realizadas por Alejandro Malaspina para fundamentar seu planejamento com uma sólida base histórica sobre as condições coloniais, as descrições políticas a seguir apresentadas são resultado das observações realizadas pelo capitão durante os cinco anos em que permaneceu em viagem a bordo da corveta *Descubierta*. De certa forma, elas se constituem como investigação empírica para comprovar as premissas que Malaspina apresentaram em seus axiomas.

Diferentemente daqueles, portanto, as descrições integram um *corpus* textual que designamos “literatura de viagem,” que é bastante difícil de definir com precisão justamente por ser uma categoria muito ampla, tendo em vista que as dificuldades “com relação à definição da fonte começam quando se constata que basta alguém se deslocar de um lugar ao outro e escrever um texto sobre a experiência para que este seja

considerado um relato de viagem, mesmo que o autor não tenha saído de casa” (JUNQUEIRA, 2011:46).

Assim, há algumas considerações que devem ser feitas sobre tal gênero: em primeiro lugar, é importante que tenhamos em mente que um relato é um construto composto por diversos contextos que se sobrepõem. Paula Monteiro (2006) atenta para essa ideia de contextos sobrepostos quando reflete sobre os documentos europeus que descrevem os contatos entre estes e os indígenas, mas acreditamos que a ideia é bastante válida para interrogarmos a literatura de viagem. Segundo Monteiro, o relato

[...] deve, pois, ser tratado como uma narrativa na qual se depositam inúmeras vozes, em contraponto ou em uníssono, e em tempos diferentes. [...] Assim, as fontes devem ser transcritas de uma forma suficientemente ampla para devolver, ao mesmo tempo, o contexto histórico em que se produziram determinados acontecimentos, o contexto narrativo em que se articulam as informações e o contexto cultural a partir do qual os relatos foram escritos e ao qual eram destinados (MONTEIRO, 2006:13).

Partindo dessa percepção, podemos entender que a construção do relato de viagem se dá através de um jogo de tensões e interesses múltiplos. Malaspina, por exemplo, procurava equilibrar, como dissemos previamente, o reformismo ilustrado e a crítica iluminista napolitana; mas ele também precisava dosar suas críticas de acordo com as expectativas de seus leitores, ou seja, no limite, o próprio rei. Ele deveria apresentar os problemas da América e também propor soluções, mas ao fazê-lo, era necessário que tivesse cautela, que soubesse usar as expressões certas, sempre relativizando o teor de suas críticas e adocicando-as com promessas de um futuro promissor.

Além dessas tensões, ainda temos outros tipos de contextos e vozes que acabam diminuídas no texto final: há o momento em que o diário é escrito, durante a viagem, quando o viajante toma suas notas e faz suas observações; mas por outro lado, há o momento em que o relato final é redigido, transformado em um produto mais palatável para o consumo de seus leitores, sejam eles o rei, cientistas ou mesmo outros viajantes. O contato, também, é borrado: sabemos sobre os encontros com os *criollos* e com os indígenas apenas aquilo que o autor deseja que saibamos. Assim, do mesmo “[...] modo que la historiografía reordena el texto ordenado por el viajero escritor y produce una poética y una política concretas de la escritura de la historia, el relato de viajes es el

resultado de una operación sobre los recuerdos y las notas del viajero” (OTO; RODRIGUEZ, 2008:29).

Seguimos, portanto, a instrução dada por Mary Anne Junqueira:

Ao se aproximar dessas fontes, o historiador – especialmente o que analisa o discurso – deve ater-se a muitos aspectos: conferir o “lugar de enunciação” e o universo cultural do viajante; avaliar o período em que se escreveu o texto (durante ou após a jornada); a forma como foi elaborado o relato (narrativa, memória, cartas, diário etc.); e quando se publicou o texto, se for o caso. Mas, antes de qualquer coisa, devemos nos perguntar quem é o escritor do relato ou quem “ele quer ser” (JUNQUEIRA, 2011: 46-47).

Percorrendo esse itinerário, nós já realizamos nossa jornada até aqui cumprindo com os destinos contextuais dessa análise. Já definimos quem é o viajante que estudamos e a qual universo cultural ele pertence, especificando assim o seu lugar de enunciação. Esta, inclusive, é parte crucial do trabalho, pois, como lembram Oto e Rodriguez, o relato se “[...] apoya en la figura del viajero, sujeto fuertemente centrado, que pone en movimiento lo pre-sabido, sus interpretaciones y sus sistemas semánticos para la presentación e interpretación del mundo que describe en su relato” (OTO; RODRIGUEZ, 2008:22). Muito do que veremos nas descrições políticas de Malaspina apresenta uma direção direta com seus axiomas e com as leituras que o capitão teve de fazer para escrevê-los.

Conforme Oto e Rodriguez nos explicam, o relato de viagem é constituído por duas vertentes: a primeira é a empírica, “producto de un conjunto de saberes derivados de la observación,” enquanto a segunda é recebida da tradição, um “[...] producto de todo el conjunto de saberes y prácticas sociales recibidos de la herencia en la que se inserta cada relato de viajes. Esta vertiente afirma y se afirma en la matriz cultural que se configura en el ojo de lo viajero y en el peso de la tradición” (OTO; RODRIGUEZ, 2008:23).

Retomando a questão sobre a data de escrita do texto, Malaspina redigiu notas durante a viagem, já que nos parece que seria impossível que ele tivesse escrito o diário final pela memória, mas as reorganizou depois de seu retorno à Espanha, no intervalo entre 1794 e 1795. Quanto à forma do texto, basta dizer que ele se apresenta como um diário; já sobre a sua publicação, discorreremos no próximo capítulo. Focamos agora a

nossa atenção à pergunta: “quem ele quer ser”? Começamos a responder esta questão no tópico anterior, sobre os “Axiomas políticos”, e durante as próximas páginas esperamos tornar a resposta para esta questão mais clara, já que muito do projeto que ele elaborou ao planejar e executar a expedição está explicado nas suas observações políticas.

As descrições realizadas por Malaspina devem ser diretamente relacionadas ao conteúdo dos axiomas: ele procurou apresentar a América através de suas potencialidades, mais do que pelos seus muitos problemas. Se por meio dos axiomas ele lançou duras críticas à administração colonial, nas reflexões construídas durante a expedição ele procura apresentar saídas: levanta dados sobre a população, sobre o estado dos exércitos e também sobre quais recursos naturais podem ser melhor explorados.

Claro que ele permanece sempre mantendo o tom crítico e faz algumas sugestões que podem soar bastante intrigantes para nós, e um tanto perigosas para o período. Segundo o italiano, a realização de um exame político das colônias ultramarinas é vital para a sobrevivência do império e é, também, o ponto principal da expedição. Para ele:

Sin un examen de esta especie, las tareas y los gastos de la actual expedición no acarrearían sino una nimiedad hidrográfica para el entretenimiento de pocos ociosos: la Nación exige de nosotros un tributo más interesante, y antes casi de franquearle la navegación de unas costas que poco ha se miraban como abandonadas de la misma Naturaleza, es preciso indicarle cuál es la utilidad de semejante navegación; cuáles las medidas que pueden hacerla al mismo tiempo útil y segura al particular; cuáles, en fin, las consecuencias que del acierto de estas medidas pueden refluir directa ó indirectamente hacia la prosperidad y poderío nacional, comparado con las naciones más poderosas de la Europa (MALASPINA, 1885:364).

Como podemos notar, Malaspina parece manter um forte senso patriótico e de dever cívico. A expedição deve ser dirigida para o *bem comum* - ainda que a expressão não apareça no texto, o conteúdo deste visa claramente tal conceito. O capitão reforça seu compromisso com o setor reformista da política espanhola ao reafirmar os propósitos *justos e necessários* da expedição. Malaspina se coloca, de uma certa forma, em uma espécie de ponto zero. Ele não é cientista protegido pelo poder da verdadeira ciência, mas alcança esse patamar pela via inversa: é porque suas observações são comprometidas com o *bem comum* e com o progresso da nação que elas teriam seu valor assegurado, livrando o seu autor de qualquer possível julgamento errôneo. O

italiano prossegue elaborando sua armadura retórica quando aparece em seu texto pela primeira vez o subtítulo de “descrição política” – trata-se aqui da costa noroeste da América – afirmando que

Si no atendiésemos á la historia del hombre en todos tiempos y en todas situaciones; si su deseo innato de dominar, procedido del resorte de sus talentos ó de la fuerza adquirida de vencer sus pasiones, ó finalmente una ú otra vez del instinto social de contribuir á la felicidad de sus semejantes, pudiese ocultarse un solo instante al filósofo no preocupado, tal vez pudiéramos alucinarnos en las razones que guiaron á los europeos hacia esta parte del globo; **pero no es posible que sea así, cuando á la reflexión se reúne la necesidad de desengañar á una nación sobre su situación política**; cuando la sola falta de este desengaño hace que se malogren diariamente las más acertadas providencias de un rey únicamente ocupado del bienestar de sus vasallos (MALASPINA, 1885:364-365). [grifos nossos]

Ele novamente se afasta do conteúdo “filosófico” tão em voga nas expedições do século XVIII, diferenciando-se do padrão desejável da ciência. Malaspina afirma ser um agente do império: em um país em crise, não há como ser diferente. Ao contrário dos viajantes estudados por Mary Louise Pratt (1999), o italiano não é um agente da “anti-conquista”: ele não pretende despir o caráter colonialista implicado por sua presença. Na realidade, Malaspina busca justamente reforçar este caráter ao deixar explícita qual sua intenção.

Passagens como a que grifamos acima nos fazem, novamente, questionar o julgamento que normalmente se faz sobre o atraso da ilustração na península ibérica. Um olhar rápido sobre a figura de Alejandro Malaspina basta para apresentar o problema: a diferença imperial torna inviável que um espanhol (ou, neste caso, um italiano à serviço da coroa espanhola) se lance em divagações filosóficas sobre a natureza do homem. Como súdito de um “rei unicamente ocupado com o bem estar de seus vassalos,” mas que, pelos muitos enganos existentes no conhecimento sobre as Américas, tem em suas mãos uma nação enfraquecida, ele deve trazer a política à tona e buscar incessantemente encerrar tais enganos. Para Malaspina, realizar a viagem é a única maneira de observar o estado do império de perto e corrigir os erros que permeiam o conhecimento que chega à Europa. Segundo ele,

Las distancias, al paso que abultan ó disminuyen los objetos, alteran también el sentido de las palabras; y así, no se entienda que estas plazas sean fortalezas como las que tienen tal nombre en Europa. **Las falsas ideas que se fijan á los vocablos, son el manantial de**

nuestros errores. Tanto el hombre público como el particular deben conocer el verdadero estado de las cosas (MALASPINA, 1885:585). [grifos nossos]

Eis o ponto central de descrever a América: Conhecer o verdadeiro estado das coisas⁴⁸. Somente tornando tal conhecimento público, acessível a todos, é que os erros podem ser corrigidos. Essa passagem é fulcral para entendermos a ligação de Malaspina aos projetos espanhóis e italianos: segundo a economia política de Doria, é somente através da eliminação dos segredos que uma sociedade pode se basear na confiança (*fede*), e somente uma sociedade baseada na confiança pode ser bem organizada e prosperar (PAGDEN, 1990:78). O relato de Malaspina pode, desta forma, ser pensado como um presente para o monarca, como um manual que segue a tradição ilustrada espanhola, ainda que incorpore um vocabulário mais diversificado.

Voltando à citação anterior de Peset, lembramos novamente que o *corpus* da literatura ilustrada pode ser entendido como um grande esforço para instruir o monarca. Assim, Malaspina oferece conselhos e saídas para a difícil situação da Espanha: ele diz quais os melhores produtos a se comerciar, descreve as gentes da América, informa a situação dos portos e das guarnições. Seu intento é fornecer uma base sólida de conhecimento para que os ministros e, em última instância, o rei possam fazer as reformas necessárias. Em uma carta que o capitão escreveu para o seu amigo e confidente, o conde de Greppi, em 1790, Malaspina declara quais são os seus objetivos: “Si he llegado a demostrar que nuestro sistema de America esta errado, y que admite reformas apoyadas sobre principios ciertos creo haber hecho un Servicio considerable tanto mas que ni le envuelvo en materias arduas ni de él pende mi bienestar venidero” (MALASPINA, 1994 [1790]:230).

É por isso que Malaspina é tão duro quanto à questão dos limites do império – e para Puig-Samper (1991), a expedição de Malaspina pode ser definida como aquela que deveria fixar os limites do império -, especialmente no que tange à costa noroeste. Para ele, a presença crescente dos russos no norte do Pacífico criou um clima de pânico que levou a decisões equivocadas, as medidas tomadas para conter o seu avanço “[...] sin embargo, estribaban sobre los cimientos harto engañosos de nuestro sistema de la

⁴⁸ Podemos perceber aqui que Malaspina não se inspirou apenas em autores e viajantes estrangeiros para elaborar seu projeto: há um eco bastante forte do relato preparado por Jorge Juan e Antonio de Ulloa em 1745 quando retornaram à Espanha depois de terem acompanhado a expedição geodésica.

América, y esto bastó para que desde el principio nos fueran bien nocivos, y últimamente nos arrastrasen unas discordias funestas” (MALASPINA, 1885:366). Os enganos permaneciam como os cimentos da política das Américas, e por isso o império encontrava-se com territórios muito extensos que não estavam efetivamente dominados, como podemos ver na seguinte passagem:

[...] pocas cruces solemnemente plantadas á veces en parajes que aún, no sabíamos si eran islas ó continentes, si eran ó no habitadas, alucinaron nuestras miras políticas con el agradable semblante de nuevas conquistas; y creyendo que no fuese necesario revalidarlas en un tratado, malogramos aún á la vista de la Europa esta pequeña utilidad de nuestros viajes, y finalmente, nos vimos en 1788 constituidos á emprender de nuevo las mismas exploraciones emprendidas en 1774, y ya por los señores Cook y la Péyrouse, verificadas con el mayor suceso (MALASPINA, 1885:366-367).

Malaspina acreditava que a Espanha deveria abrir mão dessa preocupação que ele considerava excessiva. A América só poderia ser mantida, paradoxalmente, se suas defesas fossem diminuídas, como ele afirma em carta enviada a Greppi em 1770: “[...] no creya yo mismo que las memoris políticas me llevasen á las consecuencias que he encontrado después; y que se dirigen áprovar evidentemente que nuestra America puede acrecentar al erario aumentando su fuerza á medida que aminoren los gastos de su defensa.” (MALASPINA, 1790 in MANFREDI, 1994:228). Em relação à costa noroeste, por exemplo, Malaspina acreditava que, ao invés de se focar na dominação e no confronto bélico, a Espanha deveria procurar estabelecer-se apenas por meio do comércio. Assim

[...] podemos lisonjearnos que ó el aniquilamiento de nuestras fuerzas, ó un examen maduro de nuestra situación, nos desprenderán muy luego de esta senda errada: no será, por consiguiente, inoportuno el considerar toda la costa al Norte del Cabo Blanco, como no sujeta á la Monarquía [...]. Al momento que nos miremos como comerciantes en estas costas, ya caen por sí solas todas las cadenas que nos agobiaban, y al ruido espantoso del cañón y de la guerra, sustituyendo los dulces lazos de un cambio lucroso, de una navegación apacible y del auxilio reciproco de las naciones para su prosperidad y opulencia, ya las combinaciones políticas pueden seguirse con mayor agrado, y la defensa nacional fundarse sobre la base sólida de su prosperidad (MALASPINA, 1885:367).

Em outras paragens, como nas colônias do sul, Malaspina defendia uma liberalização das relações entre metrópole e colônia. Deveria ser permitido que as colônias dirigissem uma porção maior dos seus fundos a investimentos internos, para

que pudessem auxiliar na redução dos custos em defesa e também para prosperar economicamente, como podemos ver na seguinte passagem:

No ocultaré á la rectitud del Gobierno, que á pesar de deber las colonias en cuanto al comercio, ser útiles y tributarias á la matriz, no deben no obstante, perder el derecho de emplear sus fondos en los productos de su territorio, siendo este el único derecho que les queda, cuando en la importación y en los cambios ya se les hace tributarios: sin este derecho, se hallarían sentenciados á una pobreza tanto más duradera, cuanto más se le estrechase el modo de explayar su industria y de emplear ó formar sus propios fondos (MALASPINA, 1885:593).

Novamente vemos Malaspina se aproximar da corrente mercantilista da ilustração: não é senão através do comércio que a Espanha pode voltar a prosperar. E também, uma vez mais, o capitão também fala no vocabulário da economia política de Dória: trata-se de organizar a relação entre monarquia e colônias, reforçar a confiança entre ambas as partes para que as reformas possam ser realizadas e possam levar a Espanha a um futuro mais brilhante. Entretanto, apesar de se aproximar da crítica iluminista italiana, Malaspina não escapa do seu lugar como funcionário da coroa: suas críticas são controladas, ou talvez lhe parecessem ser, e realizava uma leitura mais positivada da história da Espanha. Ainda que as relações entre metrópole e colônia tivessem na sua base vários erros, estes poderiam ser corrigidos através do estudo político intensivo, como ele explica ao seu amigo Greppi em carta enviada em 1791:

Con esta excursión [pelo México] y con la bontad (sic) con que toda persona instruida me ha franqueado sus conocimientos he podido finalmente completar mi cabal idea de la América sobre cuya vista nivelar los intereses recíprocos de cada provincia entre sí y del total de la América relativamente a la Europa o España. Espero poder servir al Ministerio si quiere tratar de un sistema general sobre principios sólidos y duraderos. El comercio, la defensa y la legislación de la América jamás podrán entenderse a fondo mientras no se recorran, como acabo de hacer, sus principales establecimientos sin preocupaciones de imitación, intereses o reglas fijas. [...] Puede ser que al disiparse el velo que una mala política ha conservado desde la conquista sobre los ojos y el sistema de la nación adquiriera hasta aquella energía que le conviene, y que en el día si hubiese desplegado su fuerza no nos hubiera hecho víctimas de una nación altanera, que está labrando con sus mismas manos su ruina no distante (MALASPINA, 1994 [1791]:263-264).

Para encerrar este capítulo, voltamos então ao lugar de enunciação de Malaspina: podemos entendê-lo como um homem entre dois mundos; talvez essa posição o coloque em um lugar privilegiado para ter feito as análises que fez, tentando alcançar realmente algum grau de distanciamento real; ou talvez tenha apenas reforçado

a sua posição no ponto zero. O certo é que o viajante falou de um lugar concreto, seu texto se organiza em função ao seu pertencimento institucional.

Recordando a citação de Oto e Rodriguez (2005), a ordenação do texto feita pelo viajante se assemelha à ordenação que o historiador faz deste texto, assim, há uma aproximação do trabalho do viajante-escritor e do historiador. Podemos entender então, que assim como as pesquisas históricas, os relatos de viagem se articulavam com “[...] um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural.” Essa produção “está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam” (CERTEAU, 1983:65-66). Assim, é “impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função do qual ele se organiza silenciosamente [...]” (CERTEAU, 1983:70).

É claro que há diferenças: Certeau estava preocupado com as operações da produção histórica e o seu texto tem também um pertencimento que lhe é próprio. Malaspina não estava preocupado com métodos e documentos, mas sim em produzir uma classificação da América, em inventariá-la e deixá-la à disposição do seu rei, já que, de acordo com Mandrini e Orтели ao classificar “[...] se podía ‘ordenar’ la realidad, comprenderla y aprehenderla; en suma, apropiarse dela.” (2006:52) O texto de Malaspina é, portanto, uma tentativa de criar uma taxonomia holística, uma classificação das gentes, das poses, dos fortes, do comércio, em suma, de tudo. Ele pretendia ser um círculo de acumulação último: apresentar todos os problemas do império, suas reais condições e desmistificar os erros recorrentes que guiavam as políticas feitas desde Madri.

Alejandro Malaspina acreditava que estava trabalhando para o *bem comum* da nação, prosseguindo em seu projeto de se tornar um importante reformador da política espanhola, mas parece não ter considerado suficientemente o impacto da situação europeia que havia mudado drasticamente desde a sua partida em 1789. A pouca relevância que ele deu à mudança no trono – Carlos VI assume a coroa em 1789 – e à mudança do ministério – com a ascensão de Manuel de Godoy a primeiro ministro entre 1792-1797 – parece ter sido crucial na sua derrocada.

Enquanto esteve no mar, a mudança de ministérios realmente não afetou muito seus planos, mas quando retornou à Espanha e encontrou o país em guerra com a França, seus objetivos foram drasticamente terminados. A pouca consideração que Malaspina parece ter dado aos efeitos que a Revolução Francesa teve sobre os impulsos reformistas espanhóis também desempenhou um papel crucial para o tema de nosso próximo capítulo. Nele estudaremos as implicações de todas as críticas que Malaspina fez à administração espanhola sob a perspectiva do Império em si, e não mais pelos olhos do capitão. Veremos como não existe uma hiper racionalidade na ação dos atores históricos, e que eles podiam, sim, ser vítimas de circunstâncias não calculadas.

5 O IMPÉRIO CONTRA-ATACA

Quien duda que no queramos el bien de los demás, pero no es tan fácil determinar cuáles son nuestros deberes respecto a la posteridad, ni si las opiniones van a permanecer estables o si en el siglo XIX se han de burlar de nuestras cuestiones morales, de la misma manera que nos hemos burlado nosotros de las cuestiones religiosas de los siglos pasados.

Alejandro Malaspina

No capítulo que segue nos propomos a analisar três elementos distintos: em um primeiro momento, o contexto de escrita do diário da expedição de Malaspina. Neste ponto, apresentaremos as tensões políticas nas quais o viajante italiano se envolveu, incluindo a conspiração para derrubar Manuel Godoy, poderoso primeiro ministro da Espanha, e a subsequente prisão de Malaspina. Não nos interessa, contudo, aprofundar em demasia esta questão, pois ela foge do real escopo deste trabalho. Apesar disto consideramos importante estabelecer esse contexto para que possamos melhor explicar o segundo ponto: o silenciamento forçado do texto e o seu ostracismo e esquecimento por mais de cinquenta anos, até que políticos chilenos o descubrem e retomam. Para esta segunda parte, partiremos dos usos que estes chilenos deram ao diário para discutir que apropriação foi feita da obra. O terceiro e último ponto a ser discutido será o contexto de publicação do diário, acontecimento que se dá em 1885, quase cem anos depois de sua escrita, pela mão de Pedro de Novo y Colson.

Podemos dizer, portanto, que o tema central deste capítulo gera em torno do termo “apropriação,” já que pretendemos refletir as várias apropriações que foram feitas da obra, em diversos sentidos. Apropriação no sentido de tomar posse, reclamar o poder sobre um texto para silenciá-lo; apropriação como entendimento, como atividade criativa que dá sentido(s) ao escrito, sentido(s) este(s) que pode(m) fugir do intuito original que o autor tinha quando escreveu; apropriação como forma de tornar a reclamar a propriedade do texto, defender a posse e tentar outorgar um sentido único e claro àquilo que foi escrito. A discussão gira em torno de tensões que dizem respeito às diferenças imperiais e coloniais, a pontos zero de enunciação e relações entre periferias, semi-periferias e centros dentro da perspectiva do sistema-mundo – conceito cunhado por Immanuel Wallerstein (1974) que explicaremos adiante. E ele também se baseia em como essas situações se desenrolaram durante um período que se estende entre 1794 e

1885, data um tanto arbitrária, mas que escolhemos em função da publicação da do diário.

5.1. 1794-1796: ESCRITA, CONSPIRAÇÃO E PRISÃO DE ALEJANDRO MALASPINA.

Os expedicionários enfim haviam retornado à Espanha. A recepção inicial a eles foi triunfal, e os espanhóis viam em Alejandro Malaspina um novo James Cook (IGEA, 1994). Assim, durante um bom período os tripulantes das corvetas *Descubierta e Atrevida* puderam desfrutar dos louros que haviam conquistado ao longo de cinco duros anos no mar. Ao capitão italiano foi, inclusive, conferido o cargo de brigadeiro em decreto real datado de 24 de março de 1795 (SOLER PASCUAL, 1990:202). De acordo com Igea, “[...] su nombre se baraja entre los posibles sucesores de Valdés en el ministerio. Encontraba aceptación en las esferas más altas del poder, el Palacio Real inclusive” (IGEA, 1994:474).

Como podemos notar, Malaspina encontrava-se no centro dos holofotes, aclamado pela expedição que ele havia arquitetado, ou seja, estava em uma posição aparentemente confortável como novo herói nacional. Mas faltava-lhe, todavia, cumprir uma última etapa do ciclo de acumulação que ele havia iniciado ainda em 1788, quando planejava sua viagem: restava produzir o texto que lhe renderia, em sua perspectiva, o reconhecimento final que tanto merecia, afinal, as anotações, os diários, os mapas e todo o material recolhido durante a viagem permaneciam desorganizados. Assim, a atividade de escrita e organização seria a última parte de sua jornada para trazer ordem ao caos e corrigir aquilo que ele julgava como erros no sistema de governo das colônias. Em última instância, cabe lembrar o que Chartier afirmou: “[...] é fundamental lembrar que nenhum texto existe fora do suporte que lhe confere legibilidade; qualquer compreensão de um texto, não importa de que tipo, depende das formas com as quais ele chega até seu leitor [...]” (CHARTIER, 1992:220).

Porém, a situação da Espanha encontrada por Malaspina é sensivelmente distinta daquela que reinava quando ele havia partido em 1789. A Europa vivia uma situação política delicada depois da Revolução Francesa e, principalmente, dos chamados “anos do Terror”. O capitão italiano já havia sentido o primeiro impacto deste clima hostil

ainda a bordo da *Atrevida*, quando teve de permanecer quatro meses em Montevideu à espera de um comboio em função da guerra deflagrada entre França e Espanha. Carlos IV, que assumiu o trono ainda em 1789, não só não era tão afeito às reformas ilustradas quanto Carlos III o havia sido, como também não se encontrava em um clima propício para continuar apoiando mudanças radicais na ordem estabelecida.

Desta forma, as ideias que Malaspina já havia articulado nos *Axiomas* e que se reforçaram durante a expedição político-científica talvez não encontrassem, naquele momento, um público ansioso por recebê-las de braços abertos. Ainda assim, o capitão deveria escrever: publicar os resultados de seu empreendimento era, mais do que apenas uma questão de orgulho pessoal, um dever em relação a todos os investimentos feitos pela coroa. Para que pudesse completar seu texto, ele foi recebido pela família real e pela corte em Madri em novembro de 1794, e lá ficaria hospedado. Ainda naquele ano, o capitão procurava preparar o terreno para lançar sua obra: Em 12 de dezembro, publicou uma nota na *Gaceta de Madrid*, que dizia o seguinte:

La naturaleza ha presentado en la inmensa extensión de nuestros dominios producciones y tesoros desconocidos, que darán origen á nuevas combinaciones capaces de robustecer la Monarquía; y por **colmo de felicidad ninguno de estos reconocimientos ha costado una sola lágrima al género humano**: sin exemplo en cuantos viajes de esta especie se han hecho en los tiempos antiguos y modernos, todas las tribus y pueblos visitados bendecirán la memoria de los que léjos de manchar sus orillas con sangre, solo las han pisado para dexarles nociones, instrumentos y semillas útiles, no han sido ménos felices las corbetas en la conservacion de la salud de sus equipages; ápenas han perecido 3 ó 4 en cada una, no obstante los peligrosos climas de la zona tórrida, entre los quales han permanecido tanto tiempo. ¡Oxalá hubieran podido restituir al seno de du patria al primer Teniente de Guardias Españolas D. Antonio de Pineda, cuya memoria será tan cara como indeleble para todos sus compañeros! (MALASPINA, 1994 [1794]:99) [grifos nossos]

Sua propaganda consistia em apresentar argumentos sentimentais sobre a expedição. Malaspina parecia consciente das expectativas que os diferentes públicos tinham de seu texto e isto nos parece claro na nota acima: ele joga com um estilo que claramente não é o do diário publicado em 1885. Ao invés de falar das realizações científicas e das análises políticas, o italiano prefere enfatizar a conservação da saúde dos tripulantes, especialmente quando diz que pelo “cúmulo de felicidade nenhum dos reconhecimentos custou uma só lágrima ao gênero humano” (passagem grifada acima), e também quando presta homenagens ao companheiro falecido, a única baixa que

parece interessar pôr em relevo: D. Antonio de Pineda, botânico cuja saúde declinou em 1792, quando a expedição ainda estava nas Filipinas.

Neste momento, Alejandro Malaspina parece, adotar uma postura diferente da que vinha tendo até então, e agir como um “agente da anti-conquista” (PRATT, 1999), valendo-se de uma estratégia retórica que o despe de seu caráter militar e político e traz um apelo ao gosto do público mais geral. Sobre isto, em carta escrita a seu amigo Greppi em 1795, declara que é “[...] imposible con una misma obra conseguir al tiempo logros de cara al pueblo y al gobierno. **Esto es la razón que me ha determinado a escribir distinto para unos y para otro**” (MALASPINA, 1994 [1795]:367). [grifos nossos]

Apesar da variação de estilo que apresentou na nota ao público, Malaspina mantinha o viés político-científico na produção de seu texto. Parece-nos que o texto para o público leigo lhe preocupava menos, já que os mais importantes destinatários da obra eram o monarca, em primeiro lugar, e os demais membros da corte, em segundo. Conforme abordamos no capítulo anterior, o italiano falava frequentemente de erros de entendimento sobre as Américas, do caos do sistema de colônias e dos demais problemas que enfraqueciam a coroa espanhola. Esta é a característica chave do contexto que antecede à viagem, do próprio contexto da expedição e também do contexto de escrita, como podemos notar na seguinte passagem de uma carta dirigida ao conde Greppi ainda em outubro de 1794:

En este momento la vida es un puro juego al que no se debe dar demasiada importancia. En América, en la Corte y en esta opulenta ciudad mi nombre es bastante conocido, no ya por adulación e intrigas, sino por únicamente un verdadero amor a mis semejantes, al trabajo y a los deberes morales. Cuanto más me abandonan las pasiones, más fuerza y raíz toman las virtudes. Y si no me engañan las experiencias de cuatro largos años, quizá puedo arriesgarme a decir que he reunido esos pocos cabos con los que se ha de restablecer la prosperidad o, diré mejor, la **regeneración de la monarquía** (MALASPINA, 1994 [1794]:361). [grifos nossos]

A missiva inicia reafirmando o seu compromisso para com o ciclo de acumulação que ele havia iniciado há cinco anos: a vida é só um jogo ao qual não se deve dar importância. O que é realmente relevante é o dever para com o *bem comum*, com a *regeneração da monarquia* – cabe ressaltar que o seu projeto pessoal se formula

a partir desse vocabulário pertencente à economia política –, e Malaspina parece estar comprometido, de fato, com tal empreitada, já que, vale lembrar, esta carta fora enviada para um amigo íntimo, e não para uma pessoa em posição de autoridade para conceder ao capitão uma ascensão política. O italiano, apesar do senso de dever e da dedicação a terminar a redação de seu diário, não conseguia, entretanto, deixar de se mostrar preocupado com o panorama político que o cercava.

Quando fora convocado à Madri, em 1794, pouco antes de escrever a nota para a gazeta, Malaspina lamentava o rumo tomado pela nação conduzida por Manuel Godoy. Em carta à Greppi, datada de 31 de outubro daquele ano, o capitão lamentava

[...] Hay que seguir paso a paso el triste destino que nos envuelve; y así, si soy llamado a Madrid poco antes de que termine noviembre, procuraré unirme a Gravina⁴⁹ y ofrecer una víctima más al torrente impetuoso que nos ha de engullir... Rápido, aunque sólo sea un breve instante, echemos una mirada sobre los grandes medios que podrían en un instante, sin afectar el Orden Público, organizar a España, a Italia y a Alemania, e incluso a la misma Francia. Bastaría con librarse del Egoísmo y la Avaricia. La propia virtud, semejante a la aurora, iluminaría con su luz el laberinto inextricable en el que nos hallamos perdidos; el Cielo y la Tierra sonreirían envidiosos de nuestra felicidad; nos amaríamos y seríamos felices (MALASPINA, 1994 [1794]:362).

Convicto em suas ideias, Malaspina demonstrava acreditar que poderia verdadeiramente trazer ordem ao caos caso seu sistema fosse adotado – e mais do que isso, ele chegara a afirmar que a organização de países como Itália, Alemanha e França passavam por uma via semelhante. Esta, nos parece, é uma característica central da escrita do diário: o italiano constantemente dá mostras, em suas cartas, que ele tem a autoridade da experiência. Ele viu os problemas de perto e, portanto, está autorizado a fornecer uma solução para estas questões. Com frequência ele invoca o poder das fórmulas do “eu vi:” como lembra Cañizares Esguerra, a “[...] evidencia empírica [no final do XVII] se convirtió en la única base sólida e indiscutible del conocimiento” (2007:44).

⁴⁹ Federico Carlos Gravina y Nápoli (1756-1806) foi um notório oficial da Real Armada espanhola, bastante conhecido por sua atuação na batalha de Trafalgar (1805). Também foi aluno do Colegio Clementino em Roma, assim como Alejandro Malaspina – eis a provável ligação entre os dois personagens.

Para Alejandro Malaspina, ele era o detentor do conhecimento empírico sobre as Américas e estava pronto para regenerar o seu sistema de governo, e assim ele dá a entender em carta escrita novamente para Greppi em 19 de dezembro de 1794, apenas 7 dias após ter escrito a nota para a *Gaceta de Madrid*:

Ya te he escrito cómo albergaba yo la idea de ser útil a este país en momentos tan tormentosos como en los que estamos envueltos; no habría necesitado más de un día para exponer mi sistema; **he visto todo, he estado en todas partes**; quizás en medio del **caos** del sistema actual habrían podido vislumbrar que tan sólo un corto paso separa el bueno camino del malo, al disparate de la sana filosofía. Todo parecía estar a mi favor; **me encontraba vinculado a todo lo que de más virtuoso y más sabio hay en el país**; se estaba infinitamente dispuesto a escucharme; yo estaba, en fin, seguro de la rectitud de mi corazón y su completa entrega al bien general, sin egoísmos y sin prejuicios [...] (MALASPINA, 1994 [1794]:363).

Quatro meses depois, em outra carta destinada a Greppi, ele retoma esta questão, levantando novamente os pontos que ele já havia definido em seus axiomas, através de três perguntas retóricas: “Sin antes desbaratar la idea de la riqueza inagotable de las minas, ¿cómo se podría apelar a la Agricultura? Sin haber discutido la posición de nuestras colonias, ¿cómo se puede querer determinar los medios de fortificarse contra una invasión? En fin, sin conocer América, ¿cómo es posible gobernarla?” (MALASPINA, 1994 [1795]:367) Ele construiu, ao menos para si ou para seu círculo mais íntimo de amizades, o seu valor como uma espécie de “salvador” da pátria espanhola. Isto porque teria o conhecimento empírico – vira tudo porque estivera em todas as partes – e também as companhias certas – porque uma vez que estava vinculado com tudo o que de mais virtuoso e sábio havia no país.

Mas mesmo com todo o seu empenho, Malaspina não conseguia avançar com a rapidez que desejava na escrita. O autor reclama disso em carta a Greppi datada de 17 de fevereiro de 1795:

Amadº Amº. Habrás extrañado (mas no con razón) el silencio mío de dos meses cerca; cuando consideres las dificultades que naturalmente debía encontrar para dar la última mano a la narración y resultados del viaje, cuando tengas a la vista tú que conoces bien este país lo que es tratar con formalidad los asuntos del erario, de modo que en lo mejor no te dejen plantado, lo que es el reunir tantas noticias, cuantas conducen el arreglo de la obra emprendida no extrañarás que te diga en pocas palabras que **he trabajado mucho y no he adelantado en proporción** [...]; y apenas acabo de conseguir, por lo que toca a caudales, que el consulado de Cádiz tome por su cuenta la publicación

de la Obra, lo cual si bien le convenga por todos títulos le ha parecido sin embargo una obra de Romanos [...] (MALASPINA, 1994 [1795]:364-365). [grifos nossos]

As dificuldades para garantir os recursos para a publicação se somavam às de redação, já que Malaspina cobrava muito de si mesmo: para ele, o texto deveria ficar perfeito. Por conta disso, o italiano recrutou a ajuda de um eclesiástico, o padre Manuel Gil,⁵⁰ que deveria ajudá-lo na elaboração do texto, já que seu o castelhano deixava a desejar. Ao longo dos meses, a pressão e o cansaço aumentavam o seu desgosto, como ele deixa transparecer em carta datada de 26 de maio: “Cada vez tengo más antipatía por el oficio de autor; hubiera preferido instruirme durante los diez años que me quedaban la carrera activa, para seguidamente presentar los frutos conseguidos a la nación que me había admitido en su seno [...]” (MALASPINA, 1994 [1795]:369).

Além dos entraves que Malaspina ia encontrando na construção de sua obra, ele também encontrava problemas nas suas relações políticas. Ele considerava-se como um oficial competente – e a promoção a brigadeiro deve ter deixado isso claro em sua mente –, e, portanto, acreditava que dominava o conhecimento certo para resolver problemas imediatos do país. Esse descompasso entre as expectativas do navegante, criadas pela sua personalidade autoconfiante, e a realidade da política espanhola devia deixá-lo perplexo: ele sabia porque havia visitado as Américas e examinado a fundo a sua situação política e econômica, mas encontrava em Manuel Godoy um obstáculo para conseguir se fazer ser ouvido. Quando escreveu a Greppi ainda em 1794, Malaspina se queixava que, apesar de toda a sua devoção ao *bem público*, de toda a sua retidão e conhecimentos, era “[...] **tan difícil ser recibido por el Sultán**; todo lo que lo rodea está tan sumido en la **confusión** y el no hacer nada, que es imposible hacerse oír y poder actuar” (MALASPINA, 1994 [1794]:363). [grifos nossos]

A sua indisposição com Manuel Godoy, preferido da rainha Maria Luisa e de Carlos IV, bem como a queda do grupo de reformistas ilustrados protegidos pelo falecido Carlos III, atingiam diretamente a posição de Malaspina, não só em termos da

⁵⁰ Natural de Huelva, em 1765 se ordeno sacerdote y luego fue clérigo menor de Sevilla, examinador sindical, miembro de la Sociedad Económica de Sevilla y de la Real Academia de Medicina, auditor de la Sacra Rota, provincial de su orden, vocal y presidente de la Junta Suprema de Andalucía, ministro plenipotenciario a las cortes de las Dos Sicilias y autor de varias obras. Al regreso de la expedición, Malaspina se trasladó a la corte donde conoció al padre Gil. No entablaron amistad, pero el clérigo jugó un importante papel en el proyecto de redacción de los resultados del viaje y en la conspiración de Malaspina. (SAIZ, 1994:413)

produção de seu livro. Segundo Pascual Soler, “[...] por Real Decreto de 28 de septiembre de 1795, se alteró el plan inicialmente previsto: los argumentos políticos y económicos de Malaspina quedaban ahora resumidos en forma de memorias separadas y secretas para uso de los Ministerios” (1990:203). Esta determinação afetara o seu intuito de disponibilizar as informações sobre a América para todo o público (como falamos no capítulo anterior, este é um traço claramente herdado da crítica iluminista italiana) –, mas também interferia com as suas aspirações políticas.

Sem o apoio político de nomes como Aranda, Floridablanca e Campomanes, que a esta altura encontravam-se já afastados do centro do poder por motivos diversos, a posição de Malaspina se tornava cada vez mais frágil. Com o passar do tempo e com o aumento do seu desgosto pela situação, ele tenta entrar em contato diretamente com o rei por vias extra-oficiais, evitando o intermédio de Godoy.

Com o intuito de chegar ao rei e evitar, em seu juízo, que a nação caia em desgraça, o italiano estabelece duas frentes de batalha: por um lado, se envolve com as duas damas de companhia da rainha Maria Luisa, María Fernanda O’Connock, a marquesa de Matallana, e María Frías y Pizarro, para tentar derrubar Godoy do poder. Ele entregou um memorial a Pizarro para que ela o repassasse à rainha. Por outro lado, Malaspina, através de Gil, entra em contato com frei Juan de Moya, arcebispo de Forsaglia e, mais importante, confessor do rei. Para Moya, o italiano entrega um plano para reformular o governo: neste documento, estabelece quem deveria substituir Godoy e quem deveria ocupar os outros ministérios, como podemos ver a seguir:

[...] deberían formar parte del nuevo gobierno una vez que Godoy fuese desterrado por Carlos IV a la Alhambra: el gabinete propuesto por Malaspina estaría dirigido por el Duque de Alba que ostentaría, además, la secretaría de Gracia y Justicia; contaría también con Antonio Valdés, como secretario de Marina e Indias; con el conde de Revillagigedo (destituído del virreinato de Nueva España donde le sustituyó el cuñado de Godoy) como secretario de la Guerra y Hacienda; y, finalmente, con Gaspar de Jovellanos, quien ocuparía la presidencia del Consejo de Castilla (SOLER PASCUAL, 1990:211).

Infelizmente para Malaspina, María Frías y Pizarro estava atuando como agente dupla: se por um lado ela aceitava participar da conspiração iniciada pelo italiano, por outro ela passava informações sobre todos os movimentos dele para Godoy. O primeiro ministro, inclusive, orientou Pizarro para que ela incentivasse Malaspina a agir com

veemência. Quando o italiano entregou à dama de companhia da rainha o memorial, esta o repassou para Godoy que, estando em posse de documentos que provavam a trama de Malaspina, não teve dificuldades de usar a sua influência junto à coroa para acusar o capitão de traidor e revolucionário. Em 22 de novembro ocorreu uma reunião privada nos aposentos de Maria Luisa: a ela compareceram os soberanos e seus confessores, todos os ministros e também o presidente do Conselho de Castela, o frei Felipe Antonio Fernández de Vallejo, bispo de Salamanca. Nesta reunião, Godoy apresentou a todos os documentos produzidos por Malaspina e conseguiu, assim, a permissão para mandar prendê-lo.

Na noite entre o dia 23 e 24 de novembro de 1795, Alejandro Malaspina foi preso. Além dele, também foram encarcerados seus dois servos – um escrivão e o seu criado – além do padre Gil, diretamente vinculado ao projeto do relato da expedição político-científica. Em 27 de novembro, outra reunião do conselho de Estado tomou lugar no palácio real. Godoy não esteve presente, mas foi representado pelo conde de Montarco que, após a declaração da sentença contra Malaspina, enviou uma missiva para o primeiro ministro, informado-lhe:

Se dignó su Magestad declarar que todas las proposiciones y especies comprendidas en el Plan y demás papeles de el reo Don Alejandro Malaspina eran notoriamente falsas, sediciosas e insultantes a la soberanía de sus Magestades, a su Gobierno y a toda la Nación a quienes injustamente suponía descontenta y decidida al maior atentado... (MONTARCO apud SOLER PASCUAL, 1990:209)

A sentença foi dura: Malaspina acabou perdendo todos os seus títulos militares e condenado a 10 anos e um dia de encarceramento no castelo de San Antón em La Coruña. No dia 20 de abril de 1796, ele foi transportado para a prisão, onde permaneceria até 1803. Após cumprir sete dos 10 anos aos quais havia sido condenado, Malaspina foi libertado do claustro em La Coruña e, então, exilado para Itália. De volta à sua terra natal, o ex-capitão passou os últimos anos de sua vida em Pontremoli – que fica a dez quilômetros de Mulazzo, onde ele havia nascido –, até falecer em 1809, aos 55 anos.

5.2. 1796-1786: MORTE E RENASCIMENTO DE UMA EXPEDIÇÃO ILUSTRADA.

Deste momento em diante, falaremos cada vez menos no nome de Malaspina: se o capitão da *Atrevida* vinha sendo, até este ponto, o personagem central deste trabalho, a partir de agora, ele terá seu espaço diminuído dentro de nossa análise. Com a sua prisão e a apreensão de todos os documentos relacionados a ele, o legado de Alejandro Malaspina e de sua expedição político-científica foram sendo, gradualmente, sufocados pela monarquia espanhola, de forma a produzir o ocaso do relato e o ostracismo de seu escritor.

Não deixa de ser irônico notar, como o fez Soler Pascual, que “los mismos objetivos políticos que sostuvo Malaspina en su memorándum al ministro Valdés [em 1788] y que hicieron posible, entre otros, que Carlos III autorizase la expedición, fueron los que motivaron la caída en desgracia de Malaspina ante su sucesor Carlos IV, sólo seis años más tarde” (SOLER PASCUAL, 1990:200). O descompasso entre as ideias reformistas do capitão italiano e a real abertura que havia para novas ideias políticas na Espanha de Carlos IV, unidos à sua falta de tato para a vida política das cortes (conforme reportado por IGEA, 1994; MANFREDI, 1994; e SOLER PASCUAL, 1990), fizeram com que a posição que ele ocupava antes da expedição fosse drasticamente alterada num curto período de tempo. Sua retórica foi enfraquecida pelas circunstâncias e ele não soube se readaptar às exigências do novo momento que vivia quando retornou à Cádiz. Havia uma diferença entre a monarquia regenerada da utopia que Malaspina havia criado (uma “América imposible,” seguindo o sugestivo título da biografia escrita por Manfredi [1994]) e “[...] a la **política real**, donde la **armonía natural** ha devenido en caos, el **comercio** ha dejado de ser la ocasión para el intercambio lucroso, y la **virtud** y la **felicidad pública** tan sólo palabras vacías de contenido” (IGEA, 1994:478) [grifos do autor].

Preso Malaspina e apreendido seu relato, os êxitos da expedição seriam propagados através dos outros tripulantes, que publicaram eles próprios as suas obras. Todavia, há um detalhe importante: Juan Barceló (1994) alerta, por exemplo, que quando Pedro González, médico da expedição, publicou seu *Tratado de las enfermedades de la gente del mar* em 1805, teve que fazê-lo sem mencionar, em nenhuma das 544 páginas, o nome de Alejandro Malaspina. Segundo este mesmo autor, o primeiro trabalho a mencionar Malaspina foi “*Vida literaria*” (1825) de Joaquín Lorenzo Villanueva (1757-1837), e esta foi, casualmente, publicada em Londres, longe

do alcance da monarquia hispânica. Martín Teodoro Fernández de Navarrete y Ximénez de Tejada (1765-1844), outro historiador espanhol, também já expressava, como veremos adiante, uma preocupação com o desaparecimento da memória de Malaspina ainda na primeira metade do XIX. De qualquer forma, as publicações mais consistentes sobre a vida do capitão da *Atrevida* só se dariam na segunda metade do século XIX.

Segundo Barceló (1994), a primeira obra a apresentar Malaspina a um grande público foi “*Los guerrilleros de 1808: Historia popular de la Guerra de la Independencia*”, lançado em 1895 por Enrique Rodríguez-Solís, que trata do capitão italiano em seu primeiro capítulo. Alguns antes Marcos Jiménez de la Espada, célebre historiador espanhol, publicou, em 1881, um texto chamado “*Una causa de estado*” na *Revista contemporânea*, onde mostrava ao mundo o processo que Malaspina havia enfrentado quase 90 anos antes.

Como podemos notar, ainda que Carlos IV tenha falecido em 1819 e que Godoy estivesse afastado do poder desde 1812, o relato da expedição, ou pelo menos a sua parcela política, ou seja, aquela escrita por Malaspina, estava condenado ao ostracismo. A isso classificamos como “apropriação” no primeiro dos três sentidos que apresentamos anteriormente: apropriação como forma de tomar posse. Para chegarmos a essa compreensão, usamos o conceito conforme definido por Foucault (2008): para ele

[...] a propriedade do discurso - entendida ao mesmo tempo como direito de falar, competência para compreender, acesso lícito e imediato ao corpus dos enunciados já formulados, capacidade, enfim, de investir esse discurso em decisões, instituições ou práticas - está reservada de fato (às vezes mesmo, de modo regulamentar) a um grupo determinado de indivíduos [...] (FOUCAULT, 2008:80).⁵¹

Assim, a capacidade de produzir um determinado discurso,⁵² segundo Foucault, está vinculada a um grupo específico de indivíduos. Se pensarmos no caso de

⁵¹ Gostaríamos de ressaltar que não nos ocuparemos de realizar um estudo arqueológico aos moldes de Foucault. Acreditamos, entretanto, que ao fazermos uso, ainda que brevemente, dos conceitos de *discurso* e *apropriação*, inclusive seguindo recomendação feita por Chartier em “*Textos, impressos e leituras*” (1992:211-238) poderemos reforçar nosso ponto central. Compreendemos que a leitura que fazemos do autor é limitada, mas é preciso lembrar que uma análise dos discursos conforme proposto na obra *Arqueologia do Saber* (2009 [1969]) levaria este estudo por outros caminhos que não foram propostos inicialmente e, portanto, não embarcaremos em tal empreitada.

⁵² A título de esclarecimento, seguimos a explicação de Judith Revel sobre o discurso em Foucault: “O discurso designa, em geral, para Foucault, um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns. Essas regras não são somente lingüísticas ou formais, mas reproduzem um certo número de condições historicamente determinadas

Malaspina, podemos dizer que, até 1795, ele integrava um grupo, uma rede de relações políticas, muito forte e que lhe permitia formular discursos como os *Axiomas* ou como o diário da expedição. Enquanto esteve ligado ao setor reformista, ou, pelo menos, à Armada, ele possuía uma autorização – ainda que limitada – para enunciar determinadas falas sobre determinados temas, neste caso, política.

A partir do momento que o grupo que Malaspina integrava foi dissolvido – Aranda, Floridablanca, Campomanes, Valdés e Jovellanos, por exemplo, viam-se afastados dos cargos de poder, exilados ou mesmo encarcerados –, ele não soube se readequar à nova configuração política em que vivia. O italiano foi, então, excluído do grupo circunspecto de atores autorizados a enunciarem discursos sobre a política real. Quando isso ocorre, a coroa não só lhe prende, mas o lança no ostracismo – seu nome é proibido de circular nos textos que os outros membros da expedição de 1789 – 1794 escreviam, e o seu próprio relato foi relegado ao silêncio do arquivo.

Assim, entendemos, se caracteriza a primeira forma de apropriação: a monarquia reclamou sua propriedade sobre o texto – afinal, tratava de assuntos que deveriam permanecer como segredos de Estado – e o relegou ao esquecimento. Além disso, a coroa retira de Malaspina a capacidade de se manifestar sobre a matéria – ou sobre qualquer outro assunto, neste sentido. A primeira apropriação, portanto, diz respeito à morte política de um discurso e de um sujeito.

Por anos os textos da expedição permaneceriam esquecidos, e ainda que algo tenha sido escrito sobre Alejandro Malaspina durante as primeiras décadas do século XIX, o texto só encontrou seu “renascimento” nas mãos dos protagonistas mais improváveis. Enquanto o clima na Espanha permanecia tenso e pouco favorável para a revalorização da expedição, tudo era muito diferente do outro lado do Atlântico. O capitão dedicou anos de sua vida a investigar a América, suas condições políticas e econômicas, e o sistema que a governava, assim, de certa maneira, foi da América que lhe prestaram a cortesia de resgatar os seus escritos do ocaso dos arquivos.

(por exemplo, a grande separação entre razão/desrazão): a 'ordem do discurso' própria a um período particular possui, portanto, uma função normativa e reguladora e coloca em funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas" (REVEL, 2002:37).

Ultrapassado o período das guerras de independência das jovens repúblicas americanas, havia, por vezes, que estabelecer os limites físicos da soberania dos Estados. Isto se fez inclusive, por meio de conflitos armados. Focar-nos-emos aqui ao caso chileno, por sua estreita relação com os escritos de Malaspina. Segundo Andrés Jaramillo (2005), o caráter eminentemente geográfico das expedições do século XVIII gerou uma gama incrível de documentos que, no século seguinte, viriam a ser usadas pelas nascentes nações como forma de definirem os seus limites territoriais, configurando-se como um processo de “[...] resignificación geográfica – desde un tono imperial a uno nacional [...]” (JARAMILLO, 2005:291) Para este autor, por estarem frente a uma “[...] carencia de noticias geográficas actualizadas, las autoridades nacionales no tuvieron otra salida más que valorar las ya existentes, por mucho que fuesen articuladas durante el período preindependentista” (JARAMILLO, 2005:293).⁵³

Segundo nosso entendimento, o que as nações americanas fizeram com os relatos imperiais caracteriza o segundo dos usos do termo “apropriação” que havíamos definido no início deste capítulo: apropriação como atividade criativa. Tomamos esta acepção emprestada de Roger Chartier (2001) quando ele diz que há, para além do sentido que Foucault deu ao conceito, uma interpretação baseada “[...] no sentido da hermenêutica, que consiste no que os indivíduos fazem com o que recebem, e que é uma forma de invenção, de criação e de produção desde o momento em que se apoderam dos textos ou dos objetos recebidos” (CHARTIER, 2001:67). Ainda segundo este autor, devemos lembrar que seja “lá o que for, ler é uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores ou dos produtores dos livros” (CHARTIER, 1992:214).

⁵³ Jaramillo, todavía, afirma que “La resignificación fue posible porque ese conocimiento era científico, racional, y en último término, independiente de la estructura política en que se originó” (2005:293). Gostaríamos de deixar claro que discordamos do autor neste ponto: nenhum conhecimento é puramente objetivo e racional, desvinculado de um lugar de origem. Neste sentido, nos aproximamos da crítica feita por Walter Mignolo à objetividade científica: “Y a menos que se siga pensando, con René Descartes (Toulmin 1990, 5-45; Dussel 1993; 1995), que hay un sujeto universal y des-incorporado del conocimiento que piensa en ningún lugar y que lo que piensa vale tanto para los legados coloniales en Bolivia como en India, no nos queda otra posibilidad que incorporar la producción de conocimientos que fue des-incorporada por la gestación del concepto moderno de razón y de conocimiento” (MIGNOLO, 2005:10). Se eles puderam resignificar o conteúdo do conhecimento gerado pelas expedições do XVIII não foi porque este era puramente racional e científico, mas sim porque as normas que definem o que é científicidade e o que é racionalidade podem ser (e foram) exportadas desde um centro até uma periferia quando Espanha e Chile ainda integravam o mesmo todo.

As possibilidades que se apresentam, então, quebram com o primeiro sentido: o discurso de Malaspina não é mais posse de coroa, ele já não pode mais ser mantido no ostracismo porque as relações de força agora mudaram. Quando as nações americanas buscaram no passado colonial referências para construir um conhecimento nacional, independente, elas subverteram a lógica que governava as antigas relações, ainda que o façam sem romper com os paradigmas da diferença colonial⁵⁴ e da colonialidade do poder.⁵⁵ Isto porque, de fato, elas invertem os papéis, mas não alteram, propriamente, as regras do jogo (MIGNOLO, 2011).

De qualquer forma, é interessante observar que a Espanha já não detém mais o mesmo tipo de poder do qual usufruía no século XVIII. Há, no XIX, um deslocamento dentro do sistema-mundo.⁵⁶ Efetivamente, ainda nos anos 1700, o poder da monarquia

⁵⁴ A diferença colonial diz respeito, como se pode imaginar, a essa assimetria produzida pelas relações coloniais, o que Mignolo chama de “colonialidade do conhecimento”. Segundo o autor: “Coloniality of knowledge doesn’t mean that knowledge was colonized, but that hegemonic ways of knowledge and disciplinary world-making, since European Renaissance, were instruments of colonization and, as a consequence, of colonization of non-European knowledge.” (MIGNOLO, 2011:189) (Colonialidade do conhecimento não significa que o conhecimento foi colonizado, mas que formas hegemônicas de conhecimento e disciplinas criadoras de mundos têm sido, desde a Renascença europeia, instrumentos de colonização e, como consequência, da colonização de conhecimentos não-europeus.) [tradução livre] Já a diferença imperial diz respeito às relações entre os Estados europeus: ela determina a hierarquia interna do continente, criando qualidades que se pretendem universais e, portanto, impondo-as aos outros. Por isso, reiteramos o que havíamos explicado na nota anterior sobre o porquê de os países americanos terem sido capazes de resignificar o conteúdo imperial das viagens: “It is not enough to say that ‘knowledge is situated’ or that ‘experience is the source of knowledge’ if the options and possibilities in which knowledge is situated and experiences experienced are not spelled out. [...] If we start from the premise that there is no universal common ground of experiences and that situated knowledge has to be spelled out in the colonial matrix (**rather than in an assumed history of humankind**), we shall then spell out in what sense, decolonially speaking, knowledge and experience are marked (situated) through and by colonial and imperial differences” (MIGNOLO, 2011:191) [grifos nossos] (Não é suficiente dizer que o “conhecimento é situado” ou que “a experiência é a fonte do conhecimento” se as opiniões e possibilidades nas quais o conhecimento é situado e as experiências experimentadas não forem ditas em voz alta. [...] Se nós começarmos da premissa que não há uma afinidade universal de experiências e que o conhecimento situado deve ser enunciado na matriz colonial (**ao invés de uma suposta história da humanidade**), nós devemos então dizer em qual sentido, “descolonialmente” falando, conhecimento e experiência são assinalados (situados) através das e pelas diferenças coloniais e imperiais) [tradução livre]

⁵⁵ Segundo Castro-Gómez, colonialidade do poder “hace referencia a la forma en que las relaciones coloniales de poder tienen una dimensión cognitiva, esto es, que se ven reflejadas en la producción, circulación y asimilación de conocimientos” (CASTRO-GÓMEZ, 2005:16). Conferir o trabalho de CASTRO-GÓMEZ (2005) sobre Nova Granada: ainda que trate do período colonial, Castro-Gómez se foca nas relações entre *criollos* e indígenas, analisando como os primeiros produzem discursos que os distanciam socialmente dos últimos. Sobre a questão da colonialidade do poder, conferir a seguinte antologia: QUIJANO, Aníbal. *Cuestiones y horizontes: De la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder* / seleção a cargo de Danilo Assis Clímaco; com prólogo de Danilo Assis Clímaco. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

⁵⁶ Segundo Immanuel Wallerstein, o sistema-mundo “[...] es un sistema social, un sistema que posee límites, estructuras, grupos, miembros, reglas de legitimación, y coherencia. Su vida resulta de las fuerzas conflictivas que lo mantienen unido por tensión y lo desgarran en la medida que cada uno de los grupos busca eternamente remodelarlo para su beneficio. Tiene las características de un organismo, en cuanto a

hispanica já enfrentava um severo declínio, como vimos nos capítulos anteriores, mas nos 1800, com a perda das Américas, a Coroa se via numa posição extremamente desfavorecida. No momento das independências, a Espanha deixa de integrar o centro do sistema-mundo⁵⁷ – durante o XVIII ele se desloca em direção à Europa do norte, ou àquilo que Hegel chamava de “o coração da Europa” (Alemanha, França e Inglaterra) (MINGOLO, 2011:196-197; DUSSEL, 1999) – e se transforma em uma semi-periferia⁵⁸ dentro do novo arranjo geopolítico.

Sem mais deter a força para manter a posse sobre o relato de Malaspina, a Espanha assiste às novas nações americanas, principalmente ao Chile, como visto anteriormente, apropriarem-se dos antigos relatos de viagem. A partir de seu conteúdo imperial, elas produziram um conhecimento nacional de extrema importância não só para as relações internacionais daquele período, mas também para organizar novas expedições científicas, conforme explica Jaramillo:

La transcripción de la información de la Expedición Malaspina y la copia de sus principales cartas hidrográficas –muchas de ellas desconocidas a la fecha– significarían un punto de referencia fundamental para la organización de nuevas exploraciones. En ese sentido, y como señalamos con anterioridad, se reconoce la importancia del conocimiento científico-geográfico generado en la centuria anterior como un instrumento imprescindible para futuras investigaciones, en el entendido que su precisión y rigurosidad permitían integrarlos como antecedentes confiables (JARAMILLO, 2005:325).

Essas transcrições foram fruto de um longo trabalho nos arquivos espanhóis por parte dos chilenos. Envolvidos em disputas territoriais com Bolívia ao norte, nos anos 1860, e com a Argentina ao sul, durante os anos 1870, eles precisavam reunir argumentos suficientes para comprovar que as terras em questão pertenciam ao Chile

que tiene un tiempo de vida durante el cual sus características cambian en algunos aspectos y permanecen estables en otros. Se puede definir sus estructuras como fuertes o débiles en momentos diferentes en términos de la lógica interna de su funcionamiento“ (WALLERSTEIN, 1979:489).

⁵⁷ A rigor, o centro do sistema-mundo era a Europa (DUSSEL, 1999:153), mas entendemos que a Espanha não integra essa centralidade, ou, ao menos, não completamente. Aqui cabe o conceito de “diferença imperial” para explicar este ponto: A Espanha integra a Europa e dentro dos esquemas do racismo científico do XVIII e do XIX, ela ainda ocupa um patamar superior em relação ao “resto do mundo,” mas em relação aos outros países europeus (notadamente França, Alemanha e Inglaterra), ela é deixada em um segundo plano.

⁵⁸ Para Wallerstein, “Las economías-mundo están divididas, pues, en Estados del centro y áreas periféricas [...]. Existen también áreas semiperiféricas que están entre el centro y la periferia en una serie de dimensiones [...]. Algunas de estas áreas eran áreas centrales en versiones anteriores de una cierta economía-mundo [...]” (WALLERSTEIN, 1979:492).

desde os tempos do Império. Desde os anos 1830, conhecia-se no Chile apenas a “*Carta esférica de las costas del reino de Chile*,” cuja autoria só seria atribuída à expedição Malaspina em 1863, e por muito tempo ela permaneceu sendo o referencial de informações sobre as costas chilenas. Mas frente aos novos desafios territoriais apresentados a partir dos anos 1860, precisava-se de mais informações. Segundo Jaramillo:

En el lapso de treinta años, y como efecto indirecto de esta controversia territorial, se había logrado conocer una parte considerable de lo que había sido el paso de la Expedición Malaspina por las costas chilenas. Decimos considerable, porque a la fecha todavía no se había publicado una edición completa del diario de viaje y las únicas obras aparecidas no tuvieron un impacto de consideración en nuestro país. Si en la década de 1830 solo se manejaban algunas referencias aisladas gracias a la “*Carta esférica...*”, en la de 1860, debido a la memoria de Miguel Hurtado, ya circulaban las noticias suficientes como para que al menos se pudiese calibrar la real importancia de esta comisión ilustrada. No es menos cierto que las referencias eran todavía mínimas y que difícilmente alguien podía llegar a imaginar cuánta riqueza entrañaban los registros de ese viaje, que reposaban casi totalmente ignorados en los archivos peninsulares. (JARAMILLO, 2005:311)

Revela-se, assim, novamente o nome de Alejandro Malaspina e vinha à tona a expedição político-científica por ele liderada. O antigo conhecimento imperial era, então, ressignificado para se tornar o novo conhecimento nacional. Os documentos da jornada de Malaspina se tornariam, ao longo dos anos 1800, uma representação⁵⁹ do antigo império. Desfeita a antiga unidade colonial, a dominação espanhola já não existe mais e as nações agora são independentes, vinculadas entre si por um legado, mas separadas em seus projetos futuros. Legado esse que retorna para organizar os projetos, e volta sob a forma de um relato.

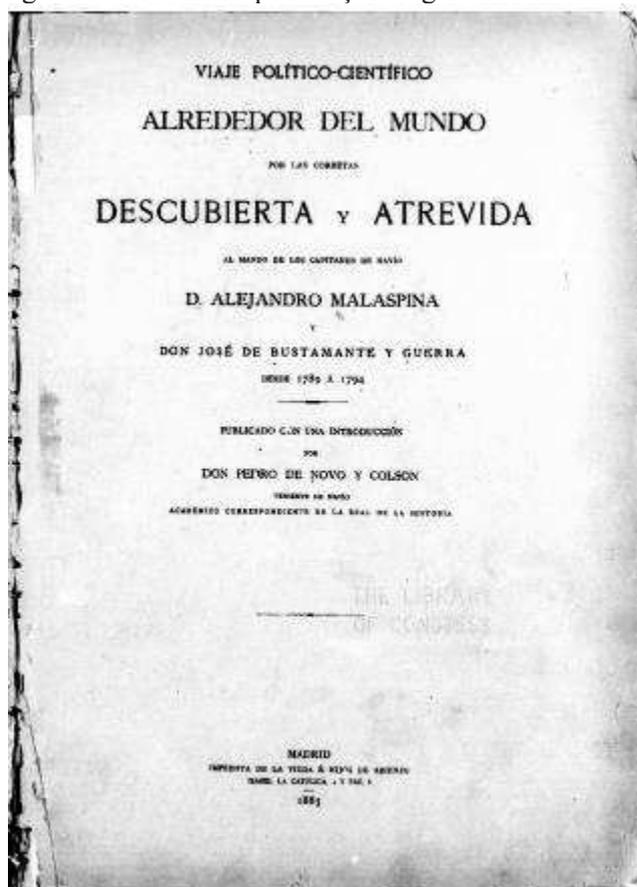
A expedição percorreu quase a totalidade do império colonial espanhol e deixou uma quantidade imensa de documentos para trás uma imagem da antiga totalidade imperial. De Montevidéu à Manila, tudo foi medido, catalogado, descrito e inserido em mapas. As descrições políticas e etnográficas talvez já não importem tanto para as novas nações, mas o mapa criado pelas palavras e traçados que Malaspina e seus homens colocaram no papel, se transformam em um instrumento para se apropriar da realidade

⁵⁹ Usamos aqui o conceito apresentado por Roger Chartier: quando falamos do relato da expedição como representação, queremos expressar que ele é uma “[...] imagem que representa o objeto ausente” (CHARTIER, 1991:184).

geográfica das costas das Américas. Assim, a segunda forma de apropriação se une à primeira e os estudiosos e políticos chilenos buscam tomar posse do relato, reclamá-lo para si, além de fazer dele leituras com propósitos que divergem do sentido original do texto.

5.3. 1885: DIFERENÇAS COLONIAIS E A PUBLICAÇÃO DO DIÁRIO.

Figura 3 - Portada da publicação original.



Fonte: MALASPINA, Alejandro. Viaje político-científico alrededor del mundo por las corbetas Descubierta y Atrevida al mando de los capitanes de navío D. Alejandro Malaspina y Don José de Bustamante y Guerra, desde 1789 á 1794 / publicado con una introducción por Pedro de Novo y Colson. Madrid: Imprenta de la Viuda é Hijos de Abienzo, 1885.

Com a ameaça chilena sobre uma antiga propriedade espanhola, as fragilidades do antigo Império voltavam a ficar expostas, e, além disso, as fragilidades da Espanha no século XIX se tornavam mais evidentes. Na década de 1870, o chileno Carlos Morla

Vicuña⁶⁰ é enviado para Madri com o intuito pesquisar os arquivos espanhóis em busca de documentos para solidificar a posição do Chile nas disputas territoriais antes mencionadas. Após recopilar uma enorme gama de documentos, especialmente da expedição Malaspina, Vicuña reconhecia que “[...] el principal motivo que tuvo la Corona para decretar el ostracismo de Malaspina y requisar sus documentos, fue el peligro que significaría la publicación de algunas reflexiones críticas del sistema imperial” (JARAMILLO, 2005:3014). O diplomata chileno apontava para os problemas da Coroa espanhola, que manteve em segredo uma obra, que poderia ter trazido para a nação um grande reconhecimento científico, por receio de seu conteúdo político.

Claro que, como vimos no começo deste capítulo, não se tratou *apenas* disso: houve também a conspiração na qual Malaspina se envolveu e com a qual não soube lidar de maneira eficiente. De qualquer forma, interessa-nos sublinhar que a percepção que a ex-colônia tinha da ex-metrópole repercutia uma visão negativa que havia sido formulada durante muitos séculos. Ainda que não apresente seu argumento em tais termos, as palavras de Vicuña estão inseridas dentro do vocabulário da *leyenda negra* e retratam a Espanha como um país atrasado e incapaz de produzir um conhecimento realmente científico por causa de seus preconceitos políticos e religiosos (ver CAÑIZARES-ESGUERRA, 2007).

Como se pode imaginar, esta não é uma posição que passou despercebida. Em 1878, Francisco Vidal Gormaz “[...] sugería que la Dirección Hidrográfica de Madrid publicara los papeles del navegante que se encontraban depositados en los archivos españoles”. Mais ainda, o chileno buscava fazer a sua própria edição do texto de Malaspina. Subvertendo a ordem, a antiga colônia trazia para si a iniciativa de trazer à luz um texto de imenso valor científico. Os louros, assim, passariam de um lado do Atlântico para o outro, tirando da Espanha a oportunidade de se defender das acusações que sofria.

Entretanto “[...] las noticias que circularon en España respecto [às investigações de Gormaz] estimularon el celo del historiador naval Pedro de Novo y Colson, quien acometió con prontitud la tarea de preparar una edición de los manuscritos”

⁶⁰ Carlos Morla Vicuña (1846-1901) foi um escritor e diplomata chileno.

(JARAMILLO, 2005:323). É desta maneira que começa o terceiro e último ponto deste capítulo: o contexto de publicação do relato de Malaspina.

Pedro de Novo y Colson nasceu em Cádiz em 1846. Ele ingressou na carreira militar, entrando na Real Armada espanhola, onde alcançou os cargos de tenente de navio e contralmirante da armada. Mas, o que é mais interessante para este trabalho, é que além de oficial militar, Novo y Colson também era um acadêmico e dramaturgo. Foi membro da Real Academia de Historia e da Real Academia Española e escreveu diversos ensaios e peças.

Em 1878, quando Gormaz planejava publicar a obra de Malaspina no Chile, Pedro de Novo y Colson, como membro da marinha, deve ter-se sentido compelido a agir. Sendo tanto um militar quanto um acadêmico espanhol, a perspectiva de outra nação receber as glórias por um evento da história de seu país certamente deve tê-lo preocupado e, assim, pôs-se em ação para resolver o problema. Ele certamente foi persuasivo nos argumentos que apresentou a seus superiores, pois, como sabemos, em 1885 era publicado pela *Imprenta de la viuda é hijos de Abienzo*, em Madri, a “*Viaje político-científico alrededor del mundo por las corbetas Descubierta y Atrevida al mando de los capitanes de navío D. Alejandro Malaspina y Don José de Bustamante y Guerra desde 1789 á 1794*”.

Este é o terceiro sentido do conceito de “apropriação” que havíamos apresentado: apropriação como exercício de autoridade sobre o sentido de um texto. Pedro de Novo y Colson, ao publicar o livro na Espanha, barrando uma possível versão chilena, e ao fazer uma introdução histórica para a obra, define qual o intuito da mesma e qual o objetivo de sua publicação. O editor dita aquilo que ele espera que deve ser entendido a partir do texto, tentando “prender” o leitor a uma forma de interpretação, pois, como lembra Chartier, conduzido “[...] ou encurralado, o leitor encontra-se invariavelmente inscrito no texto [...]” (CHARTIER, 1992:215).

Convém, antes de analisarmos a introdução feita por Novo y Colson e os elementos pré-textuais que ele insere na obra, discutirmos um pouco o papel do editor. Segundo Chartier, todas “as dimensões da história da cultura impressa podem se associar à figura do editor, à prática da edição, à escolha dos textos, ao negócio dos

livros e ao encontro com um público de leitores” (CHARTIER, 2001:45). Essa figura se torna central para a atividade de publicação dos livros a partir do século XVIII e, no nosso caso, ele é ainda mais importante já que será através da figura do editor que o texto de Malaspina poderá sair do ostracismo ao qual havia sido lançado e finalmente encontrar uma versão impressa.

Assim, de acordo com Chartier, a questão “essencial que, na minha opinião, deve ser colocada por qualquer história do livro, da edição e da leitura é a do processo pelo qual os diferentes atores envolvidos com a publicação dão sentido aos textos que transmitem, imprimem e lêem” (CHARTIER, 2002:61). Foge do escopo deste trabalho discutir todos os atores envolvidos no processo de fabricação do livro enquanto materialidade, mas é fundamental que entendamos que a publicação produz essa materialidade, que é diferente daquela dos manuscritos guardados no arquivo. Cabe lembrar que os...

[...] textos não existem fora dos suportes materiais (sejam eles quais forem) de que são os veículos. Contra a abstração dos textos, é preciso lembrar que as formas que permitem sua leitura, sua audição ou visão participam profundamente da construção de seus significados. O "mesmo" texto, fixado em letras, não é o "mesmo" caso mudem os dispositivos de sua escrita e de sua comunicação (CHARTIER, 2002:61-62).

Assim, publicar Malaspina era se apropriar de seu conteúdo, tentar lhe conferir um sentido inequívoco, declarar a posse espanhola sobre o texto, como se este fosse um novo território a ser conquistado, afinal, “[...] a edição submete a circulação das obras a coerções e a finalidades que não são idênticas àquelas que governaram sua escrita” (CHARTIER, 2002:76). Como havíamos dito anteriormente, trata-se de trazer à luz as tensões que envolveram a disputa de um legado. Por isso, Pedro de Novo y Colson precisou armar um arcabouço retórico que é representado pelos elementos pré-textuais e pela introdução histórica: eles devem guiar os olhos do leitor a um destino específico, que é a glória e a grandeza espanhola.

Portanto, antes de iniciar sua introdução, Pedro de Novo y Colson apresenta dois elementos pré-textuais que dizem muito sobre o sentido da publicação. Em primeiro lugar, o editor dedica a obra ao Excelentíssimo Sr. D. Juan B. Antequera y Bobadilla (1823-1890), *Ministro de Marina*. Vejamos, então:

Excmo. Señor:

Animado por mi entrañable amor á nuestra Armada, me atrevo hoy á dar á luz la inapreciable joya que durante cien años estuvo encerrada en el polvo de los archivos; y al buscar el nombre de un navegante contemporáneo á quien dignamente pudiera dedicársela, he hallado que á V. E. asiste el mejor derecho, **nó por la alta posición que ahora ocupa** (cualquiera que sea la gloria que en ella logre), **sino por los grandes méritos que contrajo como Jefe de la fraga Numancia en su asombroso viaje de circunnavegación.**

No es dudoso que V.E. verá con sumo agrado enaltecidos al fin, por sus propias obras, á esos marinos eminentes que dirigieron la famosa expedición de las corbetas *Descubierta* y *Atrevida*. **Yo me felicito de que este verdadero desagravio se efectúe en momentos de encontrarse al frente de la marina el antiguo Comandante del primer acorazado que dió la vuelta al mundo**, con sorpresa de Europa, y en momentos de hallarse á punto de emprender un viaje igual la fraga *Blanca*, á cuyos Oficiales reportará esta obra grande instrucción y noble estímulo.

Con la mayor consideración y respeto saludo á V. E. y B.S.M.,
Pedro de Novo y Colson (NOVO Y COLSON, 1885). [grifos nossos]

É cabal que nos detenhamos sobre o significado disso: trata-se de um texto que descreve detalhadamente uma expedição extensa (1789-1794) e que passou tantos anos sem ser publicado. Quando finalmente ele vem à luz, guiado pela *emocionada mão do editor*, é com uma dedicatória a um oficial do mais alto escalão da marinha espanhola do século XIX. Além disso, também é relevante notar que o próprio ministro já havia realizado uma viagem de circunavegação do globo (1865-1867), a primeira a bordo de um encouraçado de guerra (LA PIÑERA Y RIVAS, 1990:29-30).

Se olharmos atentamente às passagens grifadas em negrito, vemos o editor dedicando o livro a Bobadilla pelos seus méritos como homem do mar, ultrapassando a obviedade representada pelo sua alta patente. A exaltação dos sucessos da marinha espanhola é a chave que guia a publicação desta obra. O editor não se apresenta senão como o veículo pelo qual se opera o desagravo a um grande colega marinheiro – lembremos que Novo y Colson é ele próprio um tenente da armada.

Além da dedicatória, que explicita o lugar de onde o texto será enunciado e qual é o público desejado, há também uma epígrafe. Trata-se de uma passagem de Martín Fernandez Navarrete, um dos primeiros historiadores espanhóis a fazer menção ao nome de Alejandro Malaspina, como havíamos afirmado anteriormente

El viaje de Malaspina es el más brillante testimonio que a fines del siglo pasado dio nuestro Gobierno **del laudable interés que se tomaba en aumentar los conocimientos de la ciencia** de nuestro globo... **Útil para el mundo y honroso para la Nación española** hubiera sido la publicación de este viaje, coordinado por los Oficiales de la expedición y sabios que los acompañaron; pero por un trastorno de ideas inconcebible, las resultas de la desgracia, causa y prisión de su Comandante Malaspina, **alcanzaron a una empresa que nada tenla que ver con sus supuestos crímenes, y en odio del autor ó Jefe de la expedición, se sepultaron todos los trabajos propios de los hombres científicos y aplicados que llevó a sus órdenes.** [...] Quedaronse sin imprimir todos los derroteros y excelentes relaciones del viaje, llenas de luminosas observaciones astronómicas y mineralógicas, de descripciones físicas y políticas, y de nociones nuevas sobre la Historia Natural de los países recorridos (NAVARRETE apud NOVO Y COLSON, 1885). [grifos nossos]

Navarrete, antes de Novo y Colson, já alertava sobre o erro de julgamento da Espanha ao soterrar os relatos da expedição sob a poeira dos arquivos. Tratava-se de uma viagem que era o *mais brilhante testemunho do laudável interesse* que Carlos III tinha pela ciência. Quase como se professasse o seu desgosto pelo destino que o país tomou sob o comando de Carlos IV, Navarrete prossegue dizendo que haveria sido *útil para o mundo e honroso para a nação espanhola* a publicação de tal, mas que por um ódio infundado e confusões imensas ao comandante da expedição, *se sepultaram os trabalhos todos os trabalhos*. Para um historiador como Navarrete ou Novo y Colson, este era um erro demasiado grande e que ainda precisava de correção, que viria em 1885 quando o editor finalmente publicou a obra. Assim, parece-nos que Pedro de Novo y Colson repete a estratégia de Malaspina, quando este escreveu a Greppi dizendo que ele havia se unido a tudo de mais valoroso e justo que havia na nação. A estratégia do editor aqui é fortalecer seus argumentos para a publicação da obra a fim de escapar de quaisquer problemas que poderia vir a encontrar.

Terminadas as citações pré-textuais, Pedro de Novo y Colson enceta a sua introdução histórica. De início, ele já decreta seu intuito: pretende mostrar a grandiosidade da marinha hispânica em desagravo ao fato ela ter pedido sua condição preponderante para a Inglaterra que, ao longo do XVIII e principalmente no XIX se consolidou como maior potência marítima do mundo. Para tanto, ele cita o livro

Historia general de los Descubrimientos Maritimos do britânico William Desborough Cooley.⁶¹

En 1775, dos buques españoles [...] contribuyeron en algo a los progresos de la Geografía, examinando superficialmente la costa de N.O. de América entre los 47 y 57° de latitud. Esta expedición había recibido orden de llegar hasta el paralelo de 65°; pero **los navegantes españoles no habían estudiado tanto como los de otras naciones la ciencia de levantamientos de planos** y su examen de la costa no pasó de los 57° [...] **la ignorancia de los españoles** igualaba en esta época á su reserva y su silencio [...] (COOLEY apud NOVO Y COLSON, 1885:i) [grifos do autor].

Como podemos notar nas passagens grifadas acima, Cooley claramente se posiciona junto à corrente que detrata os feitos espanhóis. David Weber nos lembra que há muito tempo “[...] España había servido a los hablantes de lengua inglesa como un modelo que había que evitar en lugar de emular [...]” (WEBER, 2007:16). Este, nos parece, é um claro exemplo das diferenças imperiais e do ponto zero de enunciação. Cooley, sob a manta da cientificidade, insere o seu discurso numa localização que não pode ser criticada, no ponto zero da objetividade, e, portanto, pode emitir um julgamento sobre as realizações espanholas sem poder ser atacado. Por mais que Novo y Colson esteja tentando mostrar os louros da marinha de sua nação, ele não pode atacar Cooley abertamente em função da objetividade e da cientificidade: no caso de uma investida frontal, ele simplesmente seria descartado como “cheio de preconceitos.” Neste sentido, lembramos Mignolo quando ele afirma que a

[...] hybris of the zero point blinds you to the fact that other people, with their own existence and knowledges, do not have the same problems you have and therefore could care less about your knowledge, until the moment that you impose it on them and tell them they do not know about themselves what you know about them. [...] However, you assume that you ‘know’ them because you describe them and include them in your *system of knowledge* and in your *epistemic architectonic* (MIGNOLO, 2011:192). [grifos do autor]⁶²

⁶¹William Desborough Cooley (1795–1883) foi um geógrafo e historiador irlandês. Cooley teve uma vasta produção envolvendo expedições marítimas e, inclusive, foi um dos fundadores da Hakluyt Society, sociedade que existe até os dias atuais. Segue a descrição que se acha em seu site, “Founded in 1846, the Hakluyt Society seeks to advance knowledge and education by the publication of scholarly editions of primary records of voyages, travels and other geographical material.” (Fundada em 1846, a Sociedade Hakluyt procura avançar o conhecimento e a educação através da publicação de edições eruditas de relatos de primeira mão de viagens, viajantes e outros materiais geográficos) [tradução livre] (HAKLUYT SOCIETY. Disponível em: <<http://www.hakluyt.com/>>)

⁶² [...] hybris do ponto zero o cega para o fato que outras pessoas, como sua própria existência e conhecimentos, não têm os problemas que você e, portanto, não podiam se importar menos com o seu conhecimento, até que você o imponha sobre eles e lhes diga que eles nada sabem sobre si aquilo que

O que vemos, portanto, é novamente a questão da apropriação. A introdução histórica tem como intuito conferir um grau de respeitabilidade dentro dos critérios do sistema de conhecimento europeu. Ela deveria fixar o sentido do texto, que é, como Navarrete havia dito, a utilidade de sua publicação para o mundo e a honra que esta traz para a nação. É dentro desta perspectiva que entendemos que Novo y Colson pôde afirmar o seguinte: “Ahora debo añadir que no era suya la culpa de la ignorancia que demuestra respecto a los méritos contraídos por navegantes españoles: debíase en gran parte a la *reserva* y el *silencio* que guardábamos, como acertadamente dice Desborough Cooley” (NOVO Y COLSON, 1885:v) [grifos do autor].

Estamos assistindo um equilibrismo perigoso: enquanto o editor deve assumir parte das críticas feitas contra a sua nação – a reserva e o silêncio que os espanhóis guardaram sobre suas descobertas –, ele também deve manter um tom moderado nessas mesmas críticas, afinal, Novo y Colson não poderia entrar em atrito direto contra as instituições que lhe garantiam o direito de publicar o relato. O texto de Colson, portanto, está organizado entre os seus lugares de pertencimento (a Real Armada e a Real Academia de História), para resgatar Certeau (1983), locais estes que detém regras próprias – e eis que se justifica novamente a dedicatória a um eminente oficial da marinha. Assim, restou-lhe fazer um ataque cauteloso:

Es verdaderamente sensible la indiferencia cuando nó la oposición demostrada por nuestros Gobiernos hacia las tentativas de dar a luz tantas brillantes demostraciones de lo que ha valido siempre a la Armada española. Creeríase, quizás, que el abandono ó falta de propósito de nuestros marinos, hicieran difícil la compaginación y arreglo de sus apuntes para ser publicados, mas por el contrario, suspenden y arroban el espíritu las metódicas e interesantes narraciones que manuscritas yacen condenadas a perpetuo encierro. **Por suerte, en ocasiones (raras) una mano audaz ó generosa arranca del estante algún legajo y lo arroja a la prensa.** Esto hago yo ahora, **no audaz ó generoso, sino verdaderamente subyugado,** aturdido, lleno de emoción gratísima y de patrio orgullo, ante la lectura del asombroso al par que desconocido viaje de circunnavegación efectuado por los españoles desde 1789 a 1794, a bordo de las corbetas *Descubierta* y *Atrevida* (NOVO Y COLSON, 1885:v). [grifos nossos]

you know about them. [...] Porém, você assume que os "conhece" porque você os descreve e os inclui no seu sistema de conhecimento e na sua arquitetônica epistêmica. [tradução livre]

Como vemos nas passagens grifadas, ele inicia com uma crítica contra a indiferença ou oposição às demonstrações das brilhantes demonstrações dada pela Armada, mas logo recorre, num segundo instante, à valorização do seu papel enquanto editor. É através da sua audaz e generosa mão que a nação verá um de seus heróis sair das trevas: Novo y Colson está *verdadeiramente subjugado, aturdido, cheio da mais grata emoção e orgulho pátrio* ao ler o desconhecido texto – e aqui fica subentendido, levá-lo à prensa. Como se retornasse ao espírito da ilustração – ilustração como tentativa de instruir o monarca –, o interesse dele em trazer o texto de Malaspina a público é o de instruir os espanhóis.

Se observarmos os motivos que ele apresenta, na introdução, para estar a publicar, seus objetivos ficarão mais claros. Vejamos, então:

Primero: á fuer de vindicación cumplida, y dato irrefutable que hará impresión en el pueblo inglés, marítimo por excelencia y gran maestro en las empresas navales (NOVO Y COLSON, 1885:vi).

Segundo: porque España debe á aquellos nobles hijos suyos un desagravio, aunque tardío, mostrando al mundo sus prendas eminentes y abriéndoles paso a la inmortalidad ganada por su ciencia, ya que no todos, afortunados como Galiano y Valdés, la merecieron por las armas (NOVO Y COLSON, 1885:vii).

Tercero: porque tanto se adelantaron á su tiempo aquellos sabios Oficiales y tan profunda y discretamente meditaba Malaspina, que, comenzando por los preparativos de los buques y concluyendo por el desarme de los mismos á su regreso, son hoy (¡pasando un siglo!) enseñanzas provechosísimas todas sus páginas para la marina actual, y más directamente para los que se disponen á emprender el viaje de circunnavegación en la fragata Blanca (NOVO Y COLSON, 1885:vii).

Em primeiro lugar, Novo y Colson deseja impressionar o povo inglês. Neste ponto, voltamos à questão da diferença imperial e do ponto zero. Este povo “marítimo por excelência, grande mestre nas empresas navais” é o referencial segundo o qual os feitos náuticos devem ser julgados, portanto, se eles aprovarem a expedição de Malaspina terão de reconhecer os méritos da nação espanhola. Cabe lembrar o que Certeau havia afirmado sobre o livro de história: “O público não é o verdadeiro destinatário do livro de história, mesmo que seja o seu suporte financeiro e moral. Como o aluno de outrora falava à classe tendo por detrás dele seu mestre, uma obra é menos cotada por seus compradores do que por seus "pares" e seus "colegas" [...]”

(CERTEAU, 1982:71). Em certo sentido, o texto do editor se constitui como um “panfleto de guerra”: não uma guerra em sentido literal, mas antes um embate ideológico e (talvez nem tão) velado. Trata-se da honra nacional, ofendida por Cooley e tantos outros estrangeiros, mas também, lembremos, pelas próprias ações da coroa. Impressionar os ingleses é também, desta maneira, corrigir os erros de julgamento da monarquia.

O segundo ponto reforça esse entendimento de que é preciso corrigir os antigos erros da nação. Trata-se de um desagravo, de remover a mancha que fora lançada sobre a memória de Malaspina que, para Novo y Colson, merece a imortalidade através da ciência. Podemos supor aqui que haja alguma identificação entre ele e a figura de Malaspina: o editor era descendente de italianos, marinheiro e interessado por história. Se pensarmos no texto de Malaspina, navegador italiano, podemos recordar a importância que o capitão dava a aspectos históricos - e Igea (1994) nos lembra disso frequentemente. Talvez Novo y Colson, para além de ajudar a nação a receber a glória que merecia, estivesse tentando auxiliar a memória de um personagem que lhe era querido pelas semelhanças que ambos tinham; mas isto, todavia, fica no campo da especulação.

O terceiro ponto diz respeito à importância do conhecimento produzido pela expedição político-científica – e é interessante notar aqui que o editor não parece dar importância em demasia para o adjetivo “político” – para a marinha naquele momento. O rigor científico dos dados recopilados por Malaspina e seus homens os tornavam dignos de nota mesmo um passado quase 100 anos desde o fim da expedição. Assim como eles foram passíveis de ressignificação para os políticos das Américas, também eram passíveis de apropriação pelos marinheiros da Espanha. Novamente ressurgem o teor pedagógico que Novo y Colson pretende conferir à obra.

A estas três primeiras razões apresentadas pelo editor da *Viaje...* une-se mais uma:

A tan buenas razones fáltanos añadir la más poderosa; evitar que España reciba una lección que le avergüence, pues vergonzoso sería que otro país, anticipándose, diera a luz esta misma obra. No era remoto el peligro. Me consta que un hombre de ciencia y alto funcionario de Chile ha sacado copia (por orden de su gobierno y con autorización del nuestro), de todos los manuscritos, cartas y hasta

dibujos pertenecientes al viaje de las corbetas [...] (NOVO Y COLSON, 1885:vii).

A razão mais poderosa, segundo Novo y Colson, para publicar o relato de Malaspina não era científica, mas sim política: evitar que a Espanha receba uma lição que lhe envergonhe. Seria inconcebível, para o editor, deixar que o Chile, antiga colônia espanhola, superasse a metrópole e publicasse aquele episódio que teria sido o mais brilhante da história científica espanhola. Em função da reserva e do silêncio e dos graves erros de julgamento do passado, a nação hispânica corria o sério risco de ser envergonhada pelo Chile e, o que era pior, com a autorização do próprio governo espanhol. Voltamos assim à questão da diferença colonial, da colonialidade do conhecimento e da apropriação.

Novo y Colson não poderia permitir que o Chile publicasse o relato porque, ao fazê-lo, o país americano estaria tomando para si um episódio espanhol. O brilho que poderia ser conferido à Espanha através da exposição da expedição de Malaspina para o público seria revertido em vergonha. Segundo Certeau, os resquícios do passado de um texto retornam nas “[...] franjas do discurso ou nas suas falhas: ‘resistências’; ‘sobrevivências’ ou atrasos perturbam, discretamente, a perfeita ordenação de um ‘progresso’ ou de um sistema de interpretação” (CERTEAU, 1982:15). O império espanhol já havia sido tremendamente minado⁶³, mas os resquícios da dominação colonial sobreviviam no imaginário e ressurgiam através dos lapsos da sintaxe dos discursos, como podemos ver em Novo y Colson. A Espanha, em tese, não detinha mais nenhum poder sobre o Chile, mas através da ação do editor, podemos ver como se organiza a lógica do conhecimento internacional: havia uma hierarquia a ser respeitada. Se a Espanha já não ocupava mais a posição de centro econômico dentro do sistema-mundo, ela ainda permanecia num patamar mais avantajado em termos científicos do que a sua antiga colônia. O fato de ter sido um dia metrópole a autorizava a produzir tal tipo de discurso que clamava para si a autoridade de publicar o relato de Malaspina e definir qual o sentido de tal obra.

Portanto, é preciso permanecer atentos às tentativas de cerceamento da leitura e também aos diferentes projetos que, em séculos posteriores, se (re)apropriam de textos antigos, produzidos em contextos diferentes. Malaspina parecia ter alguma consciência

⁶³ Lembremos que, nas Américas, Cuba e Porto Rico permaneceram como colônias espanholas até 1898.

deste fato e aqui gostaríamos de remeter à citação da epígrafe deste capítulo, onde o italiano afirmara que “não era tão fácil entender qual era o seu dever com a posteridade.” Ele já devia imaginar que os usos que seriam feitos dos seus escritos seriam divergentes e pouco levariam em consideração todo o seu conteúdo moral, que seria subvertido, segundo suas palavras, da mesma maneira que a sua geração havia alterado as interpretações religiosas de textos anteriores. O ciclo de leituras possíveis parece-nos interminável, já que cada novo contexto histórico gera novas possibilidades de apropriação de sentidos diversos. Desta forma, podemos afirmar que o sentido não é dado pela atividade do autor em si – ele não advém unicamente, talvez nem sequer primariamente, da escrita –, mas sim do trabalho de leitura.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se viu ao longo deste trabalho, argumentamos constantemente que o discurso da ciência se construiu através de tensões e coerções constantes. A hierarquia política constituída através da “objetividade” científica erigiu os seus “pontos zero” de observação e de enunciação, criando uma classificação de culturas que eram dignas de serem sujeitos do conhecimento ou apenas objeto de conhecimento. Essas tensões são por vezes sutis e produzem limites que nem sempre são tão evidentes. Enquanto poderíamos facilmente apontar para os problemas na relação “Europa x resto do mundo,” observar a trajetória do relato de Malaspina cotejando-a com o contexto no qual foi produzida nos permite observar que a taxonomia do conhecimento também divide a própria unidade europeia.

Em um primeiro momento, podemos ver como Malaspina é um personagem entre dois mundos intelectuais distintos: ele transitava entre o iluminismo italiano e a ilustração espanhola, tendo sido formado no contexto do primeiro e sendo um funcionário comprometido com a segunda. Dentro dessa dinâmica, ficam claros os desafios que ele enfrentou para elaborar um discurso que parecesse coerente e que fosse minimamente aceitável devido ao seu lugar de enunciação. Tratou-se de um jogo de acomodações e silenciamentos para traduzir a sua visão de mundo para seus empregadores.

Certo é que Alejandro Malaspina foi um homem muito ambicioso e fez o possível para que seus projetos pessoais estivessem sempre associados a projetos coletivos que compartilhassem dessa ambição. Foi no seio do reformismo *borbónico* que ele encontrou espaço para pôr seus planos em prática, enxergando oportunidades para ascender social e politicamente. Também podemos perceber que existiram diferentes campos de possibilidade e diversos projetos envolvidos nos esforços de Malaspina. Por um lado, nós temos um campo de possibilidades maior, representado pelo contexto das relações internacionais europeias (e todos os campos envolvidos aí: econômico, militar, científico, político, etc.), e no qual atuava o “projeto-mor” representado pelo projeto da nação espanhola. Dentro desta área de atuação, existe um

subcampo de possibilidades que é o reformismo ilustrado *borbónico*, que, como já dissemos, não abarcava a totalidade das elites hispânicas, e dentro do reformismo está inserido o projeto coletivo do grupo de ministros que esteve vinculado principalmente ao monarca Carlos III. Alejandro Malaspina, com suas ambições pessoais, fazia parte desses dois projetos coletivos e via naqueles dois campos o espaço para jogar com suas possibilidades.

Como Gilberto Velho (1994) afirmou, os diversos projetos individuais que compõe um coletivo não são homogêneos e operam através de tensões e acomodações. O italiano formulou suas críticas a partir de mais de uma opção teórica (tanto as italianas quanto as espanholas, repercutindo ainda as francesas e britânicas) e desenvolveu seu plano para melhor se acomodar dentro daqueles campos, mas, devido à sua falta de habilidade e tato para lidar com as tensões existentes dentro da corte de Carlos IV, Malaspina acaba vendo seus planos frustrados. De certa forma, Malaspina pode ser usado como um reflexo da situação da própria Espanha no campo maior: a nação não conseguiu obter sucesso em suas tentativas de modernização e continuou a ser considerada como atrasada peos seus competidores, em especial Inglaterra e França.

Assim, devemos entender que tanto seus *Axiomas* quanto seu relato constituem um esforço narrativo sobre uma América bastante peculiar: antes mesmo de viajar, Malaspina já havia construído sua América ideal e durante a viagem ele se esforçaria para torná-la real. Como lembra Stella Franco, uma “[...] vez que o que vai ser narrado já está quase que predeterminado pelas convenções discursivas – particularmente no caso do viajante naturalista –, ficaria mais difícil ‘ter a mente livre para o que os olhos virem’ ou ter ‘os olhos e ouvidos ao léu’” (FRANCO, 2011:81). Devemos atentar justamente para essas convenções discursivas – que incluem o vocabulário da economia política, as regras de cientificidade, os desejos da monarquia espanhola sobre o texto. Essa narrativa “[...] se desenvolve justamente entre um narrador e um destinatário implicitamente presente no próprio texto”, e por isso “a questão é então perceber como ela ‘traduz’ o outro e como faz com que o destinatário creia no outro que ela constrói” (HARTOG, 1999:228). Para atingir seus objetivos, o capitão italiano deveria produzir um texto que promettesse uma América lucrativa para a Coroa, mas de maneira científica, respeitando as normas de objetividade que confeririam ao texto validade

perante a comunidade internacional. Sem observar tal detalhe, os esforços de Malaspina se veriam frustrados.

A função-autor exercida pelo italiano foi, assim, sempre coagida a narrar os fatos de uma determinada maneira. Seu discurso foi peculiar, mas só o foi por ele ocupar um lugar bastante específico que lhe investia com o poder de produzir tais enunciados. Ou seja, Malaspina devia reforçar alguns estereótipos que ele mesmo procurava combater: os equívocos sobre os quais tanto alertou ao longo de sua escrita eram justamente os pontos dos quais ele não poderia fugir. Corrigi-los completamente seria impossível, pois eles estavam inseridos em um ponto zero de enunciação, integrando o arcabouço conceitual usado para tratar da Espanha e de suas colônias ultramarinas. De certa maneira, os equívocos denunciados por Malaspina integravam já o imaginário social⁶⁴ dos europeus e não seria facilmente desvinculado da produção de conhecimento, conforme demonstraram Castro-Gómez (2000; 2005) e Mignolo (2011).

Já num momento posterior, quando Malaspina é preso, em parte por causa de sua imperícia para as relações políticas da corte, em parte pela sua ambição e orgulho demasiadas, a “voz” do relato foi silenciada por muitas décadas. Quando os chilenos descobrem a expedição político-científica e dão nova voz ao texto, eles subvertem a antiga hierarquia e propõem novos usos para um velho texto. Seu caráter político já não é mais importante, afinal, os problemas da administração de um império desmoronado já não interessavam mais às jovens nações independentes da América do Sul. O texto de Malaspina havia sido lançado ao ostracismo justamente por esse teor político, mas foi retirado do esquecimento pelo seu conteúdo científico, e isso nos traz novamente à questão da ciência e de sua hierarquia.

Por um lado, aos chilenos pouco interessava naquele momento obedecer às normas do rigor científico, eles desejavam usar os velhos conhecimentos cartográficos e hidrográficos da expedição para resolver as disputas territoriais nas quais se encontravam envolvidos. Por outro lado, a outra parte interessada no relato – a própria

⁶⁴ Usamos aqui o conceito de Bronislaw Baczko: “o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos de sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum” (BACZKO, 1985:309).

Espanha, através da figura de Pedro de Novo y Colson – ainda mantinha aceso o desejo de controlar os sentidos originais da obra de Malaspina. Entendemos que, para Novo y Colson, o relato da expedição representa um ‘mapa’ do antigo império, um ‘simulacro’ da potencialidade espanhola e uma defesa de seus méritos intelectuais.

Aqui encontramos uma nova tensão: antes falávamos da diferença imperial – a diferença na interioridade, como Mignolo (2011) a define –, mas agora vemos a demonstração da diferença colonial em ação. Apesar de o Chile já não ser mais uma colônia da Espanha, e mesmo que o país ibérico não ocupe mais uma posição central dentro do sistema-mundo, ainda há uma hierarquia científica que divide o mundo entre o “norte” e “sul” globais. Segundo Boaventura de Souza Santos, “[...] a divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente” (SANTOS, 2010:32). Assim, Novo y Colson não poderia permitir que a antiga colônia se adiantasse à velha metrópole e levasse os louros por uma realização espanhola.

O cerne do argumento que apresentamos ao longo de nosso texto é ver como os discursos científicos, aparentemente neutros e objetivos, produzem violências epistêmicas que procuram coagir seus leitores. Todavia, assim como Chartier (1992), entendemos que a leitura sempre é uma prática criativa que foge às amarras da vontade dos autores e dos editores. Malaspina foi capaz de tecer sua crítica à política colonial espanhola misturando termos de diferentes vocabulários que muitas vezes eram conflitantes. A sua atividade como leitor produziu um discurso que, se não foi capaz de ser completamente original, certamente não era apenas uma mera cópia dos seus predecessores. A cada nova leitura que uma comunidade faz de determinados textos, novos sentidos e novos discursos se produzem e estes entram em conflito com os discursos e sentidos já existentes.

Se algo fica claro a partir do que estudamos, é que as comunidades de leitores não podem ser completamente coagidas e que a significação dos textos é sempre negociada. Mesmo que as regras do jogo nas quais as leituras feitas por essas comunidades sejam as regras do ponto zero, a atividade da apropriação criativa é capaz de produzir subversões que devem ser apontadas e valorizadas, de maneira a indicar

caminhos alternativos para refletirmos a própria construção de conhecimentos históricos plurais.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

MALASPINA, Alejandro. *Viaje político-científico alrededor del mundo por las corbetas Descubierta y Atrevida al mando de los capitanes de navío D. Alejandro Malaspina y Don José de Bustamante y Guerra, desde 1789 á 1794* / publicado con una introducción por Pedro de Novo y Colson. Madrid: Imprenta de la Viuda é Hijos de Abienzo, 1885.

_____. Axiomas relativos al estado actual de la América. In: MANFREDI, Dario (ed.) e SAIZ, Blanca (ed.). *Alejandro Malaspina: La América imposible*. Madrid: Companhia Literária, 1994, p. 143-165.

_____. Carta al conde Greppi, Lima, 23 agosto 1790. In: MANFREDI, Dario (ed.) e SAIZ, Blanca (ed.). *Alejandro Malaspina: La América imposible*. Madrid: Companhia Literária, 1994, p. 227.

_____. Carta al conde Greppi, Lima, 15 septiembre 1790. In: MANFREDI, Dario (ed.) e SAIZ, Blanca (ed.). *Alejandro Malaspina: La América imposible*. Madrid: Companhia Literária, 1994, p. 240.

_____. Carta al conde Greppi, Guayaquil, 16 octubre 1790. In: MANFREDI, Dario (ed.) e SAIZ, Blanca (ed.). *Alejandro Malaspina: La América imposible*. Madrid: Companhia Literária, 1994, p. 246.

_____. Carta al conde Greppi, Acapulco, 27 abril 1791. In: MANFREDI, Dario (ed.) e SAIZ, Blanca (ed.). *Alejandro Malaspina: La América imposible*. Madrid: Companhia Literária, 1994, p. 262.

_____. Carta al conde Greppi, San Blas, 11 octubre 1791. In: MANFREDI, Dario (ed.) e SAIZ, Blanca (ed.). *Alejandro Malaspina: La América imposible*. Madrid: Companhia Literária, 1994, p. 300.

_____. Carta al conde Greppi, Acapulco, 20 diciembre 1791. In: MANFREDI, Dario (ed.) e SAIZ, Blanca (ed.). *Alejandro Malaspina: La América imposible*. Madrid: Companhia Literária, 1994, p. 302.

_____. Carta al conde Greppi, Manila, 16 mayo 1792. In: MANFREDI, Dario (ed.) e SAIZ, Blanca (ed.). *Alejandro Malaspina: La América imposible*. Madrid: Companhia Literária, 1994, p. 311.

_____. Carta al conde Greppi, Montevideo, 25 febrero 1794. In: MANFREDI, Dario (ed.) e SAIZ, Blanca (ed.). *Alejandro Malaspina: La América imposible*. Madrid: Companhia Literária, 1994, p. 356.

_____. Carta al conde Greppi, Cádiz, 7 octubre 1794. In: MANFREDI, Dario (ed.) e SAIZ, Blanca (ed.). *Alejandro Malaspina: La América imposible*. Madrid: Companhia Literária, 1994, p. 361.

_____. Carta al conde Greppi, Cádiz, 31 octubre 1794. In: MANFREDI, Dario (ed.) e SAIZ, Blanca (ed.). *Alejandro Malaspina: La América imposible*. Madrid: Companhia Literária, 1994, p. 362.

_____. Carta al conde Greppi, Madrid, 19 diciembre 1794. In: MANFREDI, Dario (ed.) e SAIZ, Blanca (ed.). *Alejandro Malaspina: La América imposible*. Madrid: Companhia Literária, 1994, p. 363.

_____. Carta al conde Greppi, Aranjuez, 17 febrero 1795. In: MANFREDI, Dario (ed.) e SAIZ, Blanca (ed.). *Alejandro Malaspina: La América imposible*. Madrid: Companhia Literária, 1994, p. 364.

_____. Carta al conde Greppi, Aranjuez, 13 abril 1795. In: MANFREDI, Dario (ed.) e SAIZ, Blanca (ed.). *Alejandro Malaspina: La América imposible*. Madrid: Companhia Literária, 1994, p. 366.

_____. Carta al conde Greppi, Aranjuez, 26 mayo 1795. In: MANFREDI, Dario (ed.) e SAIZ, Blanca (ed.). *Alejandro Malaspina: La América imposible*. Madrid: Companhia Literária, 1994, p. 368.

_____. Carta al conde Greppi, Madrid, 19 junio 1795. In: MANFREDI, Dario (ed.) e SAIZ, Blanca (ed.). *Alejandro Malaspina: La América imposible*. Madrid: Companhia Literária, 1994, p. 369..

Referências bibliográficas:

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 5ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANDRADE, Luis Martínez. Colonialidad del poder: el grillete de nuestra historia. *Temas: Cultura, Ideología y Sociedad*, Havana, Cuba, no. 65, jan.-mar. 2011, p. 4-13.

Disponível em: <<http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libros/268.pdf>>, acessado em: jan. de 2014

ARMITAGE, David. Três conceitos de história atlântica. *História Unisinos*, nº 18 (2), maio-agosto 2014, p. 206-217.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, Vitória, ES, v. 24, 2010, p. 157-172.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopedia Einaudi*. Antropos-Homem. Vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 296-332

BAEZA, Rafael Sagredo e LEIVA, José Ignacio González (eds). *La Expedición Malaspina en la frontera Austral del imperio español*. Santiago de Chile: Editora Universitaria, 2004.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BEERMAN, Eric. *A queen and the fall of an enlightened thinker*. Vancouver: Alexandro Malaspina Research Center, 2005 [online]. Disponível em: <<http://web.viu.ca/black/amrc/index.htm?Research/Papers/beermanpaper.htm&2>>, acessado em jan. de 2014

BENEYTO, Juan. *Historia social de España y de Hispanoamérica*. Madrid: Aguilar, 1973.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.183-191.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURGUET, Marie-Noëlle. O Explorador. In: VOVELLE, Michel (dir.). *O homem do Iluminismo*. Portugal: Presença, 1997, p. 209-249.

BURKE, Peter. *Escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. *História e teoria social*. 2ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

_____. O discreto charme de Milão: viajantes ingleses no século XVII. In: _____. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CAÑIZARES ESGUERRA, Jorge. *Cómo escribir la historia del Nuevo Mundo. Historiografías, epistemologías e identidades en el mundo del Atlántico del siglo XVIII*. Cidade do México: FCE, 2007.

- CAREY, Daniel e FESTA, Lynn (ed.) *The Postcolonial Enlightenment: Eighteenth-Century Colonialism and Postcolonial theory*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- CAROU, Heriberto Cairo. La colonialidad y la imperialidad en el sistema-mundo. *Viento Sur*, Espanha, n.100. jan. 2009, p. 66–74.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la "invención del otro". In: LANDER, Edgardo (comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000, p. 246-257.
- _____. *La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005a.
- _____. *La poscolonialidad explicada a los niños*. Popayán, Colômbia: Editorial Universidad del Cauca, 2005b.
- CAVALHEIRO, Juciane dos Santos. A concepção de autor em Bakhtin, Barthes e Foucault. *SIGNUM: Estudos de Linguagem*, Londrina, n. 11/2, dez. 2008, p. 67-81.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002a.
- _____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- _____. A mediação editorial. In: _____. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora UNESP, 2002b, p. 61-76.
- _____. *A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1994.
- _____. *Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.
- _____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. Vol. 5 nº 11, Jan./Abr. 1991
- _____. Textos, Impressão e Leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova História cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 211-238.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, jul.- dez. 2009, p. 7-16.
- DOMINGUES, Beatriz Helena. *Tão longe, tão perto: a Ibero-America e a Europa Ilustrada*. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007.
- DUSSEL, Enrique. Más allá del eurocentrismo: El sistema-mundo y los límites de la modernidad. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GUARDIOLA-RIVERA, Oscar; e

- BENAVIDES, Carmen Millán (eds.). *Pensar (en) los intersticios: Teoría y práctica de la crítica poscolonial*. Bogotá: CEJA; Instituto Pensar, 1999, p. 147-162.
- EISENSTEIN, Elizabeth L. *The printing press as an agent of change: Communications and cultural transformations in early-modern Europe*. Vols. I e II. 11ª edição. Nova Iorque: Cambridge Printing Press, 2005.
- ELLIOTT, John H. *España, Europa y el mundo de ultramar (1500-1800)*. Madrid: Santillana Ediciones Generales, 2010.
- _____. *Imperios del mundo atlántico: España y Gran Bretaña en América (1492-1830)*. Madrid: Santillana Ediciones Generales S.L., 2006.
- _____. *La España imperial: 1496-1716*. Barcelona: Vicens-vives, 1987.
- FERNÁNDEZ, Sandra; GELI, Patricio e PIERINI, Margarita (editores). *Derroteros de viaje en la cultura: mito, historia y discurso*. Rosário: Prohistoria ediciones, 2008.
- FERRONE, Vincenzo. El hombre científico. In: VOVELLE, Michel (org). *El hombre de la Ilustración*. Madrid: Alianza Editorial, 1995, p. 197-233
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. O que é um Autor? In: _____. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*/Michel Foucault; organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 264-298.
- FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. In: JUNQUEIRA, Mary Anne e FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. Vol. 2. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011, p. 62-86.
- GARAVAGLIA, Juan Carlos e MARCHENA, Juan. *América Latina de los orígenes a la independencia*. Vol ii: La sociedad colonial ibérica en el siglo XVIII. Barcelona: Crítica, 2005.
- GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: História de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GÓMEZ, Andrés Galera. *Las corbetas del rey: El viaje alrededor del mundo de Alejandro Malaspina (1789-1794)*. Bilbao: Fundación BBVA, 2010.
- GROSFOGUEL, Ramón e MIGNOLO, Walter. Intervenciones Descoloniales: una breve introducción. *Tabula Rasa*. Bogotá, Colombia, No.9, jul-dez. 2008, p. 29-37.

- GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. *Campos*, Curitiba, v. 12(1), 2011, p. 9-34.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- IGEA, Juan Pimentel. *Ciencia y política en el pensamiento colonial de Alejandro Malaspina (1754-1794)*. 539 f. Tese (Doutorado em História) - Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1994.
- ISRAEL, Jonathan. *Radical Enlightenment: Philosophy and the making of modernity, 1650-1750*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- JARAMILLO, Andrés Estefane. La proyección nacional de una empresa imperial: La expedición Malaspina (1789-1794) en Chile republicano. *HISTORIA*, Santiago, 38:II, dez. 2005, p. 287-326.
- JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. In: JUNQUEIRA, Mary Anne e FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. Vol. 2. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011, p. 44-61.
- LA PIÑERA Y RIVAS, Alvaro de. *El almirante Juan Bautista Antequera y Bobadilla y su vinculación con la región murciana*. Murcia, 1990 [online]. Disponível em: <http://www.regmurcia.com/docs/murgetana/N082/N082_002.pdf>, acessado em: jan. de 2014.
- LAFUENTE, Antonio e MAZUECOS, Antonio. *Caballeros del punto fijo: Ciencia, política y aventura en la expedición geodésica hispanofrancesa al virreinato del Perú en el siglo XVIII*. Madrid: Serbal/CSIC, 1987.
- LAFUENTE, Antonio. Las expediciones científicas del setecientos y la nueva relación del científico con el Estado. *Revista de Indias*, vol. XLVII, nº 180, 1987, p. 373-378.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- MANDRINI, Raúl José e ORTELLI, Sara. Las fronteras del Sur. In: WEINBERG, Gregorio (dir.) e MANDRINI, Raúl José (ed.). *Vivir entre dos mundos*. Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2006, p. 20-42.
- MANFREDI, Dario (ed.) e SAIZ, Blanca (ed.). *Alejandro Malaspina: La América imposible*. Madrid: Companhia Literária, 1994.

MARTINS, Maria Cristina Bohn; FLECK, Eliane Cristina Deckmann; RODRIGUES, Luis Fernando M. Enlaçar Mundos. *Três Jesuítas e suas trajetórias no Novo Mundo*. São Leopoldo: Oikos/Ed. da Unisinos, 2014.

_____. Uma jornada pela América Meridional e de volta à Europa: Charles Marie de La Condamine e o relato de sua expedição pelo Amazonas. *Estudos Ibero-Americanos* (PUCRS), Porto Alegre, 2012, v. 38, p. 303-324.

MIGNOLO, Walter. Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: La ratio entre la localización geográfica y la subalternización. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 13, 2005, p. 7-28.

_____. *The darker side of western modernity: global futures, decolonial options*. Durham: Duke University Press, 2011.

MONTEIRO, Paula. Introdução: Missionários, índios e mediação cultural. In: _____ (org.) *Deus na aldeia: Missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006, p. 9-30.

MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: Cultura e ideias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NIETO, Mauricio. Políticas imperiales en la ilustración española: Historia natural y la apropiación del Nuevo Mundo. *Historia Crítica*, Bogotá, nº 11, jul.-dez., 1995, p. 39-52.

PAGDEN, Anthony. *Spanish imperialism and the political imagination*. New Haven: Yale University Press, 1990.

PASTOR, Beatriz. *Discursos narrativos de la conquista: mitificación y emergencia*. Hanover: Ediciones del Norte, 1989.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relato de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999

PUIG-SAMPER, Miguel Ángel. *Las expediciones científicas durante en siglo XVIII*. Madrid: Ediciones Akal, 1991.

QUIJANO, Aníbal. *Cuestiones y horizontes: De la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder / seleção a cargo de Danilo Assis Clímaco; com prólogo de Danilo Assis Clímaco*. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

QUINTERO, Pablo. Notas sobre la teoría de la colonialidad del poder y la estructuración de la sociedad en América Latina. *Papeles de trabajo*, Centro de Estudios Interdisciplinarios de Etnolingüística y Antropología Socio-cultural, Rosario, Argentina, n.19, jan./jun. 2010. [online] Disponível em:

<[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1852-](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1852-45082010000100001&script=sci_arttext)

45082010000100001&script=sci_arttext.>, acessado em: jan. de 2014

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: Monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROSSI, Paolo. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SAFIER, Neil. Como era artiloso o meu francês: Charles-Marie de la Condamine e a Amazônia das Luzes. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 57, Junho de 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: ____; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83.

SELLÉS, Manuel; PESET, José Luis; LAFUENTE, Antonio (orgs). *Carlos III y la ciencia de la Ilustración*. Madrid: Alianza Editorial, 1987.

SOLER PASCUAL, Emilio. Oposición política en la España de Carlos IV: La conspiración Malaspina (1795-1796). *Revista de historia moderna*, Madrid, nº 8-9 (1988-1990), 1990, p. 197-217.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VILAS BOAS, Crisoston Terto. *Para ler Michel Foucault*. Ouro Preto: UFOP, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel M. *El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en siglo XVI*. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1979.

WEBER, David J. *Bárbaros: Los españoles y sus salvajes en la era de la Ilustración*. Barcelona: Crítica, 2007.